

ESPIRALES

Edição Especial :: Maio 2021 :: ISSN 2594-9721

DOSSIÊ ESPECIAL: FACES E ASPECTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA AMÉRICA DO SUL



ESPIRALES

Dossiê Especial :: maio de 2021

Comité/Comitê Editorial

Armstrong da Silva
Carolina de Moraes Albuquerque
Fernando Rodrigues
Flavia Foresto Porto da Costa
Hannah Guedes de Souza
María Silvina Sosa Vota
Natallia Carolina Blanco Gariazzo
Pedro Lucas Gil Silva
Rafael Teixeira de Lima
Rodrigo Abi-Ramia
Tania Rodriguez Ravera

Organizadores do Dossiê do Centro de Estudos Sócio-Políticos e Internacionais da América do Sul (CESPI-América do Sul)

Renata Peixoto de Oliveira
Rodrigo Abi-Ramia

Capa: Carolina de Moraes Albuquerque

Diagramação: Pedro Lucas Gil Silva

Revista Espirales (Edição Especial, maio 2021) - Foz do Iguaçu, PR.
Universidade Federal da Integração Latino-americana. 206 páginas.
Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/espirales/index>.
ISSN 2594-9721.

1.Relações Internacionais. 2.Educação. 3.Ciência Política.
4.Cultura. 5.História. 6.Economia. 7.Comunicação.

Contatos

Revista Espirales - Unila - Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea
da América Latina (PPG-ICAL)
Parque Tecnológico Itaipu - PTI (Bloco 4 – Espaço 3 – Sala 5)
Av. Tancredo Neves, 6731 - Foz do Iguaçu/PR, Brasil. Cep 85867-970.

Endereço eletrônico: <https://revistas.unila.edu.br/espirales/index>

Email: revistaespirales@gmail.com

Índice

5 Apresentação

1. Colonialidade, Raça e Gênero

- 8** A Colonialidade e a pandemia: que corpos fazem parte dessa ‘humanidade’?
Gabriela Sarnet e Thyago Céu
- 13** Gênero e pandemia: casos de violência contra a mulher na América do Sul
Virgínia Coutinho de Barros
- 21** Perspectivas de gênero sobre a face da pandemia: uma breve análise à luz do ecofeminismo marxista
Alyssa Ribeiro Perpeto Trotte
- 28** Amazônia generificada e racializada na pandemia: transbordando o Estado brasileiro
Brenda Thainá Cardoso de Castro e Matheus dos Santos da Silveira

2. Mundo do Trabalho, Economia e Precarização Laboral

- 36** Trabalho sexual e Covid-19: entre o risco e a sobrevivência
Fernanda Priscila Alves da Silva e João Soares Pena
- 44** ¿El capital o la vida?: Un mal gobierno y las limitaciones de la política económica dolarizada para contener la crisis generada por el Covid-19
Mishell Geoconda Pavón Abalco
- 53** A Covid-19 e o mundo do trabalho na América do Sul: caso brasileiro
Rafael de Moraes Baldrighi e Carla Thayná Tavares Guerra
- 61** Condições de superexploração do trabalho na pandemia: uma análise de conjuntura
Andreza Ramos Sant’ana

3. Ao Sul do Continente

- 67** Reflexões sobre a Covid-19: pandemia, neoliberalismo e militarização
Thiago Luz e Andressa Caroly
- 76** Medidas homogêneas para sociedades colectivas: respuestas y concebimientos comunitarios del Covid-19 frente al discurso oficial del gobierno boliviano (2020)
Daniel Porcel
- 85** Eleições, pandemia e protocolos: adaptações institucionais para as eleições presidenciais da Bolívia e do Equador em tempos de Covid-19
Danillo Rafael Batista e Bruna Pires de Lima
- 92** Imunização na periferia do globo: a corrida pela vacina na América do Sul
Ian Rebouças Batista e Marilene Ruth Guedes
- 101** La ruptura de la educación digital en Latinoamérica en medio de la crisis del Covid-19
Cesar Steven Reina Rodríguez

108 Regimes políticos e respostas à Covid-19: um olhar sobre a América do Sul
Rodrigo Lins e Gabriel Silva

116 A governança regional sul-americana contra a pandemia a partir da visão do intergovernamentalismo liberal
Paula Venancio Cardoso

4. Cooperação, Relações Internacionais e Multilateralismo

124 Enfrentamento da Covid-19 em região transfronteiriça: a importância da cooperação entre as cidades de Foz do Iguaçu, Ciudad del Este e Puerto Iguazú
Thiago Augusto Lima Alves

130 Diplomacia adoecida: erros da diplomacia brasileira no enfrentamento ao Covid-19
Fernando C. Larios Rodrigues

139 Multilateralismo e cooperação internacional: o caminho que deve ser reforçado pelo Brasil no combate à pandemia/Covid-19
Thiago Augusto Lima Alves e Cristhian Marcelo Gorozabel Pincay

146 Cooperação sanitária entre China e América Latina durante a pandemia
Astrid Yanet Aguilera Cazalbón

5. A Hecatombe Pandêmica no Brasil

155 Covid-19 na Amazônia Marajoara: complementaridades e entrelaçamentos da região com maior vulnerabilidade social do Brasil e o aprofundamento da crise sanitária
Eunápio Dutra do Carmo

162 A pandemia no alto sertão paraibano: desvelando a realidade de Sousa-PB
Hiago Trindade, Ana Lídia Rocha Alves, Damião Wellington de Sousa Lira, Isabelle Cristina Custódio de Lima e Mateus Matias da Silva

169 Opinião pública em tempos de pandemia: a popularidade dos governantes sul-americanos sob análise
Matheus Leite do Nascimento

178 Entre a política pública e a oposição política: duas faces do consórcio nordeste em meio à Covid-19
Cairo Gabriel Borges Junqueira, Maria Rafaela Araújo Alves e Sandrielly Lavinia Andrade Santos

187 Negacionismo científico: seu caráter ideológico e político e os impactos na ciência e na sociedade brasileira em tempos de pandemia Covid-19/Coronavírus
Douglas Grzebieluka

193 O Brasil e a pandemia de Covid-19: religião e política no governo do mito
Daniela Souza dos Santos e Julia Lobato Pinto de Moura

200 A Covid-19 e a morte como política de Estado no Brasil
Sara da Silva Freitas e Janine Targino

Apresentação

Renata Peixoto de Oliveira¹

Rodrigo Abi-Ramia²

O Centro de Estudos Sócio-Políticos e Internacionais da América do Sul (CESPI-América do Sul), grupo de pesquisa certificado pelo CNPQ, apresenta sua segunda publicação sobre a pandemia de Covid-19 em nosso continente. Nesta ocasião, organizamos o dossiê Renata Peixoto de Oliveira, líder do grupo, e Rodrigo de Paula Abi-Ramia, membro e pesquisador. No primeiro Dossiê³, lançado há um ano, nossa preocupação, enquanto grupo de pesquisa, era um panorama país a país de nossa América do Sul nos primeiros meses de pandemia. Agora a necessidade que se coloca é a de sairmos do formato relatório e apresentarmos um dossiê composto por artigos curtos, no limiar entre o texto ensaístico e o artigo científico, trazendo reflexões sobre temas importantes e que ganharam relevo neste mais de um ano, desde o primeiro contágio em nosso continente. Em suma, buscamos visões sobre as diferentes formas que a pandemia do COVID-19 afetou a América do Sul e os povos sul-americanos neste período de ebulição política e social.

Esses meses representaram modificações significativas nas mais diversas esferas da vida, e transformaram radicalmente nossos modos de vida e articulações sociais e políticas. Além disso, diferentes instituições foram em geral afetadas de maneiras diversas pela turbulência do coronavírus que se somou a crises econômicas, políticas e sociais, muitas das quais já se apresentavam previamente mas que invariavelmente se acentuaram no período. Procuramos, e, sobretudo, encontramos contribuições inéditas que se debruçam de forma sucinta e original sobre estas temáticas que requerem urgentemente abordagens

¹ Doutora em ciência política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Docente do curso de Relações Internacionais e Integração e dos mestrados de Integração Contemporânea da América Latina (PPG-ICAL) e Políticas Públicas e Desenvolvimento (PPG-PPD) na Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA). Líder do grupo de pesquisa CESPI-AMÉRICA DO SUL e membro do Comitê Executivo pela Equidade de Gênero e Diversidade da UNILA.

² Graduado em Relações Internacionais, é Mestre em Integração Contemporânea da América Latina (PPG-ICAL - UNILA) e Doutorando em História Social (PPGH-UFF). É membro pesquisador do grupo de pesquisa CESPI-AMERICA DO SUL e se dedica principalmente a temas relacionados ao Imperialismo e à Integração Sul-Americana.

³ Edição Especial de junho de 2020. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/espirales/issue/view/147/78>

tão coerentes quanto inovadoras.

Originalmente, para efeitos da convocatória, estabelecemos os seguintes eixos temáticos: Sistema de saúde, políticas públicas para prevenção e combate ao coronavírus; A Covid-19 e o mundo do trabalho; Gênero, diversidade e questões étnico raciais na pandemia; Integração regional, cooperação e relações internacionais na América do Sul durante a pandemia; Desenvolvimento, economia e Covid-19; Governos, instituições e sistemas políticos sul-americanos no enfrentamento à pandemia. Aqui, para melhor organizar os trabalhos selecionados reformulamos os eixos e organizamos os textos de acordo com as seguintes unidades:

- Colonialidade, raça e gênero
- Mundo do trabalho, economia e precarização laboral
- Ao sul do continente
- Cooperação, relações internacionais e multilateralismo
- A hecatombe pandêmica no Brasil

Limitados pelo curto espaço disponibilizado os textos apresentados promovem abordagens sólidas em diferentes graus de profundidade, que proporcionam a este dossiê um panorama amplo e interessante, ainda que mantendo a seriedade requerida, e trazem à tona diferentes realidades que se apresentaram neste ano de pandemia, muitas das quais estão invisibilizadas do grande público e muitas vezes mesmo do público dedicado ao tema. Aproveitamos para agradecer a todos que enviaram seus textos e à equipe da Revista Espirales. Enfim apresentamos esse Dossiê cuja organização foi tão trabalhosa quanto prazerosa e que proporcionou a nós organizadores abordagens novedosas e variadas, que esperamos proporcionar também aos leitores.

Aproveitem!

**Colonialidade,
Raça e
Gênero**

1

A COLONIALIDADE E A PANDEMIA: QUE CORPOS FAZEM PARTE DESSA ‘HUMANIDADE’?

Gabriela Sarmet¹

Thyago Céu²

A pandemia da Covid-19 é um fenômeno que vem arrasando o mundo, causando efeitos e transtornos que levarão anos para serem apropriadamente mensurados. Economicamente, socialmente e culturalmente, passamos por um verdadeiro colapso, evidenciando um despreparo generalizado para lidarmos com uma ameaça dessa escala. Embora os impactos trazidos pelo coronavírus sejam sentidos em todos os segmentos sociais e econômicos da população mundial, um olhar mais atento aos aspectos interseccionais evidencia uma realidade: enquanto se forja uma narrativa de responsabilidade da ‘humanidade’ pela crise ambiental e sanitária que passamos, os padrões coloniais históricos de espoliação e desumanização seguem afetando desigualmente aqueles condenados (Fanon, 1963) pelo sistema colonial.

No Brasil, desde o começo, a forma como a pandemia da Covid-19 tem sido tratada é o que acreditamos ser uma notória expressão da Colonialidade. A estratificação racial que opera como base da Colonialidade (Quijano, 2000) estrutura também o impacto da [falta de] gestão sobre os impactos da Covid-19, reservando aos corpos oprimidos - ao longo dos séculos os não-civilizados,

1 Mestra em Violência, Conflito e Desenvolvimento pela *School of Oriental and African Studies (SOAS), University of London* e Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Co-fundadora do Coletivo Decolonial e membro associada da *London Mining Network (LMN)*.

2 Liderança comunitária na Fundação xamânica Terra Mirim e co-fundador do Coletivo Decolonial. Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Bacharel em Humanidades pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

não-catequizados, não-letrados, não-desenvolvidos - uma política de morte. Operou-se aqui através de um falso imaginário de que o impacto do vírus seria igual para todos, independente de nacionalidade, classe, sexo, cor ou religião. Falou-se em “imunização de rebanho” e diminuiu-se a importância de medidas como o isolamento social e o uso correto de máscaras.

Essa premissa irresponsavelmente universalizante reserva para os corpos condenados – corpos negros, indígenas, corpos periféricos e marginalizados – sua faceta mais violenta e genocida. A reprodução dessa falsa universalidade limitou e tornou pouco efetiva as medidas de resposta à doença por todo o território brasileiro, em suas diversidades étnicas, culturais e econômicas. Um ano após as primeiras medidas governamentais, diversos relatórios (OXFAM, 2021; UNDP, 2020) apontam que a pandemia não só teve impactos profundamente desiguais entre populações de diferentes segmentos sociais como, inclusive, aprofundou as desigualdades já existentes. O descaso do poder público brasileiro caracteriza uma efetiva desumanização dos corpos negros e indígenas, muitas vezes ainda mais vulnerabilizados em suas intersecções econômicas, sociais e culturais. O pacto colonial - com sua construção artificial de hierarquias a partir da experiência europeia de mundo - se manteve basilar na determinação das relações de poder do mundo pós-colônias. Como resultado dessa construção, permite-se que, até hoje, a sociedade contemporânea brasileira pense através dessa lógica de perceber certos corpos, sujeitos e subjetividades como de ‘segunda categoria’. Suas mortes são, assim, ignoradas na concepção de política pública nacional, que cruelmente se omite diante do espetáculo de dor que se descortina em nosso território.

O Observatório das Favelas, do Rio de Janeiro, lançou o Mapa Social do Corona cuja sétima edição evidencia as conexões entre os impactos da Covid-19 na capital fluminense e o racismo estrutural, marcante da sociedade brasileira. A publicação enfatiza que a forma como o racismo determina a [falta de] atenção e acesso à saúde da maioria da população acaba condicionando quais serão as pessoas mais afetadas pela pandemia. O fato

das maiores ocorrências de óbitos no Rio se concentrarem em bairros de população negra, superando a marca de 60% (Favelas, 2020), é um exemplo nítido disso. Ademais, o recorte de idade também se mostra sumamente importante já que nesses mesmos bairros há uma maior concentração de mortes daqueles em uma faixa etária mais jovem. Portanto, somado ao fato de que a população negra e jovem é a mais atingida pela violência no Brasil - sendo mais 75% dos alvos de homicídios em 2018 (IPEA, 2020) - a pandemia agora contribui nesse extermínio dessa grande parcela da população.

Essa abordagem dominante moderna/colonial capitalista (Grosfoguel, 2002) também estimula um modo de viver, ser e interagir com a Natureza que reproduz uma noção de constante necessidade de extrativismo exploratório, sem importar os seus custos socioambientais. Não à toa, é possível reconhecer críticas à já importante discussão do Antropoceno que entende o ser humano como força geológica, principal motor da atual emergência climática. Será toda a espécie humana responsável pelo colapso que vivemos?

Não é a "humanidade" - nesse conceito universal e abstrato - que vem causando tudo isso. Vivemos em sociedades estruturalmente desiguais, onde há uma completa isenção de responsabilidades daqueles que contribuem com esse sistema produtivista destrutivo que recorre a múltiplas formas de violências para acumular de capital e, com isso, nos leva a uma efetiva ameaça à todas as formas de vida no planeta. Essa violência é o próprio combustível para os projetos de desenvolvimento, numa lógica que valida a remoção de pessoas de seus territórios tradicionais e a extração implacável de tudo o que vem da terra até sua exaustão, numa nítida expressão de violência colonial. Essa violência é sistêmica, múltipla e marcada por muitos atravessamentos - raça, gênero, classe, orientação sexual, modo de ver o mundo (cosmovisão) - e sua efetivação é uma evidente reprodução de um modo de existir marcado pela colonialidade.

Quando os últimos - o povo da mercadoria (Kopenawa, 2015), esses enfeitiçados pela lógica capitalista de mercado - fantasiam medidores de "sustentabilidade e impacto social" de seus investimentos, a dita

Environmental, Social and Corporate Governance (ESG), decidem oferecer trabalho àqueles mais impactados pelos efeitos climáticos de seus próprios projetos. Assim, inverte-se as prioridades para acomodar culpa colonial em vez de designar responsabilidades diferenciadas.

Por isso que nos parece curioso, para dizer o mínimo, discursos homogenizantes como "a humanidade é o vírus", ou "a espécie humana é responsável pela destruição do planeta" quando enquanto alguns indivíduos acumulam quantidades de riquezas inimagináveis, existem quase 1 bilhão de pessoas por todo o mundo que, hoje, não tem sequer acesso à energia elétrica. Segundo dados da FAO (2019), mais de 800 milhões de pessoas passam fome; 700 milhões não tem acesso à água potável; pelo menos 3 bilhões de pessoas no mundo não tem gás de cozinha para preparar alimentos. Além disso, segundo dados do próprio Ministério da Saúde (2017) cerca de 15 brasileiros morrem por dia por desnutrição. Mais recentemente, o IBGE (2020) publicou um estudo mostrando que mais de 10 milhões de brasileiros não estão tendo comida suficiente para comer por dia. Seria isso resultado de falta de alimentos, ou falta de terra para que as pessoas tenham autonomia para produzir seus próprios alimentos? Considerando o relatório da OXFAM (2019), é possível verificar que os 6 homens mais ricos do Brasil concentram exatamente a mesma riqueza que os 50% mais pobres da população. Nesse sentido, não vivemos um problema de escassez e sim de alta concentração de terra, poder e renda nas mãos de poucos. Enquanto isso, milhões são governados por uma política de morte movida pelo/para o Capital e suas grandes corporações, muito bem respaldada pelas arquiteturas jurídico-econômicas do Estado. Nesse sentido, cabe a pergunta: seria certo a responsabilidade pelo colapso sanitário e desastre socioambiental que vivemos hoje ser dividida por todos os seres humanos igualmente?

De posse de dados tão alarmantes, nos parece cruel e antipedagógico dizer que a emergência climática é "culpa da espécie humana". Quando nos baseamos em evidências científicas, não resta dúvidas de que a maior parte das emissões estão concentradas no centro do sistema

capitalista-moderno/colonial. Sua capacidade de gerar padrões de destruição se expressa não só em suas próprias emissões e impactos, como também na exploração descontrolada de recursos, populações e territórios destinados a produção tecnológica e industrial. É através de todas as formas de negacionismo, científico e histórico que a colonialidade opera, continuando a ceifar cada vez mais vidas em meio a essa pandemia.

REFERÊNCIAS

- FAO. (2019). *Safeguarding against economic slowdowns and downturns*.
- Fanon, F. (1963). *The Wretched of The Earth*. Grove Press.
- Favelas, O. de. (2020). *Mapa Social do Corona #07*. 7, 18.
- Grosfoguel, R. (2002). Colonial Difference, Geopolitics of Knowledge, and Global Coloniality in the Modern/Colonial Capitalist World-System. *Review (Fernand Braudel Center)*, 25(3), 203–224. JSTOR.
- IPEA. (2020). *Atlas da Violência 2020*. 96.
- Kopenawa, D. (2015). *A Queda do Céu: Palavras de um xamã yanomami*. Companhia das Letras.
- OXFAM. (2019). *Brazil: Extreme inequality in numbers*. Oxfam International. <https://www.oxfam.org/en/brazil-extreme-inequality-numbers>
- OXFAM. (2021). *Pandemia e desigualdades: Super-ricos recuperam perdas em tempo recorde, os mais pobres terão que esperar mais de uma década*. Oxfam Brasil. <https://www.oxfam.org.br/publicacao/pandemia-e-desigualdades/>
- Quijano, A. (2000). Coloniality of Power, Eurocentrism, and Latin America. *Nepantla: Views from South*, 1(3), 533–580.
- UNDP. (2020). *Relatório do UNICEF e do PNUD mostra o impacto da pandemia na educação | PNUD Brasil*. UNDP. <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2020/relatorio-do-unicef-e-do-pnud-mostra-o-impacto-da-pandemia-na-ed.html>

GÊNERO E PANDEMIA: CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA AMÉRICA DO SUL¹

Virgínia Coutinho de Barros²

Introdução

Com a eclosão da pandemia do coronavírus, os Estados buscaram medidas para proteger seus cidadãos como o fechamento de fronteiras, isolamento domiciliar, aprovação de decretos emergenciais, dentre outros. Todavia, paralelamente, a mulher nunca esteve tão vulnerável, em abril do último ano, mais da metade da população estava vivendo em confinamento. A ONU Mulheres alertava acerca do reflexo da pandemia sob os grupos estruturalmente vulneráveis. A chamada “Pandemia das Sombras” buscava atenção, principalmente, para os tipos de violência contra a mulher. Contudo, apesar do aumento no número de denúncias, estima-se que há uma quantidade ainda maior de vítimas ocultas, que não denunciam a violência que sofrem por medo, impotência e desapoio (ONU Mulheres, 2020).

A pandemia gerou uma crise não só sanitária, mas social e econômica. Na ordem social percebe-se o fechamento de creches, escolas, delegacias e centros de apoio a mulher. Na ordem econômica, o isolamento social, escancarou problemáticas que já havia sendo discutida antes da pandemia,

¹ Este texto é uma produção do grupo de iniciação científica COVID-RI, contemplado no Edital de Iniciação Científica 2020/2021 do Centro Universitário Estácio do Recife.

² Mestranda em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Bacharel em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Estácio do Recife. Pesquisadora integrante do Projeto Pró-Defesa (CAPES/Ministério da Defesa) "Ciência, Tecnologia e Inovação em Defesa: Cibernética e Defesa Nacional" e participante do Grupo de Pesquisa em "Respostas Governamentais e Impactos da COVID-19 nas Relações Internacionais" do Centro Universitário Estácio do Recife.

como a precarização dos vínculos empregatícios, o aumento do desemprego e as duplas e por vezes triplas jornadas de trabalho exercidas, no lar e fora dele, para a conquista do sustento familiar (Barbosa; Lima; Santos; Lanna; Andrade, 2020). Neste sentido, enfatiza-se as famílias monoparentais chefiadas por mulheres, que segundo dados do Censo Demográfico, realizado em 2010, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano 2000 cerca de 22,2% das famílias brasileiras eram chefiadas por mulheres, em 2010 houve um aumento de 15,1% (IBGE, 2010).

Ao estudar o impacto da pandemia sob as mulheres, é importante que haja uma análise interseccional, para que não se construa um binário analítico e reduza a compreensão da violência contra a mulher a questões estritamente de gênero. Mas, que a compreensão seja a partir de uma perspectiva histórica, social, capitalista e de gênero abarcando as ramificações resultantes dos processos históricos de configuração social. Há um espectro de violência que atinge as mulheres de forma diferenciada, por ocuparem diferentes posições sociais. A mulher preta, parda, indígena, branca, migrante ocupam diferentes posições sociais, ao somar a classificação econômica, a conjuntura analítica se distingue, uma mulher preta chefe de família está em uma camada social, já a mulher parda de classe média em outra e assim por diante. Saber as características, a partir de marcadores, das mulheres que mais sofrem com os diferentes tipos de violência propicia a construção de políticas públicas mais efetivas a fim de combater, instruir e proteger essas mulheres (Barbosa; Lima; Santos; Lanna; Andrade, 2020).

A interseccionalidade abarca as diferenças entre as mulheres a fim de aproximar a ciência da realidade, e mostrar que é possível, começar a análise científica com o termo “mulher” como denominador comum, mas que apenas isso não basta para quantificar e qualificar o impacto da violência contra as diferentes mulheres que existem em uma sociedade. A partir desse contexto, pode-se analisar o número de casos de violência contra a mulher de forma interseccional, explorando o impacto da violência em consideração aos marcadores econômico, racial, de idade e educacional. Foram analisadas as

denúncias realizadas por mulheres no ano de 2020, em quatro países sul-americanos: Brasil, Argentina, Colômbia e Peru. A fim de responder as seguintes perguntas: quem são essas mulheres, qual foi o tipo de violência mais sofrida por elas, e quais são os padrões entre eles.

1. Brasil

De acordo com a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH), do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), foram registradas mais de 105 mil denúncias de violência contra mulher em 2020. Foram 13 mil denúncias a mais que no ano anterior, um aumento de cerca de 14,13%. Aproximadamente, 72% cerca de 75,7 mil denúncias são referentes a violência doméstica e familiar, caracterizadas por uma ação ou omissão que cause violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. As demais 29,9 mil denúncias que representam 28% do total referem-se à “violação de direitos civis e políticos, como crimes voltados a condições de trabalho análogas à escravidão, tráfico de pessoas, cárcere privado, liberdade de religião e crença, o direito ao acesso a saúde, a educação, cultura e segurança”. As vítimas que optativamente responderam ao questionário autodeclaratório, no momento da denúncia, se descreveram como mulheres pardas, em média de 35 a 39 anos, com ensino médio completo e renda de um salário mínimo (MMFDH, 2021).

2. Argentina

De janeiro a dezembro de 2020, o Ministério da Mulher, Gênero e Diversidade (MMGD) registrou cerca de 108.403 mil denúncias realizadas pela Linha 144. Foram respectivamente 8.912 denúncias em janeiro, 7.702 em fevereiro, 8.281 em março, 9.797 em abril, 9.830 em maio, 8.929 em junho, 9.670 em julho, 9.620 em agosto, 8.554 em setembro, 9.562 em outubro, 9.101 em novembro e 8.445 em dezembro. Cerca de 95% das mulheres sofriam violência

psicológica por parte de seu agressor, 90% sofriam violência doméstica, a violência física representou 67% das denúncias, já a violência econômica e patrimonial estava presente em 37% dos casos, a violência simbólica foi registrada em 34% das denúncias, por fim a violência sexual foi manifestada em 13% dos casos denunciados. Dentre o número total de denúncias, cerca de 14% tiveram o uso de arma de fogo ou arma cortante contra a mulher. As vítimas que responderam ao questionário autodeclaratório, se descreveram como mulheres, de 15 a 44 anos, 2% delas estavam grávidas e 3% tinham algum tipo de deficiência. Em comparação com os meses de abril a dezembro de 2019, o número de casos de violência contra a mulher aumentou cerca de 150% no último ano (MMGD, 2021).

3. Colômbia

De acordo com a ouvidoria dos departamentos de Arauca, La Guajira, Norte de Santander, Putumayo e Santander, em 2020, foram registradas cerca de 1.617 casos de violência contra a mulher e contra a comunidade LGBTQ+³ em zonas fronteiriças. Dos 1.617 casos registradas por esses cinco departamentos, 515 casos foram contra refugiadas, migrantes ou requerentes de asilo. Os tipos de violência que mais tiveram impacto na vida dessas mulheres foram a psicológica que representou 42% do total de denúncias, cerca de 27% relataram que sofreram violência econômica, 18% dos casos denunciavam a violência física, por fim as violências sexual e patrimonial representaram, respectivamente, 6% do número total de casos denunciados (DPC, 2021a).

Segundo o boletim elaborado pela Defensoria do Povo (2021), o contexto social e econômico pandêmico corroboraram para o aumento da violência contra os grupos estruturalmente vulneráveis, especificamente, as mulheres migrantes, refugiadas e a comunidade LGBTQ+, por conta das condições precárias de trabalho para a conquista do sustento pela economia informal,

³ Importante salientar que os dados apresentados pela Defensoria do Povo foram divulgados de forma conjunta, não diferenciando assim o número de casos sofridos por mulheres e/ou pela comunidade LGBTQ+.

“essas mulheres estão sendo expostas à escassez alimentar e à habitação nas ruas, devido aos despejos pela falta de pagamento do aluguel e, ainda, a atos de violência sexual”. O acesso a direitos básicos, como a saúde, foi igualmente atingido pela pandemia, no momento, a atenção é voltada a pacientes do novo coronavírus (DPC, 2021b, *tradução própria*).

Além dos números apresentados acima, o Observatório Colombiano da Mulher, em seu último relatório, aponta os números de denúncias recebidas pela linha 155, entre 25 de março a 02 de julho de 2020, comparando os dados reportados no mesmo período em 2019. Constatou-se que em 2020 houve um aumento de 130% em relação ao ano anterior, em 2019 foram recebidas 5.192 chamadas, entre 25 de março a 02 de julho. Já em 2020, foram 6.767 ligações a mais que no ano anterior, somando 11.959 chamadas, uma média de 119 ligações diárias, em 2019 a média era de 52 ligações diárias (OCM, 2020).

Conforme os dados do Observatório Colombiano da Mulher, a violência doméstica aumentou cerca de 148% em 2020, refletindo o impacto da pandemia na vida de mulheres que estavam vivendo diariamente com seu agressor. Em 2019 foram recebidas 3.605 ligações reportando casos de violência doméstica, em 2020 foram 8.923 chamadas atendidas, mais de 90% das ligações realizadas foram feitas por mulheres. Cerca de 3 em cada 4 mulheres que procuraram a ajuda estatal, residiam nos departamentos de Bogotá, Antioquia, Valle del Cauca, Cundinamarca, Atlántico e Santander (OCM, 2020).

4. Peru

O Ministério da Mulher e Populações Vulneráveis (MMPV) aponta 114.495 mil denúncias, em 2020, 67.390 a menos ao comparar com o ano anterior. Entretanto, nos relatórios disponibilizados ao público, os meses de abril, maio e junho não constam dados. Dentre o número total de denúncias, cerca de 85,5% foram registradas por mulheres e 14,5% por homens. Com relação a idade das vítimas, as mulheres adultas representavam 62% do número de casos, em

seguida a classe etária mais afetada pela violência eram as crianças sendo 17% do número total de casos, os adolescentes representaram 14% e os idosos 7% do número total. Com relação aos tipos de violência vividos pelas vítimas, em primeiro lugar, consta a violência psicológica com 48, 91%, em segundo a violência física que representou 38, 53%, em seguida a violência sexual com 12,09%, e por fim com 0,47% dos casos a violência econômica e patrimonial é o último tipo de violência no ranking estatal. As adolescentes entre 12-17 anos sofreram mais com a violência sexual, as adultas entre 26-35 anos vivenciaram mais a violência física e a violência psicológica, já a violência econômica foi mais constatada dentre as mulheres idosas acima de 60 anos (MMPV, 2021).

Tabela 1: Comparação entre os Países

Países	Quem são essas mulheres?	Qual foi o tipo de violência mais sofrida por elas?	Quais são os padrões?	Constatação
Brasil	Mulheres pardas, em média de 35 a 39 anos, com ensino médio completo e renda de um salário mínimo.	Violência doméstica e familiar.	Faixa etária: 26-39 anos	Apesar do Brasil ser um país notoriamente violento com as mulheres, além de possuir a maior população dentre os países analisados.
Argentina	Mulheres, de 15 a 44 anos, 2% delas estavam grávidas e 3% tinham algum tipo de deficiência.	Violência psicológica e doméstica.	Violência doméstica, psicológica, econômica e física.	O número de denúncias recebidas durante a pandemia é menor se compararmos com os números argentinos e peruanos.
Colômbia	Mulheres colombianas, refugiadas, migrantes ou requerentes de asilo.	Violência psicológica, doméstica e econômica.	Aumento no número de denúncias 2019-2020: Brasil, Argentina e Colômbia, respectivamente, 14,13%, 150%, 130%.	Podendo assim refletir a dificuldade das
Peru	Mulheres entre 26 e 35.	Violência psicológica e física.	Diminuição no número de	

			denúncias 2019-2020: Peru (dados escassos).	vítimas em denunciar seus agressores.
--	--	--	--	---

Fonte: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). Ministério da Mulher, Gênero e Diversidade (MMGD). Defensoria do Povo Colombiano (DPC). Observatório Colombiano da Mulher (OCM). Ministério da Mulher e Populações Vulneráveis (MMPV). *Elaboração própria.*

Considerações Finais

Os países analisados ocupavam, segundo o Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe, os maiores índices de feminicídio dentre os países latino-americanos. Apesar da escassez de dados das fontes estatais, pode-se verificar que houve um aumento no número de casos de violência contra a mulher no Brasil, Argentina e Colômbia. A violência psicológica foi um denominador comum entre os países analisados, pois é transversal aos demais tipos de violência seja física, doméstica, econômica/patrimonial ou sexual. A violência doméstica foi a violência mais sofrida pelas mulheres durante a pandemia, principalmente na Colômbia, no Brasil e na Argentina. Importante salientar que o Brasil é um país notoriamente violento com as mulheres, além de possuir a maior população dentre os países analisados. Contudo, o número de denúncias recebidas durante a pandemia é menor se compararmos com os números argentinos e peruanos. Podendo assim refletir a dificuldade das vítimas em denunciar seus agressores. A Colômbia reconheceu o aumento de casos contra mulheres refugiadas, migrantes ou requerentes de asilo, e elucidou as questões econômicas e sociais, como o acesso ao sistema de saúde, sendo determinantes para o acréscimo do número de denúncias, além do aumento de 130% no número total de casos de violência contra a mulher colombiana. Por fim, o Peru ressaltou em seus dados a diminuição do número de casos de violência contra mulher ao comparar os anos de 2019 e 2020, mesmo com a eclosão da pandemia, e demonstrou dados divididos em faixa etária e tipos de violência.

Referências Bibliográficas

Barbosa, J. P. M.; Lima, R. C. D.; Santos, G. B. M.; Lanna, S. D.; Andrade, M. A. C. (2020). *Interseccionalidade e outros Olhares sobre a Violência contra Mulheres em Tempos de Pandemia pela Covid-19*. SciELO.

DPC. *Boletín Anual*. (2021a). Recuperado de: https://www.defensoria.gov.co/public/pdf/Boletin_Situacion_Mujer_2020.pdf

DPC. *Boletín Anual*. (2021b). Recuperado de: <https://www.defensoria.gov.co/es/nube/destacados/9800/Pandemia-agudizó-violencia-contra-mujeres-y---población-OSIGD.htm>

Gonza, E. L. J.; Rezende, B. C. (2020). *As Múltiplas Escalas da Violência contra as Mulheres: A Situação das Mulheres na América Latina durante a Pandemia da Covid-19*. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê Temático “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência”, n. 42, v. 4, p. 45-61, dez.

IBGE. (2010). *Proporção de famílias com mulheres responsáveis pela família*. Recuperado de: <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=-15,-16,-17,-18,128,129&ind=4704>

MMFDH. (2021). *Canais registram mais de 105 mil denúncias de violência contra mulher em 2020*. Recuperado de: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/marco/canais-registram-mais-de-105-mil-denuncias-de-violencia-contra-mulher-em-2020>

MMGD. (2021). *Información estadística*. Recuperado de: <https://www.argentina.gob.ar/generos/linea-144/informacion-estadistica>

MMPV. (2021) *Boletín Estadístico*. Recuperado de: <https://portalestadistico.pe/wp-content/uploads/2021/03/BV-Diciembre-2020.pdf>

OCM. (2020). *Décimo quinto boletín sobre la atención de líneas de atención telefónica a mujeres en el contexto de medidas de aislamiento preventivo por CovSar2 en Colombia*. Recuperado de: <http://www.equidadmujer.gov.co/oag/Documents/linea-155-boletin-15.pdf>

ONU Mulheres. (2020) *Violência contra as mulheres e meninas é pandemia invisível, afirma diretora executiva da ONU Mulheres*. Recuperado de: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/violencia-contra-as-mulheres-e-meninas-e-pandemia-invisivel-afirma-diretora-executiva-da-onu-mulheres/>

PERSPECTIVAS DE GÊNERO SOBRE A FACE DA PANDEMIA: UMA BREVE ANÁLISE À LUZ DO ECOFEMINISMO MARXISTA

Alyssa Ribeiro Perpeto Trotte¹

Introdução

Até o fechamento desta pesquisa, o Brasil alcança a média móvel de 2.152 mortes em 24hrs – a maior já registrada desde o início da pandemia (G1, 2021). Enfrentamos uma crise sanitária e humanitária apontada com a maior dos últimos cem anos; a interrupção de trabalhos, o aumento de pessoas em situação de subemprego, a intensificação da violência de gênero, a normalização da morte e a fome de volta para a mesa de muitos – sobretudo da parcela da população mais vulnerável – fora alguns dos reflexos cruéis da resposta defasada e insuficiente dos estados-nação à pandemia. É importante pontuar, portanto, que nossa atual conjuntura e uma grande parcela de sua letalidade repousam na essência do sistema capitalista. Este sistema é responsável por cultivar condições para que essa crise – costurada à outras demais – se dissemine no seu mais profundo grau, fomentando a barbarização da vida e da natureza.

A origem do novo coronavírus, e de outros vírus de nosso recente século, possui um vínculo frontal na relação entre indivíduos e natureza que interagem

1 Graduanda em Relações Internacionais. Mestranda no programa de Pós-graduação de Relações Internacionais (PPGRI) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisadora associada ao Núcleo de Pesquisa Maria Rebello Mendes (NUPREM/IBMR), ao Observatório Feminista de Relações Internacionais (OFRI) e o Grupo de Estudos em Direito e Assunto Internacionais (GEDAI/UFC).

sobre a base desta estrutura hierarquizada e opressora. A gradativa penetração do capitalismo nos sistemas naturais, através do esgotamento de solos, saque e pilhagem de recursos naturais das terras originárias por meio da prática (neo) extrativista e o envenenamento processual da água e do ar, são responsáveis por criar brechas nos ecossistemas, o que possibilita as epidemias emergentes que, assim como a mudança climática, são de origem antropogênica. O capital consome e explora em total descaso, sem considerar a desaceleração ou os impactos da poluição e de emissão de gases do efeito estufa, produzindo efeitos colaterais, sobretudo, aos povos marginalizados do Sul Global.

É indubitável que esta pandemia é o desenlace da perpetuação da guerra do capital contra a natureza e, portanto, da guerra do capital contra os corpos plurais e diversos de mulheres ao redor do globo. A incerteza de natureza irrestrita, que se soma ao acúmulo da crise do sistema multilateral, da democracia, da saúde pública mundial, da economia e da natureza, nos coloca no cerne do que se desenvolve em uma extensa crise metabólica. Ainda que a pandemia tenha nos afetado universalmente, esse fator não significa, por condição, que nos atravessou de forma democrática e imparcial. Nesse sistema substancialmente patriarcal e racista, a vulnerabilidade e precarização das vidas é seletiva. O presente ensaio pretende, portanto, realizar uma reflexão sobre a relação entre gênero e natureza frente a atual pandemia do COVID-19 à luz da perspectiva ecofeminista marxista, dessa forma utilizar-se-á o método de pesquisa qualitativa e o materialismo histórico. A partir disto, busca-se compreender a importância da consciência ecológica de gênero e como a atual crise ecológica e sanitária reverbera sobre mulheres.

Ecofeminismo marxista: A relação hierarquizada do Capital sobre as mulheres e a natureza

Fomentada pela lógica dos conquistadores e do exercício de seus imperialismos, durante séculos – e até os dias atuais – a lógica colonialista ocidentalizada passou a reger nossos modos de governo e o formato de estruturação de nossas sociedades em sociedades capitalistas. O padrão de

cumprimento civilizatório antropocêntrico, patriarcal, monocultural e do agronegócio promoveu a dominação da natureza, o apagamento das relações da figura do ser-humano e a sinergia com o meio ambiente e a hierarquização das explorações. Sua dinâmica altamente destrutiva, de mercantilização de todos os ramos de nossas vidas, de expansão a qualquer custo, tem minado, aceleradamente, uma crise ambiental e climática terminal; sobre as quais não temos dimensões anteriores na história.

Os marcadores de gênero, construído e nos embutidos socialmente, são atravessados pelas relações de poder (Saffioti 2015), sobre as quais o homem figura-se no papel da centralidade, da autoridade e do domínio sobre tudo aquilo que pensa que o pertence de forma material e mercadológica, como as mulheres e a natureza. O sistema capitalista, baseado na separação de seres-humanos, e na superioridade sobre outras espécies, corroborou para a justificação do domínio *commoditizado* sobre a natureza. Portanto, o patriarcado capitalista objetiva a natureza como matéria inerte e as mulheres como seres passivos, as quais naturalmente carecem de racionalidade superior e que ocupam trabalhos marginalizados e precarizados, ocupando-os sem nenhuma garantia de seus direitos.

Assim como aponta Salleh (1992), as imagens patriarcais de gênero estão imersas em instituições sociais que coligam as mulheres aos eixos “feminino-emocional-caótico-obsuro-natureza”. Dessa forma, afirma:

Nas culturas patriarcais, os homens gozam do direito de explorar a natureza do mesmo modo que exploram as mulheres [...] O trabalho e a sexualidade das mulheres, por este meio, são utilizados pelos homens de maneira similar de como exploram a natureza [...] corroborando para as noções patriarcais que pautam nosso corpo (Salleh, 1992, p.90-91, tradução nossa)

As mulheres são, portanto, portadoras de um papel socialmente originado da sociedade de classes, da propriedade privada e do Estado (Engels, 2010). Por este meio, a mudança no papel exercido por mulheres ocorreu por meios de violências estruturais que cumprisse a função de domesticação a uma conduta de exploração do trabalho pautado pelo gênero e vinculada a

dominação de classes. O sistema de dominação patriarcal baseado na divisão sexual do trabalho, costurado aos marcadores raciais e de classe, ataram as mulheres, sobretudo indígenas, camponesas, negras, quilombolas e de identidade originária, a maior parte da força de trabalho rural; ao mesmo tempo em que se tornaram as principais responsáveis pelo trabalho de reprodução social. Devido seu papel central em promover a alimentação, a vestimenta e o abrigo para os seus, as mulheres, como apontam Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019) “representam a parcela descomunal no trabalho de lidar com a seca, a poluição e a superexploração da terra”, sendo forças centrais de resistências concretas a este modelo reprodutivo de expansão do capital e encontrando-se, na maioria das vezes, nas linhas de frente da luta contra o racismo ambiental, a crise climática, crise ambiental e na urgência da consolidação de uma soberania alimentar e do reconhecimento das mulheres e da natureza como um ser de plenos direitos.

Mulheres e Natureza frente a pandemia do Covid-19

A pandemia de Covid-19, ao qual passamos a enfrentar na América Latina a partir de fevereiro, escancarou a realidade: o desastre do mundo capitalista. Se hoje enfrentamos uma crise ecológica, ambiental e sanitária, diretamente ligada ao capital, é importante ressaltar que as camadas dessa crise também reproduzem e agravam a opressão de gênero, que se norteiam com o componente de classe e de raça no processo de sobreposição de violências das dominações existentes, e da superexploração da natureza. Como afirma Fernandes (2020), o capitalismo é um sistema que gera contradições que geram crises, lidas como “meras interferências” a sua estrutura. A pandemia do covid-19 portanto acelera os impactos da profunda crise estrutural do sistema capitalista, ampliando processos de violência estatal, expropriação de direitos, incêndios criminosos promovidos pelo agronegócio na Amazônia, Cerrado e Pantanal, além da desterritorialização e cerceamento de direitos dos povos indígenas. Desta maneira:

O enorme impacto ambiental de nossa era não é resultado de simples ação humana, mas da ação humana no sistema capitalista. Se o capitalismo é um sistema de acumulação contínua, essa acumulação tem que ser baseada em algo; no caso, na exploração da força de trabalho e dos materiais da natureza (FERNANDES, 2020, p. 81-82).

Como o capitalismo opera enquanto sistema global, diante destes momentos de crise tende a pressionar mais ainda a classe trabalhadora, intensificando profundamente a precarização do trabalho e da própria vida (Paim, 2020). Essa precarização também é um formato de alavancar a violência contra mulheres, cis e trans, sobretudo de grupos étnicos minoritários, através da invisibilização, do descaso promovido pelo governo federal, a materialização da violência doméstica e a normalização da destruição da natureza e dos lares e corpos dos povos tradicionais, em uma ação puramente genocida.

As formas de violência contra mulheres continuam sendo decorrentes das relações entre patriarcado e capitalismo. Como afirma Federici (2017), a guerra contra mulheres é condição necessária para a existência do capitalismo em qualquer conjuntura; a divisão sexual e racial do trabalho conjura as mulheres em um eixo de raízes de exploração e opressão que as confina, dentro da violência estatal, ao trabalho reprodutivo. Os efeitos colaterais das crises do capital e a constante intensificação da destruição da terra são sentidos de maneira singular pelas mulheres, não pela essência feminina, mas pela relação hierarquizada nos imposta pelo capital de prover, reproduzir e cuidar.

Considerações Finais

O pensamento e a práxis ecofeminista foi responsável por revelar as conexões das crises ambientais e climáticas com a deterioração da condição de vida das mulheres, sobretudo do Sul Global, demarcando como gerar uma consciência ecológica de gênero nas próprias análises feministas, inclusive no feminismo marxistas, era um fator de grande importância para compreensão

do papel das relações hierárquicas e de opressão, e de como a libertação das mulheres também envolve a libertação da natureza.

O papel das mulheres na resistência e na luta pela preservação das terras, pela justiça ambiental, asseguração de direitos básicos – como a moradia e a alimentação –, é primordial. Além de serem grandes articuladoras de redes e casas de acolhimento e solidariedade, formam cozinhas coletivas, escolas populares e são lideranças políticas nos seus campos, aldeias e favelas, que foram cruciais para combater, denunciar e cobrar o governo por medidas efetivas mais amplas e inclusivas. A luta é travada por mulheres, desde a linha de frente do combate ao covid-19 à luta pela sobrevivência e dignidade dos seus; não ficamos paradas, nem mesmo frente a crise sanitária e humanitária que enfrentamos; nos movimentamos.

O futuro imediato não parece nem um pouco promissor, principalmente para as mulheres, as quais sofrem duramente as consequências das crises do capital. No entanto, a luta das mulheres pelo viés coletivo e solidário levanta esperanças de que a libertação de nossos corpos, e da natureza, poderá se tornar possível através da luta popular e ecossocialista.

Referencias bibliográficas

Arruzza, Cinzia; Bhattacharya, Tithi e Fraser, Nancy. (2019). *Feminismo para os 99%: um manifesto*. Boitempo, São Paulo.

Dilger, Gerhard; Lang, Miriam; Filho, Jorge Pereira [Orgs.]. (2020). *Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento*. Fundação Rosa Luxemburgo, São Paulo.

Engels, Friedrich. 2014. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. BestBolso, São Paulo.

Federici, Silvia. (2017). *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Editora Elefante, São Paulo.

Fernandes, Sabrina. (2020). *Se quiser mudar o mundo: um guia político para quem se importa*. Editora Planeta, São Paulo.

G1. (2021). *Brasil registra 2.152 mortes em 24 horas; média móvel volta a bater recorde e número de casos também*. São Paulo. Disponível em:

<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/03/12/brasil-registra-2152-mortes-em-24-horas-media-movel-volta-a-bater-recorde-e-numero-de-casos-tambem.ghtml>.

Paim, Elisangela Soldateli [Org.]. (2021). *Resistências e re-existências: mulheres, território e meio ambiente em tempos de pandemia*. Editora Funilaria, São Paulo.

Saffoti, Heleieth. (2015). *Gênero, Patriarcado, Violência*. Expressão Popular, São Paulo.

Salleh, Ariel. (1992). *Ecosocialismo-Ecofeminismo*. *Ecología política* 2, 89-92. [es]

AMAZÔNIA GENERIFICADA E RACIALIZADA NA PANDEMIA: TRANSBORDANDO O ESTADO BRASILEIRO

Brenda Thainá Cardoso de Castro¹

Matheus dos Santos da Silveira²

Introdução

Diversos grupos sociais estão enfrentando uma “cronificação” de suas vulnerabilidades com a pandemia de COVID-19, contribuindo para o aumento das desigualdades socioeconômicas em todo o globo. Entre esses grupos, estão populações tradicionais que vivem na floresta amazônica: uma região historicamente atravessada por políticas anti-indígenas e desapropriação de terras, práticas de exploração que seguem padrões coloniais e agora, com a pandemia em curso, um reforço da violência estrutural que cruza a política, relações econômicas, sociais e institucionais da região com o restante do Brasil, bem como com a sociedade internacional (Castro, Lopes e Brondiglio, 2020). Este texto visa dar um vislumbre do cruzamento de elementos da realidade amazônica na pandemia. Notamos que a região costuma ser alvo de interesse internacional como um “patrimônio mundial que precisa de

1 Doutora em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFPA). Mestra em Ciência Política (PPGCP/UFPA). Graduada em Relações Internacionais (UNAMA). Docente Adjunta da Universidade da Amazônia (UNAMA) e coordenadora do Grupo de Estudos em Gênero e Relações Internacionais (GENERI/UNAMA).

2 Mestrando em Relações Internacionais (PPGRI/UNILA). Mestre em Teoria e Pesquisa do Comportamento (PPGTPC/UFPA). Graduado em Relações Internacionais (UNAMA) e em Psicologia (UFPA).

proteção”, mas raramente é vista pelos contextos vividos pela população local e, principalmente, pelos efeitos da dinâmica global na região.

A Pandemia na Amazônia: além das consequências biomédicas

No que diz respeito à gestão da pandemia na região amazônica, é importante interpretar o que vem sendo realizado como parte do fenômeno da negligência – isto é, ação política deliberada realizada para não fornecer recursos de saúde a grupos sociais específicos, com clareza política, econômica, e motivações ideológicas (Nunes, 2019). O descaso é facilmente percebido na Amazônia, por meio da presença de estranhos em missões de evangelismo, junto com atividades econômicas predatórias realizadas por empresas multinacionais. Essas condições contribuíram para a disseminação do vírus, tornando a Amazônia uma das regiões do Brasil mais afetadas pela pandemia do COVID-19, já que a disseminação do vírus para as comunidades locais é associada a um acesso precário aos serviços de saúde.

Para o senso comum, a população ribeirinha que vive em unidades de conservação ou em territórios “isolados” estaria mais segura devido à falta de grandes fluxos de pessoas; uma percepção baseada em sua imagem da Amazônia como um lugar exótico, primitivo, distante e inóspito. Todavia, é fundamental entender que a imagem da região sempre esteve presa entre “edenismo” e “infernismo” (Gondim, 2019) - percebida tanto pela ideia de “terra prometida”, que passou a fazer parte do imaginário moderno/colonial, quanto como um “inferno verde perigoso” que deve ser civilizado; que expõe a colonialidade inerente a esse discurso (Quijano, 2005).

Nesse sentido, o projeto colonial envolveu uma centralização de poder e recursos nas áreas urbanas; assimetria ainda mais extrema quando comparamos, por exemplo, os dados sobre os “desertos” das Unidades de Terapia Intensiva (UTI) no Brasil (Anjos, Muniz, Fonseca e Oliveira 2020), onde a Amazônia se destaca, revelando as desigualdades regionais. A densidade

populacional relativamente baixa – quando comparada aos padrões europeus da pós-industrialização – contribui para o descaso presente nas políticas para a Amazônia, percebida internamente como uma periferia nacional, um “lugar não humano”. E, mesmo com um suposto “vazio demográfico”, a região ainda não consegue, por exemplo, atender à recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS) de 1 a 3 leitos hospitalares por 10.000 habitantes.

No que diz respeito às relações de gênero, está o imaginário da floresta amazônica sendo personificada como mulher, e as consequências que isso acarreta tanto nas práticas coletivas, quanto na política local/global. A produção de subjetividade (Deleuze e Guattari, 1997) da Amazônia é atravessada por uma referência duplamente feminina: no aspecto predominante da natureza (Runyan, 1992), e na própria origem do termo “Amazônia”, de relatos escritos por exploradores espanhóis sobre guerreiras que supostamente viviam em sociedades exclusivamente femininas, como as amazonas da mitologia grega.

Esses dois elementos estão presentes na produção da subjetividade da região, de forma generificada e racializada: a Amazônia é representada no imaginário nacional como uma mulher indígena; e essa representação acarreta fetichização, hipersexualização e prosperidade (reprodução/riqueza), mas também uma “selvageria” que é tida como algo a ser subjugado. Objetificação, sexualização, castidade, posse, dominação e prostituição: são todas noções utilizadas para se referir à Amazônia e estão diretamente relacionadas à associação ao “feminino”, como podemos perceber declarações do presidente Jair Bolsonaro (G1, 2019) e de seu filho, o deputado Eduardo Bolsonaro (Lemos, 2019). Embora povos indígenas também atribuam à Amazônia e à Natureza uma “feminilidade” (Carta do I Encontro de Mulheres Munduruku do Médio e Alto Tapajós, 2016), o significado é outro: enquanto o projeto nacional brasileiro usa isso para negar autonomia à região e permitir sua subjugação, para alguns povos indígenas, a atribuição de feminilidade é

usada em sinal de respeito, reconhecendo a vida e a autonomia relacionada a ela. O que significa o “feminino” em cada perspectiva é diferente.

No que diz respeito à pandemia da COVID-19, quando o governo brasileiro optou por não cumprir integralmente as diretrizes estabelecidas pela OMS, a presença militar na Amazônia foi intensificada; o que foi justificado pela pretensão de “fazer um trabalho social” (Valente 2020), que incluía as esposas de militares doando roupas e maquiando as mulheres Yanomami. Uma ação que demonstra a imposição de suas próprias referências de gênero. Isso nos permite refletir sobre como as visões racistas sobre os povos indígenas muitas vezes são infantilizadoras e paternalistas e o quão perversa é a forma como essas noções são reproduzidas junto com a presença militar na região; um argumento de “tutela” que encontra eco, por exemplo, nas políticas adotadas durante a ditadura civil-militar.

Transbordando o Estado Brasileiro

No Brasil prevalece, em grande medida, a percepção das comunidades originárias da Amazônia estando diretamente relacionado à nossa história colonial, como “selvagens”, o que está ligado à ideia de “atraso” associada à região; e “vítimas”, sendo visto como “sujeito passivo” na ação política, dependente da generosidade estatal e internacional em prover capacidades para seu bem-estar (Mutua, 2001). Portanto, o Estado e suas estruturas seriam os “salvadores”, provando a região com valores universais que devem ser propagados indistintamente – ideia que poderia ser facilmente alinhada com a mentalidade colonial promovida pelos colonizadores portugueses na região.

Para Lugones (2014), a referência central da modernidade/colonialidade é o homem europeu burguês, o qual seria considerado o ser principal e apto a participar na vida pública e no governo, heterossexual, cristão, branco e racional. É ele quem se tem legitimado nessas estruturas sociais como referência, de modo que parece haver nesses discursos a necessidade de aplicar um projeto para “salvar” alguns grupos de algum tipo de ameaça, e

normalmente, é esse grupo de homens brancos, cisgêneros e adultos o responsável por isso, o que destaca o quanto esses projetos são generificados e racializados.

No entanto, as pessoas que vivem na região são as verdadeiras “vítimas” das práticas de exploração anteriormente mencionadas; vítimas de “selvagens” que têm poder político para permitir a implantação temerária de projetos nacionais e internacionais na região, sem levar em conta os impactos causados em suas vidas. Mas eles também são seus próprios “salvadores”, realizando ações coletivas para garantir que suas necessidades fundamentais sejam atendidas, especialmente durante a crise socioeconômica. O papel da sociedade vai muito além de um mero “repositório de ações” e, na Amazônia, e isso é possível ver na prática.

Esse é um ponto central nesta discussão: as iniciativas de autogestão que se espalham pelo país e, na Amazônia, indicam um “transbordamento do Estado”; transborda porque não se limita ao Estado, vai além de sua presença/ausência. Os grupos sociais traçaram seus próprios caminhos e, embora não se deva “romantizar” a luta pelos direitos humanos básicos, é importante refletir sobre como as discussões estatais sobre a pandemia podem tornar invisíveis uma pluralidade de experiências.

Temos observado a ocorrência de muitos “eventos virtuais” de articulação política dos povos indígenas, liderados por associações como a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), para reivindicar ou lutar contra certas agendas políticas; mas também, a articulação para a solidariedade (Spezia, 2020). A mobilização pela solidariedade transnacional (FOSPA, 2020) e a produção independente de dados (APIB, 2020) tem sido o que tem conseguido mitigar o impacto da pandemia em um país com fraco desempenho na gestão da crise de saúde em curso.

Nesse sentido, a academia deve potencializar esse ativismo construído pela sociedade civil: advogando contra posturas políticas que representam

ameaças econômicas, sociais e constitucionais à qualidade de vida de muitos grupos sociais. É importante formular uma agenda política concisa para organizar a luta por suas necessidades humanas básicas, dentro de um contexto político orientado por visões de mundo extremamente conservadoras. Em um período da história contemporânea em que novos atores são cada vez mais necessários, o campo das Ciências Humanas e Sociais precisa funcionar desafiando o *status quo* imposto pelas estruturas de poder dominantes.

Referências

Anjos, A. B.; Muniz, B.; Fonseca, B. & Oliveira, R. (2020). “Em meio à pandemia de coronavírus, Brasil enfrenta ‘desertos’ de UTIs”. *Agência Pública*, Recuperado de: <https://apublica.org/2020/03/em-meio-a-pandemia-de-coronavirus-brasil-enfrenta-desertos-de-utis/>

APIB (2020). *Dados Covid 19*. Recuperado de: http://emergenciaindigena.apib.info/dados_covid19/

Carta do I Encontro de Mulheres Munduruku do Médio e Alto Tapajós. (2016). Recuperado de: https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/38842_20161202_104451.PDF

Castro, F.; Lopes, G. R. & Brondizio, E. S. (2020). The Brazilian Amazon in Times of COVID-19: from crisis to transformation?. *Ambiente & Sociedade* 23, e0123. <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc20200123vu202013id>

Deleuze, G. & Guattari, F. (1997). *Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia, vol 5*. Traduzido por Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo.

FOSPA (2020). *Declaração da Primeira Assembleia Mundial da Amazônia*. Recuperado de: <http://www.forosocialpanamazonico.com/pt/declaracion-de-la-primera-asamblea-mundial-por-la-amazonia/>

G1. (2019). 'Brasil é uma virgem que todo tarado de fora quer', diz Bolsonaro ao falar sobre Amazônia. *G1*. Recuperado de: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/06/brasil-e-uma-virgem-que-todo-tarado-de-fora-quer-diz-bolsonaro-ao-falar-sobre-amazonia.ghtml>

Gondim, N. (2019). *A invenção da Amazônia*. Manaus: Editora Valer.

Lemos, Nina. (2019). “Eduardo Bolsonaro: se a Amazônia é uma “mulher”, o relacionamento é abusivo”. *UOL*, Recuperado de: <https://ninalemos.blogosfera.uol.com.br/2019/09/02/eduardo-bolsonaro-se-a-amazonia-e-uma-mulher-o-relacionamento-e-abusivo/>.

Lugones, María. (2014). Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, 22 (3): 935-952. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/%25x>

Mutua, M. W. (2001). Savages, Victims, and Saviors: The Metaphor of Human Rights. *Harvard International Law Journal* 42 (1): 201-245.

Nunes, J. (2019). Neglect in Global Health. Em: *Routledge Handbook on the Politics of Global Health*. Richard Parker e Jonathan Garcia (eds.). Nova York: Routledge.

Quijano, A. (2005). Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. Em: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*, Edgardo Lander (ed.). Buenos Aires: CLACSO. Recuperado de: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf

Runyan, A. S. (1992). The ‘State of Nature: a garden unfit for women and other living things. Em: *Gendered States – Feminist (Re)Visions of International Relations Theory*. V. Spike Peterson (ed.). Boulder: Lynne Rienner Publishers.

Valente, R. (2020). Mulheres de militares maquam, dão roupas e causam aglomeração de ianomâmis. *UOL*, Recuperado de: <https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2020/07/17/militares-coronavirus-indigenas.htm#:~:text=Uma%20%22a%C3%A7%C3%A3o%20social%22%20feita%20por,aglomera%C3%A7%C3%A3o%20de%20crian%C3%A7as%2C%20sem%20m%C3%A1scaras>

Spezia, A. (2020). Solidariedade partilhada: nas aldeias ou em contexto urbano, indígenas enfrentam muito mais do que o avanço da covid-19 em Rondônia. *CIMI*, Recuperado de: <https://cimi.org.br/2020/08/solidariedade-partilhada-aldeias-contexto-urbano-indigenas-enfrentam-muito-mais-que-avanco-covid-rondonia/>

**Mundo do Trabalho,
Economia e
Precarização
Laboral**

2

TRABALHO SEXUAL E COVID-19: ENTRE O RISCO E A SOBREVIVÊNCIA

Fernanda Priscila Alves da Silva¹
João Soares Pena²

A prostituição é uma prática social complexa e tem sido historicamente, marcada por muitas contradições. Ela envolve uma diversidade de atores sociais, contextos e trabalhos sexuais e suas diversas definições pouco têm contribuído para pensar os diversos modos e formas de inserção. Por um lado, o que se verifica é que normalmente as prostitutas ocupam áreas centrais e ainda costumam ser desvalorizadas e estigmatizadas socialmente (Pheterson, 1996). A prostituição provavelmente é a mais conhecida, mas não a única forma de trabalho sexual. Atizes e atores pornô, *strippers*, *camgirls*, atores e atrizes de sexo ao vivo, entre outros, são também trabalhadores e trabalhadoras sexuais, cada um(a) oferecendo serviços específicos (Weitzer, 2010; Prada, 2018). Todas essas atividades têm sido afetadas pela pandemia de Covid-19, mas aqui discutiremos as dificuldades enfrentadas pelas prostitutas.

1 Doutoranda em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), psicóloga e pedagoga. Atualmente é professora formadora do Instituto Federal da Bahia (IFBA) – Campus Brumado.

2 Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), urbanista pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Atualmente é Analista Técnico de Urbanismo do Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA).

No cenário brasileiro, a prostituição feminina³ tem sido apresentada e pensada a partir de leituras focadas nas perspectivas da saúde e da justiça (Mello, 2012). A ação dos movimentos sociais nos últimos anos tem sido um marcador importante e decisivo também para a luta das trabalhadoras sexuais. As organizações e associações de prostitutas espalhadas pelo país estão, em sua maioria, articuladas em redes.⁴ As ações desses grupos têm se desenvolvido em um contexto caracterizado por posições moralistas e conservadoras sobre a prostituição, marcando um movimento que reivindica a legitimidade do trabalho sexual e o direito sobre o próprio corpo. É importante ressaltar que desde 2002 o trabalho sexual foi incluído na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), sob o código 5198-05 e o título de “Profissional do Sexo” (Pena, 2019).

No contexto da pandemia de Covid-19, as trabalhadoras sexuais, em todo o mundo têm sido esquecidas nas respostas e atuação dos governos. Isto acontece mesmo onde essa atividade é devidamente regulamentada, com deveres (como pagar taxas e impostos) e direitos em tese assegurados pelo Estado, como nos Países Baixos. Lá as trabalhadoras sexuais têm protestado em razão das dificuldades enfrentadas pelo fechamento das vitrines do Red Light District, por serem impedidas de voltarem a trabalhar, mesmo quando outros trabalhos que requerem contato físico já foram retomados, e também pela falta de suporte financeiro para muitas delas⁵ (Pena, 2020).

De modo geral, essas trabalhadoras se encontram desamparadas e desassistidas pelos seus governantes. No Equador, trabalhadoras sexuais reclamam pela falta de apoio e acesso a serviços básicos:

3 Neste artigo estamos tratando particularmente da experiência de trabalhadoras sexuais cisgêneras.

4 No Brasil, temos três redes de trabalhadoras sexuais importantes: Rede Brasileira de Prostitutas, Central Única de Trabalhadoras Sexuais (CUTS) e Articulação Nacional de Profissionais do Sexo (ANPROSEX).

5 Cf.: Em reportagem à GloboNews trabalhadoras sexuais dos Países Baixos relatam as dificuldades durante a pandemia. Disponível em: <https://g1.globo.com/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18/video/veja-como-a-pandemia-modificou-a-prostituicao-em-amsterda-9328465.ghtml>.

As trabalhadoras do sexo sofreram um grande impacto devido à emergência de saúde. Vamos para as ruas com muito receio e temos medos de ser violadas. Não temos dinheiro para a comida, aluguel, remédios; serviços de saúde estão fechados. Não há acesso a preservativos e colegas morreram devido à COVI-19”, afirmou o Coletivo Flor de Azaleia (UNAIDS, 2020).

Infelizmente essa é a realidade de trabalhadoras sexuais mundo afora. A crise sanitária, somada ao estigma, à discriminação e criminalização dessas trabalhadoras as têm colocado em situação de vulnerabilidade. Isto requer ações imediatas que visem salvaguardar essas profissionais em um contexto tão adverso como o da pandemia. A desigualdade social e muitos dos problemas enfrentados pelas prostitutas e outros grupos sociais já existiam, mas têm sido agravados pelas restrições impostas pela Covid-19.

Com o intuito de discutirmos as experiências dessas ativistas pelos direitos das profissionais do sexo durante a pandemia de Covid-19, trazemos relatos de cinco trabalhadoras sexuais do Norte e Nordeste do Brasil e integrantes da Articulação Nacional de Profissionais do Sexo (ANPROSEX) sobre como tem sido o enfrentamento à pandemia em seus respectivos contextos: Fátima Medeiros, fundadora e coordenadora da Associação das Prostitutas da Bahia (APROSB), Elizabeth Pereira, do Grupo Independente das Profissionais do Sexo de Fortaleza (GIPS), Diana Soares, da Associação de Profissionais do Sexo do Rio Grande do Norte (ASPRORN), Maria Elias Silveira, coordenadora do Coletivo Coisa de Puta+, de Belém/PA, e Mara dos Santos, coordenadora da Associação de Profissionais do Sexo Madalenas (APSM), de Alagoas.⁶

⁶ Todas as ativistas e trabalhadoras sexuais citadas neste artigo concordaram em compartilhar como têm vivenciado o período da pandemia e como se encontram outras colegas de profissão, assim como os desafios e enfrentamentos no contexto da pandemia de Covid-19. As entrevistas aqui utilizadas foram realizadas no período de junho a dezembro de 2020. Consideramos essas trabalhadoras sexuais por fazerem parte do projeto “Fortalecer as trabalhadoras sexuais para vencer a Covid-19”, desenvolvido sob a coordenação da ANPROSEX e Movimento e Libertação da Mulher (MLM), com apoio da ONU Mulheres Brasil e União Europeia através da chamada voltada à implementação do Plano de Contingência diante da pandemia da Covid-19 do projeto “Conectando Mulheres, Defendendo Direitos”. Uma das ações deste projeto tem sido o fortalecimento dessas lideranças e o desenvolvimento de estratégias para o enfrentamento dos impactos da pandemia no contexto e vida das trabalhadoras sexuais.

No Brasil, o Governo Federal pouco tem contribuído para que as pessoas que atuam no trabalho autônomo e informal e sem direitos básicos assegurados possam sobreviver sem executarem seu trabalho. Neste momento, devido à falta de políticas públicas que reconheçam as necessidades das trabalhadoras sexuais e dos desafios enfrentados pelas organizações que lhes orientam e dão suporte, ações de apoio de fortalecimento são urgentes. Mara dos Santos fala das tentativas de parcerias com o estado e município para assegurar o que deveriam ser direitos garantidos à toda população, inclusive às trabalhadoras sexuais. Mara dos Santos afirma que:

Aqui a situação está bem difícil porque estamos sem doações para suprir as necessidades das companheiras e algumas não estão trabalhando porque não está compensando devido ao valor que é cobrado na rua e o local que elas moram por ser longe do ponto de trabalho. Está difícil, a gente tenta parceria com o estado, com o município, mas por enquanto está difícil pra gente que trabalha na rua, que precisa sair pra ir batalhar. E estamos pela fé e aguardando pra ver se o governo nos vê (Mara Santos, entrevista, 15/12/2020).

Elisiane Pasini, antropóloga e ativista feminista, em um artigo sobre o trabalho sexual e o Coronavírus, apresenta o descaso do governo brasileiro e evidencia a necessidade de políticas públicas e o grito das ativistas⁷ por apoio e por visibilidade política: “Nós existimos!” (Pasini, 2020). Também ouvimos relatos de lideranças que afirmam que a ação fundamental neste momento é informar e apoiar estas mulheres para que elas permaneçam seguras e assistidas financeiramente.

Fátima Medeiros afirma que:

Estou no movimento um pouco mais de vinte anos que foi quando fundamos a APROSBA porque a gente teve a necessidade de fundar pra lutar por direitos. Mas, é uma briga constante e fui convidada pra falar sobre o que estamos passando neste momento de pandemia, de Covid-19 [...] A política que deveria ter é o benefício que viesse específico para nossa categoria. Tem para todas as outras, todas as outras, eu vejo aparecer para todas as categorias, menos pra profissional do sexo. É muito difícil pra gente ser beneficiada porque não tem. A gente é invisível para a sociedade [...]. A nossa situação é perigo constante. É uma profissão assim de risco, eu entendo. E se nada acontecer a gente está se expondo demais. Vai morrer muitas. A sociedade precisa nos olhar como pessoas, como gente, a gente paga os impostos. A gente precisa. A gente esta lutando, mas está

⁷ No texto de Elisiane Pasini (2020) escutamos a força da palavra de Diana Soares, palavra esta enfatizada e reafirmada nos diálogos estabelecidos em nossas entrevistas.

complicado. A gente vê que esse governo... A gente não vê nada que beneficie a população, imagine para a trabalhadora sexual, né? (Fátima Medeiros, entrevista, 16/06/2020).

Na fala de Fátima Medeiros algumas questões surgem suscitando questionamentos acerca do modo como as trabalhadoras sexuais são tratadas. Enquanto coordenadora da APROSBA, a ativista e trabalhadora sexual fala a partir de suas próprias vivências, mas também aponta as falas de outras companheiras de profissão. Um primeiro ponto que surge de sua fala é a falta de políticas públicas que contemplem as trabalhadoras sexuais, uma questão que vem sendo reivindicada pelo movimento de prostitutas no Brasil há décadas. Atrelada a esta questão, Fátima aponta outro elemento fundamental neste debate: o fato de, quando reconhecidas, as trabalhadoras sexuais serem vistas apenas “da cintura pra baixo”, uma perspectiva que retira das trabalhadoras sexuais o direito de serem reconhecidas como mulheres sujeitas de direitos e, em última instância, as desumaniza.

Outro aspecto apontado por Fátima é a falta de auxílio financeiro na pandemia. Apesar de o Governo Federal ter concedido um auxílio emergencial por 6 meses e muitas trabalhadoras sexuais o terem recebido, algumas categorias profissionais tiveram alguns suportes específicos. A Prefeitura de Salvador criou o programa “Salvador por todos”,⁸ concedendo um benefício de R\$ 250,00 por mês para diversos trabalhadores informais como baianas de acarajé, ambulantes, baleiros, entre outros, mas não incluiu as prostitutas, que também são trabalhadoras informais.

Para Elizabeth Pereira, a situação das trabalhadoras sexuais em Fortaleza neste período da pandemia é desafiante, pois

As mulheres não estão parando, elas continuam trabalhando. Elas são meninas de praça. Tem duas praças que eu faço este trabalho com elas. Casos de coronavírus com elas não teve, mas as dificuldades sim. São dificuldades de sobrevivência porque sumiu muitos homens com medo de coronavírus, mas elas não deixaram de trabalhar, elas estão sempre lá nas esquinas, no centro da cidade. A dificuldade que eu mais

8 Cf.: Para maiores informações sobre o programa “Salvador por todos” ver: <<http://www.salvadorportodos.salvador.ba.gov.br>>. Acesso em: 09 mar. 2020.

encontro é ter mais companheiras neste trabalho porque sozinha não tem condições (Elizabeth Pereira, entrevista, 22/09/2020).

No contexto de Fortaleza, em particular no centro da cidade, onde se localiza o foco da atuação da GIPS, Elizabeth aponta duas questões centrais: a primeira é o fato de as mulheres continuarem o exercício da prostituição mesmo em tempos de pandemia e isso se deve, assim como em outras realidades no Brasil, ao fato dessas trabalhadoras não terem a garantia recursos para manterem a si e a seus familiares durante este período. O mesmo foi percebido em São Paulo, no Parque da Luz, tradicional ponto de prostituição da cidade. Mesmo com a escassez de clientes e o risco de infecção pelo coronavírus, algumas prostitutas continuaram “batalhando” nos arredores do referido parque quando ele foi fechado, pois esta era sua única fonte de renda (Vespa, 2020). Continuar trabalhando era uma questão de sobrevivência.

Outro elemento abordado por Elizabeth é o número reduzido de trabalhadoras sexuais que sejam ativistas pelos direitos das trabalhadoras sexuais. Isto acontece em outros estados e cidades brasileiras, sendo também uma consequência da precarização, do estigma e da falta de informação, entre outros fatores. Em seu artigo, Elisiane Pasini (2020) traz relatos de algumas das lideranças brasileiras das redes nacionais de trabalho sexual de mulheres cisgêneras, travestis e transexuais sobre a situação destas em tempo de pandemia. Destacamos a fala de Diana Soares, que afirma que:

Hoje, no Brasil, com a pandemia do coronavírus nós, trabalhadoras sexuais não existimos. Eu me reconheço como um sujeito político de direitos, mas a sociedade não. Está muito difícil. Ninguém fala em nós. Nós não existimos. Na verdade, até existimos, mas como pessoa pobre e desempregada, mas não como uma prostituta.

Não somos lembradas, a não ser pelas nossas próprias vozes. O que está sendo feito é para a população em geral. Se para mim está difícil, imagine para as colegas que estão lá, sem saber onde buscar apoio e sem poder trabalhar (Pasini, 2020).

Maria Elias levanta, assim como Fátima Medeiros, a questão do não reconhecimento da sociedade sobre a existência das trabalhadoras sexuais e sobre como elas têm sido invisibilizadas nas políticas públicas e como o acesso

aos direitos tem sido negado. Outro ponto apresentado por Maria Elias, também evidente em falas de outras lideranças do movimento de trabalhadoras sexuais, é a permanência destas profissionais em seus locais de trabalho. De um lado, poucos clientes, como também afirma Elizabeth Pereira, mas de outro lado, a necessidade de (sobre)viver. Esta é uma situação contraditória, pois ao mesmo tempo em que essas mulheres precisam garantir sua renda também se colocam em risco quando mantêm o trabalho. Segundo Maria Elias:

A pandemia de Covid-19 veio como uma arma pesada dentro do contexto do que é viver a prostituição e viver da prostituição, do trabalho sexual. Aqui no Pará, nós estamos em desdobramento tentando sobreviver. Não saímos da zona. Foi impossível. Poucos clientes. Mas é a necessidade de viver e o trabalho sexual é bem maior do que qualquer pandemia. Não estamos tendo apoio suficiente de nenhuma secretaria. Outras organizações passaram por nós e nos deram ajuda, porém o desafio maior é tentar sobreviver e fazer com que a sociedade nos veja como parte desta população: trabalhadora sexual, mulher, vivendo com HIV/AIDS e também com tantas dificuldades como qualquer outra pessoa. Uma estratégia que nós usamos dentro da zona, apesar que não saímos totalmente foi a questão de, além de falar da prevenção das DSTs foi falar de prevenção ao Covid-19 e sempre mantendo a higiene com total segurança. Nada está sendo fácil, porém nós estamos sobrevivendo (Maria Elias, entrevista, 14/07/2020).

O contexto apresentado por essas trabalhadoras sexuais mostra o quanto elas têm sido invisibilizadas pelo Estado e têm tido seus direitos negados. Sabemos que desde a década de 1980 o movimento e prostitutas no Brasil têm levantado bandeiras de luta e defendido o direitos das trabalhadoras sexuais. Desse modo, neste cenário de pandemia visualizamos nesse movimento a configuração de um lugar que ora “abre brechas na medida em que, por meio das vozes das prostitutas denuncia as violações de direitos” (Silva & Costa, 2019, p. 128), ora procura encontrar brechas para que seus direitos sejam, de fato, garantidos. Apesar de o trabalho sexual ser reconhecido no Brasil, como dissemos, não há qualquer tipo de regulamentação de seu exercício, negando às profissionais direitos trabalhistas e outros tantos. A situação de vulnerabilidade social em que muitas delas se encontram reside nesta ausência de direitos, somada ao estigma enfrentado no dia a dia, à falta de políticas públicas, como foi comentado, à invisibilização política que sofrem e o descompromisso do Estado com a promoção do bem estar de todos(as). Estes são problemas enfrentados há muito tempo, mas na pandemia de Covid-19 eles têm sido potencializados, colocando-as numa posição de decidir entre o risco do coronavírus e a sobrevivência delas e seus familiares.

Referências

- Mello, A. S. V. de. (2012). A construção da prostituta em sujeito político de direitos a luta contra a Aids. *Temáticas*, 20(40), 13-34. <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/11531/6739>
- Pasini, E. (2020) Em depoimentos à antropóloga Elisiane Pasini, prostitutas falam sobre trabalho e vida em tempos de covid-19: “Nós existimos!”. *Viomundo*. <https://www.viomundo.com.br/voce-escreve/em-depoimentos-a-antropologa-elisiane-pasini-prostitutas-falam-sobre-o-trabalho-e-a-vida-em-tempos-de-covid-19-no-brasil-nos-existimos.html>
- Pena, J. S. (2019). Gestão pública da prostituição no Brasil e na Holanda. *Revista Políticas Públicas & Cidades*, 7(1), 1-19. <https://rppc.emnuvens.com.br/RPPC/article/view/345/227>
- Pena, J. S. (2020) *Além da vitrine: produção da cidade, controle e prostituição no Red Light District em Amsterdã* [Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia].
- Pheterson, G. (1996). *The prostitution prism*. Amsterdam University Press.
- Prada, M. (2018). *Putafeminista*. Veneta.
- Silva, F. P. A. da & Costa, L. A. F. da. (2019). Movimento de Prostitutas e os saberes tecidos na Batalha. In Maraux, A. T. S. R., Oliveira, I. V. S. de & Silva, M. E. da. *Série Ações Afirmativas Educação e Direitos Humanos: Diferenças e Práticas Formativas. Vol. 1* (pp. 111-133). EDUNEB.
- UNAIDS (2020). *Resposta à COVID-19 deve defender e proteger os direitos humanos das profissionais do sexo*. <https://unaids.org.br/2020/04/resposta-a-covid-19-deve-defender-e-protoger-os-direitos-humanos-das-profissionais-do-sexo/>
- Vespa, T. (2020). Coronavírus não interrompe prostituição a R\$ 30 no centro de São Paulo. *Uol*. <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/23/prostituicao-a-r-30-no-centro-de-sao-paulo-nao-para-em-meio-a-pandemia.htm>
- Weitzer, R. (2010). Sex work: paradigms and policies. In Weitzer, R. (ed.). *Sex for sale: prostitution, pornography, and the sex industry* (2. ed., pp. 1-43). Abingdon; Routledge.

¿EL CAPITAL O LA VIDA?: UN MAL GOBIERNO Y LAS LIMITACIONES DE LA POLÍTICA ECONÓMICA DOLARIZADA PARA CONTENER LA CRISIS GENERADA POR EL COVID-19

Mishell Geoconda Pavón Abalco¹

Introducción

Ecuador fue el tercer país de América Latina en reportar su primer caso de COVID-19 el 29 de febrero del 2020. Llego a ser el segundo país con más números de muertes atrás del gigante Brasil a mediados del mes de Abril del 2020. En el mismo mes, en Guayaquil, la ciudad más grande de Ecuador, sufrió un boom de contagios, debido a la demora para contener la pandemia². Debido a la falta de estructura hospitalaria, un número de test irrisorios, dentro de una estructura social de desigualdad que se demuestra en la falta de servicios básicos en las zonas más pobres, Guayaquil se convirtió en la Wuhan de Ecuador y uno de los casos más sufridos de América Latina con 5754 de los 8825 contagios que hubo en todo el país hasta 16/04/2020. Sin embargo las cifras oficiales³ no reflejaban la cruda realidad. Los pobladores infectados se

1 Magíster en Economía Política Internacional por la Universidad Federal de Rio de Janeiro; Licenciada en Relaciones Internacionales por la Universidad Federal de Integración Latinoamericana. Colaboradora del Observatorio de la dolarización de Ecuador, donde una versión de este artículo se encuentra publicada.

2 Aún cuando ya se habían reportado los primeros casos de COVID-19, se permitió la realización de un partido de fútbol de la copa libertadores el 4 de marzo y un segundo partido nacional el día 8 de marzo. Además se realizó una lujosa boda en Zamborondón (exclusivo cantón aledaño) donde el COVID-19 se hizo presente (Celi, 2020).

3 El 16/04/2020 Jorge Wated encargado de la fuerza tarea para el sepelio en la provincia del Guayas, dio a conocer que según las actas de defunción de la provincia, solo en la primera quincena de abril hubieron más 6704 decesos y contando desde marzo (46 días) el numero de fallecidos subió para 10939 en la provincia del Guayas (Nodal, 2020). Hubieron muertes que no tuvieron el tiempo de ser testadas, el informe no mostró si todas las muertes fueron por

llegaron a caer muertos en las calles, difuntos esperaban en la aceras a veces durante días, aumentando el riesgo de contagio. La crisis sanitaria se convirtió en crisis humanitaria. Ecuador fue una fuente de pánico a nivel internacional.

Meses después, el foco de contagios se cambió a la capital después de haber salido del “semáforo rojo” para “semáforo verde”. El 10 de agosto, Quito registró 16 210 casos confirmados de covid-19, mientras que Guayaquil se convirtió en la segunda ciudad con más personas confirmadas: 12 202. En aproximadamente un año después del inicio de la pandemia, según cifras oficiales, Pichincha es la provincia con mayor número de contagios con 104 438 casos, mientras que Guayas es la segunda con 38 572, de un total 302. 498 casos a nivel nacional a la fecha del 15/03/2021 (El Comercio Data , 2021).

Así, la dificultad de contener la crisis sanitaria en Ecuador va más allá de la “indisciplina” de la población. En realidad, es cuestión de malas e insuficientes políticas públicas y un Estado ecuatoriano que ha sido históricamente debilitado. Ecuador es una economía primario exportadora, dependiente de petróleo, y como si fuera poco es un país dolarizado. Una estructura económica dependiente que se retroalimenta. ¿Pero porque mencionar la dolarización ahora, que tiene que ver con la crisis generada por el COVID-19?

Desarrollo

La dolarización –la sustitución de su moneda nacional por el dólar en sus tres funciones: unidad de cuenta, reserva de valor y medio de pago– tiene serias implicaciones con respecto al alcance y margen de maniobra de las herramientas de política económica, comprendidas por: la política cambial, monetaria y fiscal. Analicemos como cada una de estas herramientas de política económica ha sido afectada por la dolarización, limitando su poder de actuación en casos críticos como la crisis provocada por la Pandemia del COVID-19.

COVID-19, pero según el Colegio de Médicos del Guayas la mayoría de muertes están directamente ligadas a enfermedades respiratorias pulmonares, pues el número promedio de muertes cotidianas por mes era de 2000 (Medina, 2020).

En primer lugar, vale remarcar que un país dolarizado no tiene política cambial, su política cambial se la puede asemejar a un cambio extremadamente rígido de 1x1. No puede devaluar su moneda para protegerse de choques externos, lo que lo deja vulnerable a crisis internacionales. Es así también, más difícil impulsar sus exportaciones con un “cambio” tan valorizado, al mismo tiempo que las importaciones se tornan más atractivas, lo que en buena medida puede sabotear a la industria nacional naciente. Sin embargo, la dolarización provoca una verdadera contradicción, pues es la disponibilidad de divisas, en este caso también de circulante nacional, que depende determinantemente del desempeño de las exportaciones y dentro de ellas, en Ecuador el petróleo tiene preponderancia.

El petróleo representa aproximadamente el 30% del PIB ecuatoriano y casi 60% de sus exportaciones (Pavón, 2020). Este importante factor de dependencia estructural reveló, una vez más, su importancia en plena crisis humanitaria generada por el COVID-19, cuando el 20 de abril históricamente los precios de petróleo llegaron a precios negativos, debido a la desaceleración de la economía mundial, al exceso de oferta y al costo que implica para los especuladores financieros, el almacenamiento del petróleo. Así, el petróleo ecuatoriano se llegó a cotizar a menos de 1 dólar (El Comercio, 2020).

En ese sentido, es preocupante la falta de divisas cuando el precio del petróleo cae, pues significa la caída del 60% de su circulante nacional, dependiendo de la caída y su duración podría ser fatal para la liquidez de sistema monetario. A pesar de que los precios vayan recuperándose se estima que no sobrepasarán los 20 USD y Ecuador había proyectado su presupuesto para 2020 con el precio del petróleo encima de los 50 dólares, lo que significa menos recursos para combatir el COVID-19, más contagios, más muertes.

De esa forma, la política monetaria dependerá también del sector externo. Ya que el papel de reaccionar a los estímulos externos y proteger la económica doméstica no puede ser hecha por la política cambial, la responsabilidad pasa directamente a la política monetaria. Sin embargo ésta

también se encuentra severamente restringida por la dolarización. Una de las principales herramientas de la política monetaria, es la tasa de interés, junto con los encajes bancarios, tiene el poder de regular la liquidez de la economía de un país. A pesar de que Ecuador no perdió el poder de definir su tasa de interés, tiene que ser lo suficientemente alta para atraer inversiones y compensar el mayor riesgo de default que un país tiene, al no poder garantizar su pago en última instancia por medio de su Banco Central, ya que el mismo, no está más habilitado a imprimir su moneda nacional. Eso hace que el país tenga mayor propensión al endeudamiento externo, así como mayor presión sobre sus obligaciones resultantes. De esa forma la liquidez de Ecuador pasa a depender del sector externo sea por exportación o por endeudamiento.

Así la dependencia con el capital internacional aumenta, el cual continúa enriqueciéndose en medio de esta pandemia, gracias a la “fidelidad” de sus deudores, como es el caso de Ecuador. El viceministro de finanzas Esteban Ferro anunció en mediados de marzo del 2020 que la prioridad era pagar la deuda externa (Bruni, 2020) incluso ya en un contexto de caída del precio del petróleo, con la justificativa de mantener una imagen internacional de buen pagador que en realidad no puede sostener, y sus acreedores, sobre todo el FMI, lo saben. Lo que se quiso salvar fue el capital y no vidas (Arauz, 2020a).

Tanto es así que en el mes de marzo el Banco Central pago por servicio de deuda externa 791 millones, contradiciendo lo que el ministro de Finanzas había comunicado públicamente, que se iba a pagar solamente 327 millones en capital y 17 millones en intereses; además se produjo una fuga de capitales privados de 1.912 millones (BCE, 2020). Según Arauz (2020b) entre 1 y 22 de abril del 2020, se reportó al menos 829 millones en fuga de capitales, el total que salió del país habría sido de 1496 millones y solo una pequeña parte se la puede atribuir a importaciones, siendo que el impuesto a las importaciones ha caído un 37%, mientras que el impuesto a la salida de divisas ha aumentado 40%. Otro peligro para la liquidez nacional.

Como por si fuera poco, en un país dolarizado la política fiscal tiene que ajustarse a la disponibilidad de divisas que obtenga principalmente por exportaciones o endeudamiento. Así, la política fiscal funciona como una variable de ajuste. Por lo que, la dolarización impone una “disciplina fiscal”, esto quiere decir que para evitar el “desequilibrio” macroeconómico, la dolarización empuja al corte del “gasto” público, entre ellos está la salud pública.

Ecuador ya se encontraba en recesión, en un contexto de corte de gastos públicos, en 2019 se había recortado 30% de gasto en salud pública y en 2020 (especialmente en el primer semestre el peor tiempo de la pandemia) fue menor en comparación con el año anterior con \$US1.470 frente a \$US1.221 millones, ¡se disminuyeron los gastos en salud en pandemia! Lo que evidencia que el pago de la deuda externa quitó recursos para atender la emergencia sanitaria. Según la CEPAL Ecuador se encuentra por debajo del promedio de la región destinando solamente 3,5% de su PIB para enfrentar la emergencia sanitaria; el Salvador un país dolarizado destinó 11,1% y Argentina aún muy endeudada destinó 3,9%, era cuestión de decidir a quien salvar, si al capital o a la vida (Báez, 2020).

En el caso de Ecuador el riesgo de entrar en una crisis profunda, y no poder contenerla a través del financiamiento propio de déficits fiscales comienza por un freno en la economía, esa contracción se convierte en menos ingresos tributarios, lo que genera presiones en el presupuesto del Estado, generando déficits crecientes y como la economía ortodoxa (que es la que esta siguiendo Moreno) ve al endeudamiento como un mal a ser evitado, entonces lo que se hace es cortar gastos y aumentar impuestos, lo que empeora aún más la crisis.

En la practica, la dolarización en medio del enfrentamiento a la Pandemia se tradujo en la imposibilidad de financiar su déficit fiscal (por medio de la impresión de su moneda nacional), de manera urgente para financiar el gasto público en salud. La falta de recursos inmediatos para la adquisición de

pruebas de detección, material de bioseguridad, respiradores y demás recursos para contener la propagación del virus, significaron miles de muertes.

Además insuficiente y casi ausente inyección de recursos en la sociedad a través de la provisión de ayuda económicas urgentes para poder exigir un confinamiento. La transferencia unilateral de renta en tiempos de emergencia para los desempleados autónomos y trabajadores informales, es una lástima pues ni siquiera el seguro desempleo, se les ha otorgado de forma eficiente y justa a los que fueron desempleados por los efectos Pandemia. Pero sobre todo el hecho de haberse permitido los despidos en tiempos tan crítico fue una política despiadada. Ni que hablar de los trabajadores autónomos e informales, que no fueron contemplados con ningún tipo de ayuda financiera para poder guardar el aislamiento social, pero eso sí, fueron terminantemente prohibidos de comercializar.

Otra medida importante que no se hizo, fue la reducción temporal de impuestos y otras contribuciones de sectores de la economía más golpeados por la crisis, sobre todo pequeñas y medianas empresas. Con el freno que tuvo que hacer la economía ecuatoriana en este contexto, las arcas fiscales se vieron en apuros, su escape fue un nuevo impuesto camuflado de “ayuda solidaria”, los trabajadores que ganan un salario a partir de 500 a 250,000 dólares tiene que contribuir con una “tarifa básica” y un porcentaje que va desde el 1% hasta el 35% según una tabla establecida (la tarifa y el porcentaje va aumentado de acuerdo al salario). Sin embargo, las empresas que ganaron en 2019 más de USD 1 millón continuaron pagando solamente el 5% (El Universo, 2020). Es decir se saca del bolsillo de los trabajadores recursos que podrían haber venido del propio Estado, lo cual sería más fácil si Ecuador tuviera moneda propia. Y como si no fuera poco, los primeros días de mayo se anuncio el corte de 98 millones a las Universidades Públicas (Rosales, 2020), una perdida irreparable.

Además, trabajadores que están ejerciendo alguna actividad considerada esencial, como médicos, policías, del área de alimentación etc., fueron desprotegidos a través de la resolución MDT-2020-023 del 29/04/2020

determinó el COVID-19 no será reconocida como enfermedad de trabajo. En la practica podrán ser reconocidos solo médicos y si lo comprueban, ¿pero y los trabajadores de las otras áreas? ¿El pretexto?, falta de recursos públicos.

Como fue mencionado el petróleo además de ser el principal generador de divisas, y a pesar de haberse reestablecido de la caída abrupta, su precio estuvo por debajo de lo presupuestado en 2020. Esto significó, menor entrada de ingresos a las arcas fiscales, lo que dentro de un régimen de dolarización, tornó más difícil hacer políticas contra cíclicas, pero expertos han demostrado que hay alternativas. La cuestión es que Moreno ha decidido pautarse por una economía ortodoxa guiada para privilegiar el gran capital.

Consideraciones Finales

En conclusión, a diferencia de otros países Ecuador no tiene moneda propia, por medio de la cual pueda financiar su déficit fiscal, ni siquiera en coyunturas críticas. Esto, se tradujo en falta de recursos urgentes para enfrentar y contener el avance del corona virus, provocando miles de muertes, algunas de forma inhumana fueron cayendo por las calles de Guayaquil; muertes que después se transformaron en la acumulación de cifras incompletas. Esa es la falta del alcance de la política económica el Estado ecuatoriano tiene, y en buena parte es debido a la “disciplinada” política fiscal que la dolarización le impone. El resultado es, miles de muertes, desempleo disparado, familias llorando por muerte y por hambre. Hoy 15/03/2021 son 16.240 fallecidos por Covid19 (Coronavirus Ecuador, 2021). La dolarización junto con un mal gobierno, mata.

Bibliografía

Arauz, A. (19 de 04 de 2020a). *¿Quiénes son los tenedores? Un análisis de la gestión de la deuda externa de Richard Martínez*. Acceso em 04 de 2020, disponible em Observatorio de la dolarización: <https://dolarizacionec.wordpress.com/2020/04/19/quienes-son-los-tenedores-un-analisis-de-la-gestion-de-la-deuda-externa-de-richard-martinez/>

Arauz, A. (24 de 04 de 2020b). *Grave advertencia: precipitada fuga de capitales*

en lo que va de abril, \$829 millones. Acceso em 04 de 2020, disponível em Observatorio de la dolarización: <https://dolarizacionec.wordpress.com/2020/04/24/grave-advertencia-precipitada-fuga-de-capitales-en-lo-que-va-de-abril-829-millones/>

Báez, J. (31 de 07 de 2020). *El gasto en salud en Ecuador de 2020 durante la pandemia fue menor al de 2019*. Acceso em 03 de 2021, disponível em Instituto de Investigaciones Económicas Universidad Central del Ecuador: <https://coyunturaueiie.org/2020/07/31/el-gasto-en-salud-en-ecuador-de-2020-durante-la-pandemia-fue-menor-al-de-2019/?fbclid=IwAR27ryQFIKPeHW5PjJIDq8Z3RM7Q3shSAXZZ6v4pLYNdgmO9fuIOD2QTa8o>

BCE. (03 de 2020). *Gestión de la Liquidez del Sistema Financiero*. Acceso em mayo de 2020, disponível em Contenido BCE: https://contenido.bce.fin.ec/documentos/Estadisticas/SectorMonFin/Liquidez/gli202003.pdf?fbclid=IwARIEeAVr-k-7VFLXck6xQNWyLQCh_MMC5YrhFtJLVJ1WfNZ_RcbZ9IySyR0

Bruni, J. (16 de 03 de 2020). *EXCLUSIVE: Ecuador shoring up credit lines, coping with oil price drop*. Acceso em 05 de 2020, disponível em LatinFinance: <https://www.latinfinance.com/daily-briefs/2020/3/16/exclusive-ecuador-shoring-up-credit-lines-coping-with-oil-price-drop-deputy-finmin>

Celi, E. (20 de 04 de 2020). *Así se propagó el coronavirus en la provincia de Guayas Para hacer uso de este contenido cite la fuente y haga un enlace a la nota original en Primicias.ec*. Acceso em 2020 de 04, disponível em Primicias: <https://www.primicias.ec/noticias/sociedad/propagacion-coronavirus-provincia-guayas/>

Coronavirus Ecuador. (15 de 03 de 2021). *Estadísticas Covid-19*. Acceso em 03 de 2021, disponível em CoronavirusEcuador.com: <https://www.coronavirusecuador.com/estadisticas-covid-19/>

El Comercio. (21 de 04 de 2020). *Tres claves para entender la caída del petróleo y su impacto en Ecuador Este contenido ha sido publicado originalmente por Diario EL COMERCIO en la siguiente dirección: https://www.elcomercio.com/actualidad/explicacion-caida-petroleo-wti-ecuador.html?fbclid=IwAR3erpbC1b-w_n4Vwl5xvG0dADf2o3ae6jrYIR5ulOTxcYdduIyfutj7Bs*. Acceso em 04 de 2020, disponível em El Comercio Ecuador : https://www.elcomercio.com/actualidad/explicacion-caida-petroleo-wti-ecuador.html?fbclid=IwAR3erpbC1b-w_n4Vwl5xvG0dADf2o3ae6jrYIR5ulOTxcYdduIyfutj7Bs

El Comercio Data . (15 de 03 de 2021). *Evolución de casos de coronavirus Con informe del 15 de marzo / El gráfico refleja cifras de PCR Fuente MSP*. Acceso em 03 de 2021, disponível em El Comercio Ecuador: <https://flo.uri.sh/visualisation/1631922/embed?auto=1>

El Universo. (11 de 04 de 2020). *¿Cómo será la nueva contribución ciudadana de*

los salarios por la crisis? Acesso em 05 de 2020, disponível em El Universo Economía:

<https://www.eluniverso.com/noticias/2020/04/11/nota/7810983/como-sera-nueva-contribucion-ciudadana-salarios-crisis/>

Medina, F. (17 de 04 de 2020). *Guayas registra 10 939 fallecidos en 46 días*. Acesso em 04 de 2020, disponível em El Comercio: <https://www.elcomercio.com/actualidad/guayas-registra-fallecidos-incremento-coronavirus.html>

Nodal. (14 de 04 de 2020). *Colapso sanitario en Ecuador | Cynthia Viteri, alcaldesa de Guayaquil: “Aquí no había y no hay espacio ni para vivos ni para muertos”*. Acesso em 04 de 2020, disponível em Noticias de América Latina y el Caribe: https://www.nodal.am/2020/04/colapso-sanitario-en-ecuador-cynthia-viteri-alcadesa-de-guayaquil-aqui-no-habia-y-no-hay-espacio-ni-para-vivos-ni-para-muertos/?utm_source=tr.im&utm_medium=m.facebook.com&utm_campaign=tr.im%2F1qbHH&utm_content=link_click

Pavón, M. (2020). *s limites da dolarização para a política econômica equatoriana: um estudo de caso dos governos de Rafael Correa (2007-2017)*. Rio de Janeiro: Tesis d Maestría en Economía Política Internacional.

Rosales, M. (02 de 05 de 2020). *Alrededor de USD 100 millones menos en el presupuesto de 32 universidades y politécnicas, por covid-19 Este contenido ha sido publicado originalmente por Diario EL COMERCIO en la siguiente dirección: https://www.elcomercio.com/actualidad/presupuesto-univ*. Acesso em 05 de 2020, disponível em El Comercio: <https://www.elcomercio.com/actualidad/presupuesto-universidades-recorte-coronavirus-emergencia.html>

A COVID-19 E O MUNDO DO TRABALHO NA AMÉRICA DO SUL: CASO BRASILEIRO¹

Rafael de Moraes Baldrighi²

Carla Thayná Tavares Guerra³

Introdução

Os ensaios sobre as variedades de capitalismo teorizam como cada Estado, dada sua organização político-econômica, produz determinada resposta no território nacional às questões políticas, industriais e sociais (Hall; Soskice, 2001). Na América Latina, este cenário é marcado por baixo investimento em tecnologia, mercado de trabalho flexível e grande setor informal, o que Schneider e Soskice (2009) classificam como Economias de Mercado Hierárquicas, ou HMEs (*Hierarchical Market Economies*), em alusão à taxonomia original que trazia as *Liberal Market Economies* (LMEs) e as *Coordinated Market Economies* (CMEs).

Aqui, buscamos compreender o desempenho socioeconômico do Brasil durante a pandemia de COVID-19, com olhar especial para questões envolvendo o mundo do trabalho, uma vez que a desigualdade e a informalidade contribuem para a estagnação socioeconômica e a desaceleração do crescimento neste país, e na região como um todo. Trata-se de um estudo de caso típico (uma vez que o Brasil é um dos principais exemplos ao abordarmos a literatura em economias hierárquicas no arcabouço das taxonomias de capitalismo), bem como um possível caso

1 Este texto é uma produção do grupo de iniciação científica COVID-RI, contemplado no Edital de Iniciação Científica 2020/2021 do Centro Universitário Estácio do Recife.

2 Mestrando em Relações Internacionais no Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI/USP).

3 Graduanda em Relações Internacionais na Faculdade Estácio de Sá – Recife, unidade: Boa Viagem.

desviante, uma vez que traz um governo que, ao menos em teoria, é vinculado à direita do espectro político, bem como à disciplina fiscal e sem viés redistributivo, que muito aumentou o gasto público e social durante a pandemia, sobretudo, de acordo com nosso argumento, pela alta taxa de desemprego no período antecedente. Concluímos que a pandemia escancarou as vulnerabilidades sociais associadas ao Brasil e às HMEs.

Desenvolvimento: Revisão de Literatura e Dados

A teoria de taxonomias do capitalismo de Hall e Soskice (2001) classifica como determinados sistemas políticos e socioeconômicos se enquadram em um perfil ligado ao desenvolvimento, sendo um importante arcabouço para Economia Política Comparada no entendimento das variações institucionais de cada país. A dupla de autores parte da premissa de que regulações trabalhistas, sistemas educacionais e governança corporativa estão intimamente ligadas à atuação estatal e às dinâmicas de mercado nas mais diferentes sociedades. Aqui, os autores propõem a existência de dois tipos seminais de capitalismo no mundo desenvolvido: as LMEs, marcadas por maior peso das relações não reguladas de mercado, menores proteções trabalhistas e maiores níveis de desigualdade (representadas pelos Estados Unidos e Reino Unido); e as CMEs, marcadas por maior regulação das relações entre trabalhadores, firmas, sindicatos, menores índices de desigualdade social, maior cooperação empresarial e integração entre educação e trabalho (Alemanha e países nórdicos).

Em contraponto, países da América do Sul, no caso estudado nesse artigo, o Brasil (Schneider; Soskice, 2009) adequa-se no regime de HMEs, sendo uma economia em desenvolvimento, com altos níveis de desigualdade e vulnerabilidade social e mercado de trabalho caracterizado pela informalidade e baixa produtividade. Neste sentido, a crise relacionada à pandemia potencializou dinâmicas pré-existentes na região, tais quais os déficits democráticos, a incapacidade e precariedade do *welfare state* e o desequilíbrio econômico, aprofundando vulnerabilidades relacionadas à informalidade do mercado de trabalho. Um setor que já não possuía relevante

rede de proteção relacionada a direitos trabalhistas se viu obrigado a afastar-se do trabalho, por conta de medidas de distanciamento social. Assim, no Brasil, para além das perdas sanitárias e econômicas, o caos social é importante faceta da pandemia (Carreiras; Malamud, 2020), o que dificulta a implantação de medidas de distanciamento social. Dados estes cenários, interpretações buscando analisar a atuação das variedades de capitalismo durante a pandemia. Em setembro de 2020, o *The Economist* traçou uma previsão de que menores taxas de morte ocorreriam nas CMEs (devido à maior proteção social que possibilita maior proteção a empregos e isolamento social) e que, possivelmente, as vacinas e inovações tecnológicas desenvolvidas para o combate do vírus viriam de LMEs – o que podemos encarar como parcialmente certo.

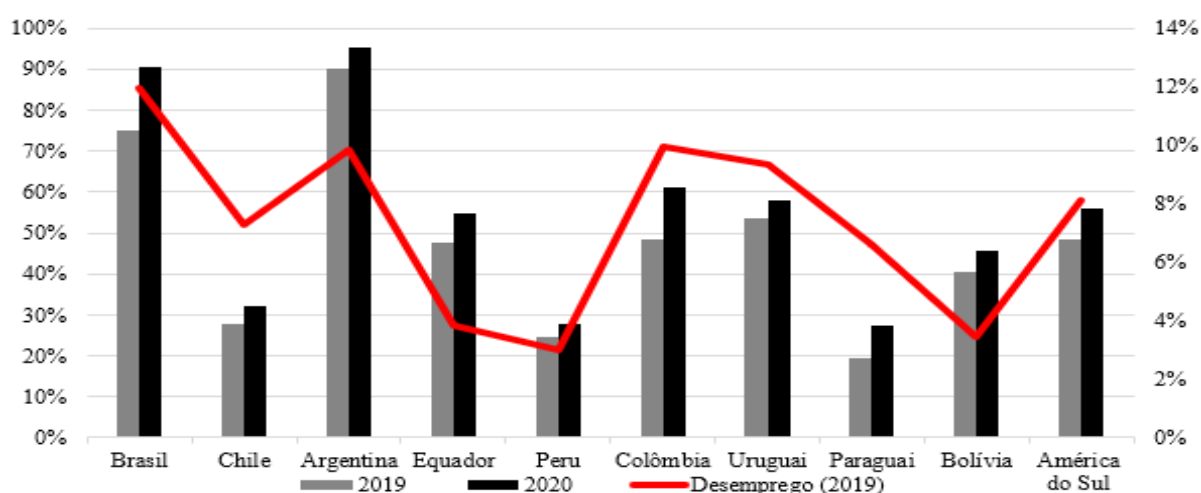
Neste caso, o Brasil é um dos principais exemplos de HME, ou um caso típico (Seawright; Gerring, 2020), visto que possui histórico de colonização ibérica, turbulências políticas e econômicas ao longo do século XX, tradição populista, economia marcada por desigualdade, pobreza, industrialização tardia e por substituição de importações, informalidade no mercado de trabalho, baixa produtividade, é uma democracia falha, com presidencialismo forte e com atual viés de direita e centro-direita (Altamirano, 2019) predominante no cenário político nacional (Schneider; Soskice, 2009). Nesse país, a desigualdade social é muito alta (o índice Gini em 2018 e em dados do Banco Mundial, era de 0,539, um dos maiores do mundo), bem como a informalidade no mercado de trabalho é predominante (em dados da Organização Internacional do Trabalho, em 2018, 46% da força de trabalho brasileira estava concentrada no setor informal). Ademais, segundo balanço do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ao final de 2020, 14 milhões de brasileiros (ou uma taxa de 14,1%) estavam em situação de desemprego, o que é aprofundado pelo cenário de incerteza da pandemia e pela estrutura Hierárquica de capitalismo.

Também, o desempenho nacional no tocante ao gasto público durante a pandemia pode ser considerado um caso desviante, ainda que aqui com mais

parcimônia e destacando-se a provisoriedade dessa situação. Especificamente, a balança fiscal dos gastos gerais governamentais, em dados estimados do Fundo Monetário Internacional (FMI), saltou de -6% em 2019 para -16,8% em 2020 no país. Neste ínterim, o desemprego prévio no Brasil, em 2019, era de, aproximadamente, 12,1%, um índice alto quando comparado a momentos anteriores, bem como com a situação atual de seus vizinhos sul-americanos. De acordo com Seawright and Gerring (2008), um caso desviante seria representado pelos *outliers* em estudos quantitativos e buscaria refutar explicações deterministas e consagradas na literatura. Aqui, pelo grande aumento no gasto público, em especial em programas sociais, realizado por um governo de direita (Jair Bolsonaro) e que, teoricamente, compromete-se com disciplina fiscal, menor intervenção do Estado na economia e que não possui um viés de combate às desigualdades sociais, o que contraria literatura consolidada na temática para a América Latina/do Sul – Dornbusch e Edwards (1989) e Rodrik (2018). Neste contexto, para a possibilidade de minimamente implementar medidas de distanciamento social e fechamento de estabelecimentos comerciais e produtores, o governo brasileiro se viu afetado pela necessidade de implementar políticas sociais abrangentes que garantissem a subsistência de trabalhadores informais durante o período de queda na atividade econômica e evitasse um colapso ainda maior no mercado de trabalho nacional. Logo, por se tratar de um cenário de desigualdade, desemprego e informalidade, bem como de aumento nos gastos sociais, o Brasil durante a pandemia torna-se um caso típico e possivelmente desviante. Desde Dornbusch e Edwards (1989), é marcante a tradição de líderes latino-americanos vinculados a sindicatos, setores urbanos e mesmo à esquerda do espectro político realizarem políticas de gastos sociais com viés redistributivo e que visem o combate das desigualdades sociais. Exemplos de líderes como esses ao longo do século XX não faltam: Perón na Argentina, Goulart no Brasil, García no Peru, entre outros. Por vezes esse fenômeno foi vinculado ao populismo na literatura, como, mais recentemente, em Acemoglu, Egorov e Sonin (2013) e Rodrik (2018).

Entretanto, trata-se de um caso desviante por alguns motivos: primeiramente, a atuação do governo Bolsonaro durante a pandemia no quesito gasto social não se enquadra nos modelos e teoria propostos por essa literatura, especialmente nas diversas obras de Dornbusch e Edwards (1989), pois refere-se a um governo sem viés heterodoxo, em teoria comprometido com a estabilidade fiscal do país e de cunho não-intervencionista no mercado; e, por fim, pelo grande aumento registrado na balança fiscal dos gastos gerais governamentais, em dados do FMI, de -6% em 2019 para -16,8% em 2020³, muito maior que dos países vizinhos da América do Sul. A Tabela 1 compara o balanço da dívida entre 2019 e 2020 de alguns países ao Brasil, outra métrica relativa ao Produto Interno Bruto (PIB) que retrata esse cenário. Na ausência de dados específicos para a América do Sul, utilizamos os dados para desemprego da América Latina e Caribe como *proxy*. Assim, observamos um aumento muito mais expressivo no Brasil, até mesmo quando comparado com países vizinhos e similares (a Argentina), o que reforça nosso argumento de que o aumento dos gastos sociais, materializado sobretudo no auxílio emergencial, se deu por conta dos altos níveis de desemprego. Tal situação, aliada à estrutura preexistente de HME do país e ao choque da pandemia resultariam em um caos social superior ao já instalado por conta da limitação das atividades econômicas.

Gráfico 1 – Balanço da Dívida Pública: 2019 vs. 2020 e Desemprego: 2019



Fontes: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe CEPAL (2020), The World Bank Data e Bases de Datos y Publicaciones Estadísticas (CEPALSTAT). Elaborado pelos autores.

Portanto, a necessidade de também financiar políticas sociais, dentre elas, segurança social, saúde e educação, possibilitará maior dinâmica da ordem pública em gerenciar e proporcionar a reestruturação econômica durante o período de recuperação dos empregos, da estabilidade financeira, da reinserção de informais, mulheres e jovens na economia do país.

Conclusão

Apesar desta situação estrutural desigual e com raízes históricas, novas implicações surgem e transformam o cenário regional. Assim, a pandemia acelerou e agravou processos e fenômenos sociais já existentes no Brasil e na região. A utilização das variedades de capitalismo ajuda a compreender as falhas e pertinências dos governos em contrapor a realidade estrutural do mundo do trabalho, principalmente quando lidando com desigualdade, informalidade e desemprego. Logo, a situação brasileira durante a pandemia escancarou as vulnerabilidades sociais associadas às HMEs, bem como a atuação do país, no quesito gasto social e proteção a trabalhadores afetados, contrastando com experiências prévias na região. Ainda mais em um cenário de intenso debate político, em especial legislativo, sobre a implementação de um teto de gastos para o gasto público nacional. Portanto, estudar o Brasil durante a pandemia se torna algo relevante para entendermos as dinâmicas do capitalismo e do mundo do trabalho na região.

Referências

- ACEMOGLU, D.; EGOROV, G.; SONIN, K. (2013). A Political Theory of Populism. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 128, n. 2, p. 771-805.
- ALTAMIRANO, M. (2019) Economic Vulnerability and Partisanship in Latin America. *Latin American Politics and Society*, v. 61, n. 03, p. 80-103.
- CARREIRAS, H.; MALAMUD, A. (2020) Cooperation, the State and International Organizations. In.: *The World Before and After COVID-19*, p. 19-22.
- DORNBUSCH, R.; SEBASTIAN E. (1989). The Macroeconomics of Populism in Latin America. *Country Economics Department: The World Bank*.

CEPAL. (2020). *Balanço Preliminar das Economias da América Latina e do Caribe 2020*. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/46501-balance-preliminar-economias-america-latina-caribe-2020>, acesso: 03 mar. 2021.

CEPALSTAT. (2020). *Tasa de desocupación según sexo (Tasa anual media)*. Disponível em: https://cepalstat-prod.cepal.org/cepalstat/tabulador/ConsultaIntegradaProc_HTML.asp, acesso: 05 mar. 2021.

FMI. (2021). *Fiscal Policies to Address the Covid-19 Pandemic*. Disponível em: <https://www.imf.org/-/media/Files/Publications/fiscal-monitor/2020/October/English/ch1.ashx>, acesso em 13 fev. 2021.

HALL, P.; SOSKICE, D. (2001). *Varieties of Capitalism: The Institutional Foundations of Comparative Advantage*. Londres: Oxford University Press.

IBGE. (2020). *Desemprego*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>, acesso: 22 fev. 2021.

RODRIK, D. (2018). Populism and the economics of globalization. *Journal of International Business Policy*.

SEAWRIGHT, J.; GERRING, J. (2008). Case-Selection Techniques in Case Study Research: A Menu of Qualitative and Quantitative Options. *Political Research Quarterly*, v. 61, n. 2, p. 294-308.

SCHNEIDER, B. R.; SOSKICE, D. (2009). Inequality in developed countries and Latin America: coordinated, liberal and hierarchical systems, *Economy and Society*, p. 17-47.

THE ECONOMIST. (2020). *Which is the best market model?* Disponível em: <https://www.economist.com/finance-and-economics/2020/09/12/which-is-the-best-market-model>, acesso: 28 fev. 2021.

The World Bank Data. (2020). *Unemployment, total (%) (modeled ILO estimate) 2019*. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/SL.UEM.TOTL.ZS?end=2019&locations=BR-CL-AR-EC-PE-CO-UY-PY-BO-ZJ&most_recent_year_desc=false&start=2019&view=bar, acesso 04 mar.2021.

CONDIÇÕES DE SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO NA PANDEMIA: UMA ANÁLISE DE CONJUNTURA

Andreza Ramos Sant'ana¹

Introdução

É um fato conhecido que a precarização do trabalho não se deve somente à pandemia. Ao analisar as últimas medidas tomadas antes do COVID-19 pelos governos dos países latino-americanos, estas se caracterizam pelo gigantesco desemprego, a enorme insegurança laboral e reformas trabalhistas e previdenciárias. Com a pandemia, essa situação teve uma piora considerável: ao mesmo tempo em que muitos trabalhadores perderam seus empregos formais e ficaram desempregados, muitos trabalhadores que dependiam de empregos informais, que em sua maioria eram realizados fora de casa, também perdem seu meio de sustento. Isso ocorre em meio à uma situação de caos no Brasil, em que o governo federal se absteve de criar uma rede de apoio financeiro a esses trabalhadores, que conseguisse suprir as necessidades básicas das famílias afetadas. O primeiro ano da pandemia fechou com dados alarmantes: segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a média anual de desemprego foi de 13,5% (Uol, 2021), a maior registrada desde 2012. Segundo o mesmo órgão, existem 52 milhões de brasileiros vivendo na pobreza e 13 milhões na extrema pobreza, no ano de

¹ Graduanda de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Integração Latino Americana. Pesquisadora no Grupo de Estudos Marxismo e Política, na linha Estado, Poder e Política na América Latina - Relações Sociais de Gênero, Raça, Etnia e Classe.

2020, 11% maior que no ano anterior. Com esse panorama, o artigo possui dois principais objetivos: analisar as condições laborais do Brasil e analisar como os trabalhadores informais foram afetados pela pandemia e suas alternativas aliadas à tecnologia de aplicativos de transporte e alimentação.

2. Desenvolvimento

A pandemia, até o momento em que esse artigo foi escrito, está em praticamente todos os países do mundo, somando 300 mil mortes no Brasil. Esses números gigantescos assustam quando pensamos na quantidade de pessoas perdidas para a doença, mas além dos problemas sanitários, os países dependentes ainda têm a crise econômica e política que bate à sua porta. Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para o ano de 2018, a informalidade já representava 60% da força de trabalho em todo o mundo (OIT, 2019). Essa informalidade é derivada de uma série de modificações no sistema internacional capitalista em relação aos países dependentes. Marini (2013) descreve os países dependentes como aqueles que têm uma economia subordinada a um centro capitalista – de forma que toda sua estrutura de poder econômico e político seja ligado aos países centrais. Uma das categorias que caracterizam o capitalismo dependente é a superexploração do trabalho. Marini (2013) desenvolve o conceito de superexploração do trabalho em função da existência de mecanismos de transferência de valor entre economias dependentes centrais, assim que o déficit na mais-valia nos países periféricos – e a consequente acumulação interna de capital das burguesias – é compensada no ciclo produtivo pela superexploração do trabalhador. O autor escreve que a superexploração se dá principalmente com a desvalorização da força de trabalho, aliada à falta de regulamentação e, portanto, a extensão desmedida da jornada produtiva (Marini, 2013).

Assim, de acordo com a Teoria Marxista da Dependência, o trabalho precarizado é consequência de uma série de fatores, mas o principal deles são

as condições de subordinação de nossos países aos centros capitalistas e sua acumulação de capital gigantesca. Essa subordinação é vista no campo das políticas sociais, responsabilidades das autoridades nacionais que se encontram no aparato estatal capitalista. O Estado capitalista é aquele que, além de reproduzir o sistema vigente, é o que detém o controle da vida da população (Osorio, 2017), ou seja, a tomada de decisões que refletem na vida da população. Quando essa tomada de decisões retrata a dependência dos países e, principalmente as condições de trabalho relacionadas à pandemia, é quando pode-se perceber o aprofundamento do caso brasileiro que se destaca pelas mudanças drásticas que passou nos últimos anos, principalmente em relação às políticas implementadas pelo governo atual, de contração da economia. O que é e maior interesse é entender a forma como os trabalhadores brasileiros passaram de assalariados formalmente, com direitos garantidos, para desempregados e/ou informais num contexto em que uma doença mortal e invisível é a maior causadora de mortes no país. Ao mesmo tempo que a crise sanitária assola o país, justamente por não ter havido iniciativas por parte do governo federal, o número de desempregados cresce exponencialmente. Como alternativas ao desemprego, trabalhadores que possuem meios tecnológicos e de transporte buscam se associar a aplicativos de delivery e transporte, ambos feitos fora de casa e que não possuem nenhum direito garantido. No ano passado, o número de trabalhadores que se associaram a aplicativos de delivery cresceu 500% (Valor Investe, 2021) em relação a 2019.

Esse movimento é chamado de “uberização do trabalho”, termo que faz relação a um dos aplicativos de transporte mais utilizados do mundo, criado justamente para explicar a nova forma dessas relações de trabalho. Segundo Fontes (2017), a uberização do trabalho é uma forma de expropriação secundária: se antes, em um modelo fordista, havia um empregado que prestava serviços a uma empresa, um modelo tradicional de plantas empresariais, agora, esses limites são apagados, já que o aplicativo assume o

papel de intermediário entre o usuário e o repartidor. É nesse movimento que se dá a expropriação de trabalho, quando um trabalhador já não possui nenhuma relação de trabalho com a empresa e é quem possui os meios de trabalho – ao mesmo tempo que não possui controle algum do aplicativo que o comanda.

Fontes (2017) explica que mesmo quando a empresa não cumpre com seu papel tradicional, elas lucram sob todas as execuções de seu aplicativo. Desde o pedido do consumidor, quando o aplicativo cobra uma porcentagem do restaurante, até o momento que o entregador, filiado ao aplicativo, leva a comida até a casa da pessoa. No caso de aplicativos de transporte, essa porcentagem cobrada é ainda mais visível, já que é descontada na hora do pagamento para o motorista. O trabalhador, portanto, não possui nenhum direito – seja ele econômico, de saúde ou de descanso – mas é obrigado a cumprir com suas funções com excelência, ou pode ser expulso da plataforma e mais uma vez, ficar sem sua forma de sustento.

Ainda que a quarentena possa ser debatida como privilégio de classe, ela é a forma mais garantida de controlar as infecções pelo vírus e consequentemente, o colapso da saúde pública brasileira. A quarentena, infelizmente, não pôde ser seguida por grande parte da população brasileira por vários motivos, mas o trabalho fora de casa é o principal deles. A consequência desse trabalho informal em aplicativos, em que o contato com várias pessoas é imprescindível, é que esses trabalhadores são os maiores infectados e expostos à riscos e quando contraem o vírus, não podem trabalhar e se não cumprem com suas horas, não recebem salário e consequentemente, enfrentam dificuldades extremas em garantir o básico.

Considerações finais

Ao analisar a pandemia em que vivemos, é impossível dissociar os impactos da saúde dos impactos econômicos e principalmente, aqueles que afetam a vida da classe trabalhadora (Solty, 2020). A crise do capital que acompanha a

América Latina agrava-se principalmente agora e os trabalhadores são os mais afetados. Por um lado, as companhias das empresas de aplicativos aumentam exponencialmente seus lucros na pandemia ao ganhar espaço na vida das pessoas que consomem estes serviços e por outro lado, vemos um grande aumento da precarização laboral.

A interrupção das atividades nos países dependentes, ainda que necessária para a diminuição do contágio, provoca uma onda de miséria, em que o Estado se abstém de controlar a crise financeira e há uma intensificação extrema das contradições. Em meio a um grave problema sanitário, vemos que esta pandemia não pode se dissociar dos antecedentes e principalmente das crises na vida social causada pela expansão do capital e do capitalismo. Em relação aos trabalhadores informais de aplicativos, a preocupação é pensar na vida cotidiana de aqueles que estão sendo explorados em condições insalubres. As condições dos trabalhadores são resultado das vulnerabilidades criadas pela fragilização dos vínculos empregatícios já demonstrados anteriormente, já que este modelo de trabalho se vende como algo ideal para os trabalhadores que não tem perspectivas de ingressar no mercado de trabalho informal.

Enquanto as condições de dependência, a tecnologia é agora uma ferramenta de trabalho, por assim dizer, dos teletrabalhadores: ao mesmo tempo que facilita a vida de inúmeras pessoas que podem escolher trabalhar de casa, também agudiza a precarização do trabalho. Já não é possível pensar numa mudança estrutural sem pensar em mudar o sistema vigente que transforma o trabalhador ao mesmo tempo em um empreendedor e escravo.

Referências bibliográficas

Antunes, Ricardo. (2018). *Trabalho e precarização numa ordem neoliberal*. PEGADA - a Revista Da Geografia Do Trabalho, 19(1). <<https://doi.org/10.33026/peg.v19i1.5790>>

Fontes, Virgínia. (2017). *Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho*. Marx e Marxismo, v. 5, n.8, jan/jun, pp. 45 - 67.

Marini, Ruy Mauro.. (2013). *Subdesenvolvimento e revolução*. 4 ed. Florianópolis: Insular.

OIT: *quase dois terços da força de trabalho global estão na economia informal*. (2018, May 2). ilo.org. <https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_627643/lang--pt/index.htm>

Osorio, Jaime. (2017). *Capitalismo, Estado y sistema mundial: contradicciones económicas y políticas*. *Crítica Marxista*, n. 44, pp. 73-85.

Solty, Ingar. (2020, April 14). *La pandemia bioeconómica y las clases trabajadoras occidentales - Viento Sur*. Viento Sur. <https://vientosur.info/la-pandemia-bioeconomica-y-las-clases-trabajadoras-occidentales/>

UOL. (2021, February 26). *Desemprego bate recorde no Brasil em 2020 e atinge 13,4 milhões de pessoas*. Uol.com.br; UOL. <https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2021/02/26/desemprego---pnad-continua---dezembro-2020.htm>

Apps de entrega são 'salvação' em pandemia, mas futuro de trabalhadores preocupa. (2021, January 28). *Apps de entrega são “salvação” em pandemia, mas futuro de trabalhadores preocupa*. Valor Investe. <<https://valorinveste.globo.com/objetivo/empreenda-se/noticia/2021/01/28/apps-de-entrega-sao-salvacao-em-pandemia-mas-futuro-de-trabalhadores-preocupa.ghtml>>

**Ao Sul
do Continente**

3

REFLEXÕES SOBRE A COVID-19: PANDEMIA, NEOLIBERALISMO E MILITARIZAÇÃO¹

Thiago Luz²

Andressa Caroly³

Introdução

Em março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarava, novamente, que o mundo estava diante de uma pandemia, desta vez ocasionada pelo vírus Sars-CoV-2, agente responsável pela COVID-19. Os efeitos da oficialização de uma nova pandemia logo foram sentidos ao redor do globo, pois observamos países adotando diferentes procedimentos de biossegurança, por exemplo, através de quarentenas, medidas de distanciamento social, campanhas de higienização, assim como fechamento de fronteiras, recomendações sobre *home office* e, também, o fechamento de escolas e a migração para ambientes virtuais de ensino. Todavia, esses procedimentos foram efetivados de diferentes modos de acordo com cada contexto social, assim como seus desdobramentos cotidianos. Um evento como a pandemia, portanto, embora seja um fenômeno em escala global, é sempre vivenciado através de práticas e sentidos em escala local e de forma

1 Este trabalho integra o projeto “A Covid-19 no Brasil: análise e resposta aos impactos sociais da pandemia entre profissionais de saúde e população em isolamento” (Convênio Ref.: 0464/20 FINEP/UFRGS). A pesquisa é desenvolvida pela Rede Covid-19 Humanidades MCTI e integra o conjunto de ações da Rede Vírus MCTI financiadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações para o enfrentamento da pandemia.

2 Mestrando em Antropologia Social (PPGAS/UFRGS). Licenciado em Ciências Sociais (UFRGS). Integrante do Grupo de Estudos em Educação e Transgressão (GEETRANS/UFRGS). Pesquisador da Rede Covid-19 Humanidades MCTI.

3 Mestranda em Antropologia Social (PPGAS/UFRGS). Licenciada em Ciências Sociais (UFRGS). Integrante do Grupo de Estudos em Educação e Transgressão (GEETRANS/UFRGS).

singular (Mol, 2008), logo, pudemos observar diferentes processos desenrolando-se ao redor do mundo.

Por outro lado, a pandemia de COVID-19 fez com que pudéssemos perceber mais fortemente aquilo que Butler (2019) chama de condição de existência compartilhada por todas as pessoas, ou seja, a precariedade da vida. Entretanto, como pontua também a autora, essa precariedade não é compartilhada por todas as pessoas da mesma forma, pois as vulnerabilidades e desigualdades históricas e estruturais a que diferentes pessoas ou populações estão submetidas importam. Assim, a experiência da COVID-19 não tem nada de “democrática”, pois o contexto pandêmico tem exposto ainda mais as inequidades, como vêm apontando diferentes trabalhos socioantropológicos (Fassin, 2020; Fernandes, 2020; Joseph & Neiburg, 2020; Segata, Beck e Muccillo, 2020). Portanto, é importante que, ao invés de conduzirmos análises que reduzem o cenário atual sob o rótulo da “crise” – que parece restringir nossas possibilidades de reflexão crítica –, ou, então, lançarmos mão da ideia de que vivemos em um contexto de “novo normal” e o que nos resta é nos adaptarmos a esse novo contexto, são necessárias análises contextualizadas sobre a pandemia de COVID-19 ou, utilizando de empréstimo o termo de Haraway (1995), análises situadas.

O breve texto aqui proposto, portanto, pretende apresentar algumas reflexões situadas sobre o atual contexto pandêmico em relação ao Brasil, de modo a apresentar como a pandemia no caso brasileiro foi fortemente inserida em uma lógica neoliberal e em uma lógica militarizada.

Racionalidade neoliberal

A ideia de racionalidade neoliberal (Dardot & Laval, 2016; Brown, 2018; Foucault, 2008) permite compreender a presença de discursos e narrativas que difundem uma ideia de sociedade cada vez mais individualizante e marcadamente pautados em uma lógica empresarial. E como apontam os autores e a autora citados, é importante perceber que essa racionalidade não se restringe às medidas econômicas, antes institui um novo modelo social

ordenado pelos preceitos do mercado. Como apontam Dardot e Laval (2016, p. 16) “[...] com o neoliberalismo, o que está em jogo é nada mais nada menos que a forma de nossa existência, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos”. E assim destaca, também, Foucault (2008, p. 439) quando afirma que o neoliberalismo “[...] procura ampliar a racionalidade do mercado, os esquemas de análise que ela propõe e os critérios de decisão que sugere a campos não exclusivamente ou não primordialmente econômicos”.

Deste modo, com esse conceito como suporte analítico somos capazes de captar, por exemplo, como o discurso estatal brasileiro vem mobilizando ideias individualizantes na condução da pandemia que vivenciamos. Essas ideias de caráter individual não se restringem às ações econômicas, mas estão difundidas por toda administração e gerenciamento da pandemia. O modo como os protocolos sanitários são recomendados e o modo como as discussões sobre o uso de medicamentos não cientificamente comprovados são empreendidas, são dois exemplos de como o Estado brasileiro⁴ tem propagando a ideia de que “cada um cuida de si”. Assim, os protocolos sanitários como por exemplo o uso de máscaras e/ou distanciamento social são quase sempre difundidos como decisões unicamente individuais. O uso de determinados medicamentos também entra nessa lógica pessoalizada quando a ideia disseminada é a de que o paciente – com orientação ou não de um médico – deve escolher qual tratamento quer seguir. Esse tipo de “conselho” ignora, justamente, o caráter coletivo e colaborativo do fazer científico e das recomendações científicas. Há, nesse momento por parte do Estado brasileiro, portanto, aquilo que Brown (2018) vem chamando de desdemocratização da sociedade, ou seja, uma extirpação da coletividade e do pensar coletivo.

Citamos, também, como exemplo dessa racionalidade neoliberal apreendida pelo Estado brasileiro o processo de despolitização (Brown, 2018), característico desse tipo de racionalidade, que vem acompanhando as

4 Nosso foco aqui é o Governo Federal e seu modo de condução da pandemia, embora, certamente, esse *modus operandi* não se restrinja à esfera federal.

políticas públicas durante o atual contexto pandêmico. Essa despolitização de que nos fala a cientista política Wendy Brown opera popularizando ideias de que todas as decisões governamentais funcionam através de um viés unicamente técnico, pois há uma eliminação das “[...] dimensões política, ética e mesmo normativa que modulam as políticas públicas, objetivando dessa maneira contornar a política via abordagens técnicas e práticas dos problemas” (Brown, 2018, p. 18). O pressuposto determinante, portanto, para saber-se se determinada política pública será ou não instituída é meramente técnico e conseqüentemente apresenta-se como neutro, isto é, esvaziado de qualquer traço político. Assim, conforme essa racionalidade, a dimensão da justiça social ou a ideia de proteção aos cidadãos pode ser eliminada do horizonte sem grandes problemas, já que se determinada política pública não foi efetiva por parte do Estado isso não se deve a uma escolha deliberadamente política do Estado, mas a uma interpretação puramente técnica e objetiva da equipe econômica, por exemplo. Deste modo, discussões sobre a continuidade ou o encerramento do auxílio emergencial às pessoas, ou a continuidade de subsídios às empresas de micro ou pequeno porte podem ser encerradas com argumentos baseados em preceitos meramente tecnocráticos.

Por fim, destacamos a ideia de cidadania sacrificial (Brown, 2018), pois essa é a forma de cidadania estabelecida pela racionalidade neoliberal conforme destaca a autora. Como aponta a cientista política, no neoliberalismo contemporâneo há um deslocamento da cidadania enquanto engajamento público e enquanto fenômeno coletivo para uma cidadania de viés individual. Entretanto, como ela pontua, esse tipo de cidadania “[...] retém, transformada, a ideia de sacrífico cidadão” (Brown, 2018, p. 33), pois essa cidadania utiliza-se da ideia de responsabilidade individual para “atar” os sujeitos, por exemplo, à nação. Logo, se a nação está passando por uma crise, alguns indivíduos podem ser sacrificados em prol do bem-estar do país. No momento pandêmico presente podemos vislumbrar a circulação de diversos discursos envolvendo narrativas que evidenciam a necessidade de “não deixar

o país quebrar”. Assim, parece se instituir um ideário no qual o sacrifício individual é cada vez mais requisitado como um mecanismo de salvar a nação do caos ocasionado pela pandemia de COVID-19, mesmo que alguns pereçam no meio do caminho, pois como aponta Brown (2018, p. 46) “o mantra ‘estamos todos juntos nisso’ hoje atravessa nações, empresas, indústrias, cidades e instituições públicas, convocando os indivíduos ao sacrifício pela sobrevivência ou recuperação do todo econômico [...]”. Todavia, a despeito do *slogan* “estamos todos juntos” o que se percebe atualmente é que “os mais atingidos pela doença usualmente são aqueles e aquelas expostos às mais diversas vulnerabilidades e desigualdades da tessitura social” (Segata, Beck e Muccillo, 2020, p. 364). Em contrapartida os mais atingidos – e, talvez, os mais sacrificados – pela pandemia parecem ser, também, os menos protegidos pelas escassas políticas sociais existentes. Portanto, podemos refletir se, na verdade, o que está em jogo é a salvação da nação (e conseqüentemente as pessoas) ou a salvação dos mercados financeiros e seus privilégios.

Militarização

Como apontou Segata (2020) a pandemia de COVID-19 – assim como o campo da saúde de forma geral – vem sendo narrada através de um viés militarizado. Podemos visualizar esse viés através dos recorrentes discursos que nos inscrevem em narrativas de guerra, de aliados e inimigos, algozes e reféns, passando pelo atrelamento da gerência do Ministério da Saúde brasileiro às Forças Armadas, e mais recentemente à circulação da ideia de que a vacina é nossa arma contra o novo coronavírus. Como aponta a teórica feminista Cynthia Enloe (2000, p. 02, *nossa tradução*) “muitas pessoas podem militarizar seu pensamento, como vivem suas vidas diárias, suas aspirações para seus filhos ou sua sociedade, sem nunca empunhar um rifle ou colocar um capacete”. Com isso, somos convidados a perceber que a militarização da vida não decorre exclusivamente da atuação dos cidadãos nas forças armadas, antes ela é produzida pela imaginação de que os pressupostos militares não são apenas válidos, mas normais e indispensáveis para uma “boa vida”.

Em relação a esse imaginário no qual os pressupostos militares são normalizados em nosso cotidiano destacamos como exemplo ilustrativo desse ideário um desenho que vem circulando pelas mídias no qual o conhecido personagem Zé Gotinha, símbolo das campanhas de vacinação no país, segura uma seringa em formato de fuzil. Tal desenho, inclusive, foi compartilhado inúmeras vezes pelas redes sociais por anônimos e por personalidades políticas⁵. Ora, uma vacina não é uma arma, assim como uma arma não é uma vacina. Todavia, a retórica militarista utiliza no contexto pandêmico atual uma como sinônimo da outra, justamente, pela narrativa centrada na lógica de guerra que é vinculada quando se discute a pandemia. A arma, símbolo da aniquilação do inimigo – seja externo ou interno à nação – é mobilizada também como símbolo da aniquilação do coronavírus, nosso atual inimigo. Visto por esse ângulo, por mais que não faça sentido algum atirar contra um vírus e que uma vacina não se relacione em nada com uma arma, pode-se utilizar uma como equivalente da outra, precisamente, pois o viés militarizado vem se alastrando cada vez mais por nossas vidas, inclusive por meio do Estado.

Ademais, é importante destacar que a militarização da vida, no caso brasileiro, não é um fenômeno recente, pois como sublinha Souza (2020), a militarização enraíza-se no tecido social brasileiro durante a Ditadura Militar, permanecendo até os dias de atuais. Percebe-se, também, que a militarização não se restringe ao campo da saúde pública, pois podemos observar seus tentáculos, por exemplo, no campo da educação através dos projetos de escolas cívico-militares e seu ideário de disciplina, rigidez e ordem⁶. O que se

5 A imagem referida pode ser conferida em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/03/4911632-eduardo-bolsonaro-posta-ze-gotinha-apontando-seringa-como-fuzil.html>>. Acesso em: 13 de mar. de 2021.

6 O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, coordenado pelo Ministério da Educação (MEC) cuja proposta é implementar 216 Escolas Cívico-Militares até 2023 em todo o país, talvez seja o exemplo mais nítido da militarização da educação. Informações sobre esse Programa podem ser encontradas em: <<http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/>>. Acesso em: 14 de mar. de 2021.

encontra no horizonte político brasileiro atual é que a base de formação e sustentação do atual Governo Federal vincula-se diretamente ao militarismo⁷.

Considerações Finais

O que quisemos apresentar aqui, através de uma breve discussão analítica, foram dois dos diversos aspectos que se sobressaem – embora não sejam os únicos – quando refletimos sobre o atual contexto pandêmico brasileiro, a saber, uma racionalidade neoliberal e um constante processo de militarização. Certamente as reflexões estão longes de serem esgotadas e, portanto, muitas ainda virão no desenrolar dos próximos capítulos, pois a pandemia, assim como seus desdobramentos ainda permanecem intensos em nosso cotidiano. Logo, muitas análises, dos mais diversos campos científicos, ainda serão necessárias para que possamos compor um panorama crítico sobre esse evento global.

Logo, com esse texto pretendemos nos aliar às pessoas pesquisadoras que vêm debruçando-se sobre a pandemia de modo a fornecer alguns aportes teórico-analíticos sobre o mundo que vivemos hoje para que possamos compreendê-lo da forma mais ética, responsável e engajada possível, pois em nosso mundo contemporâneo é cada vez mais urgente que todas as pessoas tenham um comprometimento com um universo mais democrático, no qual a justiça social, a eliminação de todas as formas de desigualdades e a busca por equidade estejam sempre em nosso horizonte político, pessoal e científico.

Referências Bibliográficas

BROWN, W. (2018). *Cidadania sacrificial: neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade*. Zezie Edições (Coleção Pequena Biblioteca de Ensaio): Rio de Janeiro.

BUTLER, J. (2019) *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Autêntica: Belo Horizonte.

⁷ Isso é perceptível através do elevado número de militares ocupando cargos no Governo. Veja, por exemplo, o levantamento realizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU): <<https://www.conjur.com.br/dl/levantamento-tcu.pdf>>. Acesso em: 14 de mar. de 2021. A esse respeito podem ser consultadas, também, as pesquisas das antropólogas Rosana Pinheiro-Machado e Letícia Cesarino.

DARDOT, P; LAVAL, C. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Boitempo: São Paulo.

ENLOE, C. (2000). *Maneuvers: The International Politics of Militarizing Women's Lives*. University of California Press: California.

FASSIN, D. (2020). Hazardous confinement during the COVID-19 pandemic: the fate of migrants detained yet nondeportable. *Journal of Human Rights*, v. 19, n. 5, p. 613-623. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14754835.2020.1822155>>. Acesso em: 13 de mar. de 2021.

FERNANDES, A. (2020). Coronel Vírus chegou - notas etnográficas sobre a Covid-19 entre vulnerabilizados da cidade do Rio de Janeiro. *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*, n. 35, p. 7-34. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872020000200007>. Acesso em: 13 de mar. 2021.

FOUCAULT, M. (2008). *O Nascimento da biopolítica - Curso dado no Collège de France (1978-1979)*. Martins Fontes: São Paulo.

HARAWAY, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos pagu*, n. 5, p. 7-41. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773/1828>>. Acesso em 13 de mar. de 2021.

JOSEPH, H.; NEIBURG, F. (2020). A (i)mobilidade e a pandemia nas paisagens haitianas. *Horizontes Antropológicos*, v. 26, n. 58, p. 463-479. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/218441/001122180.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 14 de mar. 2021.

MOL, A. (2008). “Política ontológica: algumas ideias e várias perguntas”. In: NUNES, J. A.; ROQUE, R.. (orgs.). *Objectos impuros: experiências em estudos sociais da ciência*. Afrontamento: Porto. p. 63-77.

SEGATA, J; MUCCILLO, L; BECK, L. (2020). A COVID-19 e o capitalismo na carne. *Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia*, v. 8, n. 1, p. 354-373. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/tessituras/article/view/19730/12145>>. Acesso em: 12 de mar. 2021.

SEGATA, J. (2020). Covid-19, biossegurança e antropologia. *Horizontes Antropológicos*, v. 26, n.57, p. 275-313. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832020000200275&script=sci_arttext>. Acesso em: 12 de mar. de 2021.

SOUZA, D. de O. (2020). A militarização do Ministério da Saúde no Brasil: passos rumo ao retrocesso em plena pandemia. *Revista Uruguaya de Ciencia Política*, v. 29, n. 2, p. 33-54. Disponível em:

<<http://www.scielo.edu.uy/pdf/rucp/v29n2/1688-499X-rucp-29-02-33.pdf>>.
Acesso em: 14 de mar. de 2021.

MEDIDAS HOMOGENÉAS PARA SOCIEDADES COLECTIVAS: RESPUESTAS Y CONCEBIMIENTOS COMUNITARIOS DEL COVID-19 FRENTE AL DISCURSO OFICIAL DEL GOBIERNO BOLIVIANO (2020)¹

Daniel Porcel²

Introducción

Aunque el estallido de la pandemia del coronavirus se trate de “acontecimiento crítico global” (Bringel y Pleyers, 2020, p. 11), también ha reafirmado las enormes brechas de desigualdad que separan las naciones del Sur y del Norte global, y en muchos casos ha intensificado las dinámicas de opresión estructurales de los grupos marginales adentro de cada sociedad nacional. En América Latina, por ejemplo, y de manera general, dichas brechas fueron vividas y sufridas directamente en la piel de pueblos originarios, la población negra y afrodescendiente, campesinos, trabajadores informales, trabajadores sanitarios, habitantes de favelas, villas, barrios periféricos de los grandes centros urbanos, entre otros.

La capacidad de los Estados en responder a la pandemia de forma inmediata, de acuerdo con la infraestructura de su sistema sanitario existente y frente a la búsqueda por una vacuna (con algunas excepciones), ha reafirmado

1 Esta es una versión reducida de un trabajo académico realizado para el seminario de “Ciclos Políticos y Movimientos Sociales” coordinado por el Prof. Dr. Breno Bringel (IESP-UERJ).

2 Estudiante de la Maestría en Estudios Contemporáneos de América Latina por la Universidad Complutense de Madrid (UCM), graduado en Relaciones Internacionales por la Universidade Federal Fluminense (UFF). <https://ucm.academia.edu/DanielPorcel>/<https://orcid.org/0000-0003-3654-3843>.

el poderío y la centralidad del Estado y de los los gobiernos nacionales para tomar medidas de regulación social (ahora dotado por un clamor de las poblaciones) frente a la incertidumbre generalizada sobre el futuro y el desorden que ha causado en la economía mundial. De cierta manera, este escenario también ha servido como oportunidad para que gobiernos refuercen su control social y represivo sobre sus poblaciones por medio de discursos belicistas contra un enemigo invisible (Caetano, 2020). Esta fue la construcción retórica sobre el virus marcada en muchos países, entre ellos, Bolivia.

No obstante, y como veremos, la “calidad organizativa, comunal y solidaria” existente en el tejido social boliviano (Pachaguay y Terrazas, 2020), basadas en las tradiciones de organización social de los movimientos sociales campesinos e indígenas en Bolivia, legados de una matriz “indianista-comunitaria” que ha atravesado los procesos sociales en el país³ (Cunha Filho, 2015), son elementos que nos permiten comprender la profundidad y magnitud del “comunitarismo” en Bolivia. Lo que veremos a seguir se refiere a como toda esta dimensión social de gran parte de la población boliviana ha construido sus propias respuestas a la llegada del Covid-19, el visitante, también conocido como *Khapaj Niño*, en quechua, *Mallku*, en aymara.

Este presente trabajo pretende atenerse a una realidad concreta – los sistemas de gobierno comunitarios existentes en el tejido social boliviano – y a los efectos locales de la pandemia en dicho contexto local – distintas respuestas, concebimientos y forma de regulación social de dichas comunidades – frente al discurso oficial del gobierno de Jeanine Añez (Movimiento Democrático Social) llegada al poder tras el golpe⁴ que destituyo

3 Esta matriz política ha estado, desde la formación del Estado-nación boliviano, acompañada y entrelazada por otras dos matrices, la “liberal-constitucional” y la “nacional-popular” (Cunha Filho, 2015).

4 Entiendo por golpe una articulación político-militar organizada para desestabilizar un gobierno electo democráticamente. En el caso boliviano, la denominación es justificada por la sedición de las policías, el uso de la violencia para reprimir personas disidentes, persecución a políticos, militantes y personas identificadas con ello por fuerzas paramilitares (como, por ejemplo, identificar a los indígenas como “masistas”), y principalmente, la falta de evidencias concretas que apuntan a un fraude electoral orquestado por el candidato Evo Morales.

Evo Morales (Movimiento al Socialismo), meses antes de la emergencia del *Sars-cov-2* a nivel mundial.

Medidas homogéneas e individuales para un Estado plurinacional: formas de lidiar con la pandemia desde el gobierno central boliviano

El caso de Bolivia es particular, ya que el país se encontraba en una crisis política, de inestabilidad y fragilidad de sus instituciones democráticas tras las elecciones de octubre del 2020, seguida de la oficialización de Jeanine Añez como presidenta interina hasta la celebración de nuevas elecciones. La retórica del gobierno interino ha sido, en general, basada en los pilares de la “unidad nacional”, “Dios” y la “familia” (Centro Estratégico Latinoamericano de Geopolítica - CELAG, 2020).

Puesto eso, es interesante observar como el discurso oficial ha sido planteado desde una retórica bélica, apelando a la responsabilidad individual y al miedo del virus y a la acción del Estado – vigilante, fiscalizador del orden y del cumplimiento de la cuarentena domiciliar –. Según Pachaguay y Terrazas (2020), este tipo de discurso, empleado oficialmente por los ministros de gobierno, subestima el potencial organizativo comunitario de la sociedad boliviana y, por consiguiente, desconsidera cualquier alternativa de regulación social propia para sociedades colectivas, como son los *ayllus* y *markas*, los autogobiernos de las autonomías indígenas-originario campesinas (AIOC), sindicatos de la ciudad y del campo, juntas vecinales, entre otras.

Un análisis político del CELAG (marzo a julio del 2020) sobre el discurso del gobierno de Jeanine Añez en medio a la pandemia, ha encontrado que la dimensión alarmista ha sido preponderante, con muchas menciones a metáfora bélicas, evidenciado por el uso de las palabras “lucha” (47 menciones), “contra” (31), “crisis” (26), “riesgo” (21) y “batalla” (19).

En concreto, la declaración de “emergencia sanitaria nacional” en el día 17 de marzo del 2020, el Decreto Supremo N.º 4196 (Gaceta Oficial de Bolivia, 2020) ha establecido una cuarentena domiciliar en todo el territorio nacional. Llama la atención como el Ministerio de Comunicación ha tratado el virus en

sus propagandas en la televisión pública, reafirmando la retórica belicista y de construcción del enemigo basado en el miedo y en la culpabilización del individuo, tales como: “Soy el coronavirus y te voy a encontrar” o “Si mueres nadie va a poder verte, nadie va a poder ir al entierro, porque vas a ser quemado (...)” (Viceministerio de Comunicación de Bolivia, 2020).

En definitiva, este tipo de medida no contempla la diversidad cultural y étnica del país, además de imponer una única forma de tratar la pandemia desde una visión occidental y estadocéntrica, reacia al principio de la interculturalidad. De hecho, los movimientos sociales indígenas fueron excluidos de cualquier participación en la elaboración de un plan específico de contención de la pandemia en las comunidades indígenas del país. Sólo después de la presión de organizaciones indígenas, como la Confederación de Pueblos Indígenas del Oriente Bolivia – CIDOB y el Consejo Nacional de Ayllus y Marcas del Qollasuyo – CONAMAQ, se ha aprobado un plan de acción específico de contención a los efectos de la Covid-19 en las comunidades indígenas desde el gobierno central, en Julio de 2020 (Ministerio de Salud y Deportes de Bolivia, 2020).

Diferentes abordajes del “visitante”: formas de lidiar con la pandemia según los autogobiernos comunitarios

Tras haber discurrido brevemente acerca del discurso y las medidas oficiales de contención al Covid-19 por parte del gobierno de facto boliviano, resta ahora ponerlas en perspectiva con otras formas comunitarias de abordar la llegada del virus en las organizaciones comunales. La diferenciación empieza por lo léxico, ya que la denominación “Covid-19” es preterida en detrimento de otras denominaciones que estén de acuerdo con las cosmovisiones de cada pueblo indígena originario campesino, tales como el “*Khapaj Niño*”, en quechua o el “*Mallku*”⁵, en aymara. Dichos concebimientos,

5 Un relato del lingüista aymara Teófilo Layme merece ser destacado acerca de dicha nominación: “Cada generación de la humanidad presencia la llegada de un Mallku. Algunos son muy poderosos y esto se manifiesta en la pérdida de vidas, es decir se lleva a unos cuantos, pero luego se va. Raras son las generaciones que pueden ver dos veces la llegada de un Mallku. Este Mallku no lo conocemos dice que es un “*Chuyma Laqu*” (gusano que entra al pulmón) y parece que está viniendo por los cambios ecológicos y ahora lo están tratando con la

basados en los conocimientos locales, en las tradiciones comunitarias y en sus narrativas e historicidades ancestrales, al parecer, tienen como punto en común la comprensión del virus como un visitante, y no como un enemigo.

Al mismo tiempo, esta diferencia léxica al referirse al virus *Sars-cov-2* es también semántica, y tiene sus raíces en profundas divergencias sobre el sentido de la vida y la relación de los seres humanos con la naturaleza. El concebimiento del virus como un *visitante* propone una mirada completamente distinta sobre la pandemia, y consecuentemente, propone otras medidas de contención que deben ser empleadas. Al visitante se recibe en su llegada y se despacha en su partida, por medio de rituales, pagos y ofrendas. Por tal, mientras en quechua el *Khapaj Niño* se traduciría como una entidad que representa un “niño travieso”, a grosso modo, en aymara, el “*Mallku*” se trataría de una entidad poderosa – a veces humanizada en forma de autoridad política, otras veces representadas con el símbolo del cóndor –, vinculada a un espíritu de las alturas de las montañas andinas. Por tratarse de un visitante relacionado a lo divino (y, por tanto, a la naturaleza), las autoridades indígenas han tratado de recibirlo y despacharlo con respeto, pero no con miedo.

Evidentemente, la organización comunitaria no empieza con la llegada del virus a los territorios indígenas, sino que dicha tradición organizativa plantea la toma de decisiones de forma asamblearia, al establecer mecanismos propios de regulación social adentro de dichos territorios y frente al discurso hegemónico gubernamental. Estas decisiones, como veremos, comúnmente se normatizan por medio de Votos Resolutivos o Resoluciones Orgánicas⁶. Según Pachaguay y Terrazas (2020, p. 14), estas resoluciones se tratan de documentos vivos y tienen naturaleza profundamente distinta de las leyes occidentales positivadas en papel.

medicina moderna” (Pachaguay y Terrazas, 2020, p. 13).

6 Es importante mencionar que, tras la promulgación de la Constitución Política del Estado en 2009, el pluralismo jurídico pasó a ser contemplado constitucionalmente, admitiendo las formas de jurisdicción propias de las naciones y pueblos indígenas originarios campesinos – como los Votos Resolutivos de organizaciones comunitarias – adquirieron estatus jurídico de igualdad con las leyes nacionales.

Veamos algunos de dichos Votos Resolutivos documentados en la etnografía mencionada. Por ejemplo, la Resolución Orgánica Marka Payaqullu San Lucas (Departamento de Chuquisaca), bajo sus atribuciones de Gobierno Indígena Originario Autónomo, ha determinado que las autoridades máximas de los Ayllus que componen la Marka realicen levantamientos diarios de datos sobre las personas que entran y salen de las comunidades, con objetivo de rastrear posibles contagios del virus e informar las autoridades del gobierno central. También ha solicitado que el gobierno nacional revierta los salarios de los diputados y senadores en equipamientos médicos en los municipios de población es de más de 10.000 habitantes (Pachaguay y Terrazas, 2020).

Otras medidas de prevención han sido tomadas por el gobierno autónomo de Charagua Iyambae (Santa Cruz de la Sierra), como evitar el ingreso de personas que vengan de la capital del departamento, zona urbana y con mayores índices de contagios, en un primer momento, y luego decretando el confinamiento total del territorio autonómico por 7 días (Centro de Justicia e Investigación Social, 2020)⁷.

A parte de un repertorio diverso de mecanismos de regulación social, según la especificidad de cada comunidad y de su territorio, en dichas resoluciones también se encuentran una serie de críticas al modo como el gobierno transitorio viene abordando la pandemia, a la jerarquía entre la justicia ordinaria y la tradicional-originaria (poniendo en cuestión en pluralismo jurídico) y al sistema colonial que estructura las dinámicas sociales de la República boliviana. Por fin, es mencionado en más de una resolución de autogobierno, además de un manifiesto firmado por más de 100 organizaciones de la sociedad civil, el repudio a los Decretos Supremos 4232 y 4238 que permiten el uso y difusión de semillas transgénicas de maíz, caña de azúcar, algodón, trigo y soya por parte del Comité Nacional de Bioseguridad, destinados al abastecimiento interno y comercialización externa (La resistencia, 2020)⁸.

⁷ Según establece la “Ley autonómica Declaratoria de Encapsulamiento en la Jurisdicción de Charagua Iyambae Para Afrontar el Avance de la Enfermedad del Corona Virus – Covid-19”.

Crisis política y conflictos de cosmovisiones

Visibilizar otras narrativas y las experiencias concretas locales nos permite, en primer lugar, cuestionar la veracidad y universalidad de un único relato sobre cómo responder políticamente a una pandemia, y en segundo, nos permite imaginar nuevas posibilidades de regulación social en medio a un escenario social marcado por la incertidumbre.

La profundización de la crisis política estallada antes de la llegada del coronavirus a Bolivia, sumada a la incapacidad de establecer un diálogo entre los sectores de oposición al gobierno interino, ha resultado que el compromiso de convocatoria de nuevas elecciones fuera postergado por dos veces, actitud fuertemente cuestionada por la oposición. Además, las masacres de Senkata (El Alto) y Sacaba (Cochabamba), ocurridas en noviembre de 2019 y dejando 36 muertos, son símbolos de las fracturas sociales vigentes en la vida política boliviana y de la violenta represión empleada por las fuerzas de seguridad a mando del gobierno transitorio (Nodal, 2020).

Evidentemente, estamos tratando de un conflicto de cosmovisiones con profundas raíces: mientras los pueblos originarios andinos parten de una visión cíclica de los Andes y de la vida, la cosmovisión occidental moderna tiende a mirar el mismo fenómeno desde una visión apocalíptica. Estas diferencias entre cosmovisiones también se dibujan en la forma de comprensión de la muerte y de lidiar con el duelo. Desde una perspectiva comunitaria, se concibe el mismo virus como visitante, que hay que recibir y despachar (basado en una lectura de la pandemia vinculada a los saberes locales) y desde el gobierno, como un enemigo que hay que extinguir, basada en un discurso bélico y trágico como forma de lectura de la pandemia.

Referencias bibliográficas

8 Tanto en el Manifiesto de la Nación Qhara Qhara (Chuquisaca) como en el Acuerdo Interinstitucional, firmado por diversas organizaciones sociales (La Paz), se repudia a esta decisión y reafirma que son las grandes empresas de semillas transgénicas las serán beneficiados por estas medidas.

Bringel, B. y Pleyers, G. (ed.). (2020). *Alerta global. Políticas, movimientos sociales y futuros en disputa en tiempos de pandemia*. CLACSO.

Caetano, G. F. (2020) *Não estamos em Guerra!: a retórica belicista no enfrentamento ao covid-19*. Antropológicas Epidêmicas. <https://www.antropologicas-epidemicas.com.br/post/v7a20-n%C3%A3o-estamos-em-guerra-a-ret%C3%B3rica-belicista-no-enfrentamento-ao-covid-19>.

Centro de Estudios Jurídicos e Investigación Social - CEJIS (2 de mayo de 2020). *La autonomía indígena guaraní de Charagua Iyambae se encapsulará desde el lunes por siete días*

<https://www.cejis.org/la-autonomia-indigena-guarani-de-charagua-iyambae-se-encapsulara-desde-el-lunes-por-siete-dias/>.

Centro de Estudios Jurídicos e Investigación Social - CEJIS (23 de septiembre de 2020). *Pronunciamiento de las organizaciones de la sociedad civil organizada para la suspensión inmediata a la aplicación de los D.S 4232 y 4238 que autorizan los transgénicos en Bolivia*. <https://www.cejis.org/pronunciamiento-de-las-organizaciones-de-la-sociedad-civil-organizada-para-la-suspension-inmediata-a-la-aplicacion-de-los-d-s-4232-y-4238-que-autorizan-los-transgenicos-en-bolivia/>.

Cunha Filho, C. M. (2015) *A construção do horizonte plurinacional: liberalismo, indianismo e nacional-popular na formação do Estado boliviano*. [Tesis Doctoral, Universidade Estadual do Rio de Janeiro].

Ester, B., García, N. C. (13 de septiembre de 2020). *Discursos de Añez en pandemia: Dios, familia, unidad*. Centro Estratégico Latinoamericano de Geopolítica – CELAG. <https://www.celag.org/discursos-de-anez-en-pandemia-dios-familia-y-unidad/>.

Gaceta Oficial de Bolivia (05 de marzo de 2020). *Decreto Supremo 4174*. [http://www.gacetaoficialdebolivia.gob.bo/normas/buscar_comp/\(COVID-19\)/page:3](http://www.gacetaoficialdebolivia.gob.bo/normas/buscar_comp/(COVID-19)/page:3)

La Resistencia (19 de mayo de 2020). *Histórico acuerdo entre organizaciones sociales exige elecciones, abrogación de decreto de transgénicos y respeto a los DDHH*.

<https://www.marcha.org.ar/organizaciones-sociales-de-bolivia-firman-acuerdo-por-sus-demandas/>.

Portal Jurídico Lexivox libre (07 de mayo de 2020). *Bolivia: Decreto Supremo N° 4232*. <https://www.lexivox.org/norms/BO-DS-N4232.xhtml>.

Portal Jurídico Lexivox libre (07 de mayo de 2020). *Bolivia: Decreto Supremo N° 4238*. <https://www.lexivox.org/norms/BO-DS-N4238.xhtml>.

Ministerio de Salud y Deportes (8 de julio de 2020). *Ministerio de Salud presentó plan integral para mitigar efectos del COVID-19 en los pueblos indígenas*. <https://www.minsalud.gob.bo/4374-ministerio-de-salud-presento-plan-integral-para-mitigar-efectos-del-covid-19-en-los-pueblos-indigenas>.

Noticias de América Latina y el Caribe – NODAL (05 de marzo de 2020). *Bolivia: violenta represión contra protesta por la masacre de Senkata y la presencia de la presidenta de facto Jeanine Añez en El Alto*. <https://www.nodal.am/2020/03/bolivia-violenta-represion-contra-protesta-por-la-masacre-de-senkata-y-la-presencia-de-la-presidenta-de-facto-jeanine-anez-en-el-alto/>

Pachaguaya, P. y Terrazas, C. (2020). *Una cuarentena individual para una sociedad colectiva: la llegada y despacho del Khapaj Niño Coronavirus a Bolivia*. Asociación Departamental de Antropólogos – La Paz. <https://indigenascovid19.red/archivos/12875?fbclid=IwAR00HMAfy7qmiHzRnoW0yw2MEdju-TAb3bo0zu7WfSRp5gVRpifuvY5N6Sc>. Acceso en: 20 jan. 2021.

Viceministerio de Comunicación Bolivia (02 de abril de 2020). *El coronavirus llegó a Bolivia. ¡Cuídate!* www.youtube.com/watch?v=ZytpxdtudYA

ELEIÇÕES, PANDEMIA E PROTOCOLOS: ADAPTAÇÕES INSTITUCIONAIS PARA AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DA BOLÍVIA E DO EQUADOR EM TEMPOS DE COVID-19¹

Danillo Rafael Batista²
Bruna Pires de Lima³

Em dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, localizada na China, foi registrado o primeiro caso de COVID-19. Na América do Sul, a primeira infecção pelo novo coronavírus foi constatada em fevereiro de 2020, no Brasil. Dois meses depois, em maio, a região já era considerada epicentro da doença e atualmente já soma mais de 15 milhões de casos confirmados e mais de meio milhão de mortes ocasionadas pela doença⁴.

Segundo Pievosan e Reck (2017), a democracia, em resumo, é o poder que pertence ao povo e é cedido através das eleições a algumas dezenas de pessoas, que com o auxílio do Estado e da máquina pública deveriam retribuir esse poder doado de maneira conveniente ao povo. Ou seja, as eleições são um dos instrumentos mais importantes para uma democracia. Portanto, para garantir uma eleição mais representativa possível, é necessário a participação massiva do povo, além de certificar a segurança, integridade e transparência em todo o processo. Num cenário pandêmico, a presença física dos eleitores e voluntários nos locais de votação traz riscos à saúde porque pode ser propagador do vírus em grande escala, em vista disso, são necessárias as

1 Este texto é uma produção do grupo de iniciação científica COVID-RI, contemplado no Edital de Iniciação Científica 2020/2021 do Centro Universitário Estácio do Recife.

2 Mestrando em Ciência Política na Universidade Federal de Pernambuco

3 Graduanda em Relações Internacionais no Centro Universitário Estácio Recife

4 <https://covid19.who.int/table>

adaptações para garantir a segurança dos eleitores, resultando numa menor abstenção possível. A pandemia do coronavírus colocou à prova a capacidade das instituições de se adaptar às condições necessárias para execução do pleito sem colocar em risco a população (Spinelli, 2020). Grande parte dos especialistas na área de saúde pública concorda que as medidas restritivas são importantíssimas, como os *lockdowns* e o bloqueio de determinadas áreas, assim buscando evitar a propagação do vírus, o colapso dos sistemas de saúde, e o mais importante, salvar vidas (Pulejo e Querubín, 2020). No final de 2020 e no início de 2021, Bolívia e Equador, respectivamente, realizaram eleições para escolher um novo presidente, assim testando a capacidade das instituições de coordenação e governança num período de pandemia, além de experienciar o comportamento dos eleitores a tal exposição após mais de um semestre de pandemia declarada, como no caso da Bolívia e numa situação a mais de 1 ano de pandemia e com a vacinação iniciada, mesmo que devagar (e sem segunda dose aplicada no período). É esperado que o impacto negativo da COVID-19 nesses países ainda se arraste ao longo de alguns meses, devido ao seu posicionamento no sistema internacional, e assim como toda a América Latina, é provável que a vacinação ocorra de maneira lenta⁵.

Bolívia

Após a crise política de 2019 que culminou na renúncia e exílio de Evo Morales, foram convocadas novas eleições programadas inicialmente para maio de 2020. A partir da resolução 009/2020 do TSE (Tribunal Supremo Eleitoral) boliviano, de 5 de janeiro de 2020, sinalizou como data do pleito para 3 de maio de 2020. Após o decreto de pandemia em março, o calendário eleitoral foi suspenso.

Em conformidade com as medidas de segurança sanitária necessárias para contenção da propagação da COVID-19 impostas pela OMS (Organização Mundial de Saúde) e em busca de uma adaptação a situação latente e a necessidade da realização do evento, com base legal na resolução 187/2020,

⁵ Ver: <https://www.as-coa.org/articles/2021-elections-latin-america-preview>

as eleições foram fixadas em 18 de outubro de 2020. Algumas outras adequações foram impostas para realização das eleições da maneira mais segura possível, como a determinação do uso obrigatório de máscara, a utilização da própria caneta pelos eleitores, a extensão por 1h do horário de votação, incremento de mais zonas eleitorais, entre outras⁶.

De acordo com o TSE da Bolívia, a abstenção nas eleições gerais de 2005, 2009 e 2014 foram:

Tabela 1: Abstenção eleitoral na Bolívia (2005-2020)

Ano	2005	2009	2014	2020
Abstenção	15,46%	4,75%	10,92%	11,58%

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Órgano Electoral Plurinacional (2005 e 2020)

Não houve uma discrepância considerável na participação do povo boliviano nas eleições. Em 2020, Luis Arce, representante do MAS (Movimento ao Socialismo), partido também do ex-presidente boliviano Evo Morales, foi eleito o novo presidente do país ainda em primeiro turno, com 55% dos votos⁷.

Equador

Em 7 de fevereiro de 2021, o Equador realizou eleições presidenciais e legislativas, e com um recorde de 16 candidatos à presidência. O voto no país é obrigatório entre 18 e 65 anos, e opcional aos que vivem no exterior⁸ e houve um comparecimento considerável bom para o momento e as dificuldades enfrentadas devido a pandemia da COVID-19. De acordo com os dados do

6 Ver:

https://www.oep.org.bo/wp-content/uploads/2020/09/Protocolo_Medidas_Seg_Sanitaria_EG_2020.pdf

7Ver:

<https://brasil.elpais.com/internacional/2020-10-23/apuracao-oficial-na-bolivia-confirma-vitoria-de-luis-arce-com-551-dos-votos.html>

8Ver:

https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2021/02/05/interna_internacional,1235580/principal-candidato-de-esquerda-nao-podera-votar-no-equador.shtml

Conselho Nacional Eleitoral (CNE)⁹, a porcentagem seguiu normal, comparado com os anos anteriores:

Tabela 2: Participação eleitoral no Equador (2009-2021.1T)

Ano	2009	2013	2017.1T	2017.2T	2021.1T
Participação	75,9%	82,0%	81,7%	83,0%	80,9%

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Consejo Nacional Electoral (2017 e 2021)

Segundo os dados do CSSE da *Johns Hopkins University*, o mês de fevereiro contou com 952 vítimas da COVID-19 no país. Apesar da vacinação no país ter iniciado no dia 21 de janeiro¹⁰, anteriormente ao primeiro turno das eleições, menos de 0,04% haviam tomado a primeira dose da vacina¹¹.

O planejamento eleitoral no país já estava em pauta desde o início da pandemia, em 2020, quando o CNE havia cogitado realizar as eleições em 3 dias, para minimizar os riscos de contágio. Além disso, ainda em março de 2020, a presidente do órgão de administração eleitoral informou que as medidas de segurança e o distanciamento social, de acordo com as autoridades sanitárias, estavam garantidas (Querido, 2021).

No final das contas, o governo trabalhou na conscientização e no esclarecimento de regras do processo eleitoral, no canal do *YouTube* do CNE foram compartilhados algumas regras, que o CNE em coordenação com o Comitê de Operações de Emergência Nacional optaram por um calendário de votação em apenas 1 dia. O CNE desenvolveu um protocolo, executado durante a votação, buscando minimizar o contágio, definindo que cada eleitor só poderá entrar sozinho ao recinto eleitoral, com uso de máscara e com caneta, além do distanciamento mínimo de 2 metros, a entrada e saída dos recintos eleitorais serão de maneira unidirecional e os trabalhadores no processo eleitoral estarão higienizando as mesas de votação e as mãos com álcool 70%,

9 Ver: <https://resultados2021.cne.gob.ec/>

10 Ver: <https://www.salud.gob.ec/en-ecuador-inicio-la-vacunacion-contra-la-covid-19/>

11 Ver: <https://ourworldindata.org/covid-vaccinations>

e com troca de máscara de 4 em 4 horas, com a ajuda de um coordenador¹². A eleição não foi finalizada no primeiro turno, e as campanhas irão retornar no dia 16 de março e vão até 8 de abril, contando com o segundo turno programado para dia 11 de abril (Cedillo, 2021). No primeiro turno, apesar das medidas elaboradas pelo CNE, para as campanhas, que permitiu apenas caravanas e caminhadas, assim buscando impedir aglomerações, mas apesar das medidas de segurança para evitar o contágio, na prática, não foram respeitadas no primeiro turno, e alguns candidatos visitaram regiões de muito movimentos como praças e feiras¹³. Apesar dos desafios, o Conselho Nacional Eleitoral estabeleceu um calendário seguindo os devidos cuidados, resta com que seja executado, garantindo, de maneira constitucional, democrática e assegurando os cuidados para preservar uma eleição limpa e justa e as vidas.

Considerações Finais

O trabalho buscou, de forma expositiva, apresentar como aconteceram as adaptações nos processos eleitorais nas eleições presidenciais da Bolívia e do Equador no período pandêmico da COVID-19, e que em ambos os países o voto é compulsório.

Atento às eleições como pilar democrático, assegurar o acontecimento da mesma, de maneira transparente e participativa se faz necessário, mas surgem os desafios de realizar eleições num período onde aglomerar e compartilhar objetos, como canetas, se torna um problema. Então, os governos precisaram tomar medidas para conter a transmissão do vírus, e se adaptar ao momento. Dentre as adaptações institucionais que ocorreram nos dois países, os protocolos da Organização Mundial da Saúde, de manter um distanciamento social de pelo menos 1,5m e o uso obrigatório de máscaras, além dos locais abertos e arejados estavam entre algumas medidas a serem tomadas. Por toda crise que assolava a Bolívia, a situação de adiar as eleições não atribuiria tanto impacto jurídico no processo eleitoral, as eleições foram

12 Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=ibdNKyCAJOo>

13 Ver: <https://www.elcomercio.com/actualidad/medidas-bioseguridad-campana-elecciones-controles.html>

adiadas duas vezes. O TSE Boliviano trabalhou em implantar as medidas recomendadas pela OMS, buscando reduzir as abstenções, que foram de 11,58%, número nada anormal em relação às eleições anteriores, porém esse número não foi mérito das medidas do governo, que permitiu aglomerações em vários pontos de votação¹⁴

No caso do Equador, as eleições foram mantidas de acordo com o calendário, sem necessidade de remarcar-la, evitando o risco da necessidade de um novo planejamento eleitoral e político. As instituições competentes envolvidas no processo eleitoral elaboraram algumas medidas para que as campanhas eleitorais e o dia da eleição ocorresse normalmente e com segurança, apesar do esforço, as aglomerações foram inevitáveis tanto no período da campanha no primeiro turno, com alguns candidatos visitando lugares movimentados como no dia da votação, nas filas de espera e durante a locomoção.

Referências

BARROS, Pedro Silva; GONÇALVES, Julia de Souza Borba; SAMURIO, Sofía Escobar. Desintegração econômica e fragmentação da governança regional na América do Sul em tempos de Covid-19. 2020.

CEDILLO, Mónica Banegas. La democracia amenazada: ¿y ahora cómo votamos? Covid-19, Estado de derecho y Procesos Electorales en Latinoamérica. ONG. FUNDACIÓN KONRAD ADENAUER & Transparencia electoral. ISBN: 978-958-53147-7-1.

DE LIMA BARBOSA FILHO, Bernardo; DE OLIVEIRA COUTO, Walles Henrique; DE PAULA FILHO, Alexandre Moura Alves. Adiar ou não as eleições municipais em razão da pandemia? Uma proposta intermediária de solução constitucional. **Revista de Teorias da Democracia e Direitos Políticos**, v. 6, n. 1, p. 94-111, 2020.

NASCIMENTO, D. O. Fundamentalismos, crise da democracia e ameaça aos direitos humanos na América do Sul.

PIOVESAN, Fúlvio Machado; RECK, Janrie Rodrigues. Os direitos fundamentais enquanto pilares da democracia e condição para o Estado de Direito. **Revista Justiça do Direito, Passo Fundo, RS**, v. 31, n. 1, p. 67-79, 2017.

14 Ver: https://eldeber.com.bo/santa-cruz/las-aglomeraciones-en-porongo-marcan-la-media-jornada-electoral_223343

QUERIDO, Leandro. Desafíos de la administración de elecciones en el contexto del covid-19. Covid-19, Estado de derecho y Procesos Electorales en Latinoamérica. ONG. FUNDACIÓN KONRAD ADENAUER & Transparencia electoral. ISBN: 978-958-53147-7-1.

SPINELLI, Antonio. **La gestión electoral durante la pandemia de COVID-19: Consideraciones para los encargados de la toma de decisiones.** International Institute for Democracy and Electoral Assistance (International IDEA), 2020.

Libro de Resultados Electorales. Estadísticas. Consejo Nacional Electoral (CNE), 2017.

https://cne.gob.ec/documents/Estadisticas/Publicaciones/LIBRO_RESULTADOS_2017.pdf

PULEJO, Massimo; QUERUBÍN, Pablo. Electoral Concerns Reduce Restrictive Measures During the COVID-19 Pandemic. 2020.

IMUNIZAÇÃO NA PERIFERIA DO GLOBO: A CORRIDA PELA VACINA NA AMÉRICA DO SUL¹

Ian Rebouças Batista²

Marliene Ruth Guedes³

Além do enfrentamento à pandemia do COVID-19, o ano de 2020 também esteve marcado pela corrida para o desenvolvimento de uma vacina efetiva, que proporcionasse esperança de superação da crise de saúde pública global e decorrente retomada plena das atividades econômicas. No dia 8 de dezembro de 2020 a primeira dose de uma vacina aprovada por órgãos reguladores foi aplicada no Reino Unido, desenvolvida pelo laboratório farmacêutico estadunidense Pfizer e pela empresa de biotecnologia alemã BioNTech (Pfizer/BioNTech), dando início a um novo indicador de mensuração da capacidade dos governos em combater a pandemia: conseguir a vacina, iniciar o processo vacinação de sua população e ampliar o alcance dessa vacinação.

Durante a pandemia do COVID-19 os governos da América do Sul apresentaram desempenhos variados. Maus exemplos são encontrados nos números de mortes por milhão de habitante do Chile, Equador e Peru, por exemplo, enquanto o Uruguai se destacou por medidas governamentais adequadas a necessidade de distanciamento social, mantendo os números sob controle. O caso do Brasil se destaca ainda como o país onde governo federal e entidades subnacionais por vezes

1 Este texto é uma produção do grupo de iniciação científica COVID-RI, contemplado no Edital de Iniciação Científica 2020/2021 do Centro Universitário Estácio do Recife.

2 Professor de Relações Internacionais do Centro Universitário Estácio do Recife e Doutorando em Ciência Política na Universidade Federal de Pernambuco.

3 Graduanda em Relações Internacionais no Centro Universitário Estácio do Recife.

ofereceram orientações opostas, alcançado o posto de segundo país do mundo em número absoluto de mortes decorrente do vírus.

Cepik e Rodriguez (2020) analisam que a maneira com que a região⁴ enfrentou a pandemia é reflexo da posição na qual o continente está inserido no sistema internacional. Além dos desafios inerentes aos países, de desigualdade social e violência, a persistente dependência de tecnologia e de capital estrangeiro sujeita a região à condição de semiperiferia. Em 2020, se somaram a isso as crises políticas e de representatividade e as crises econômicas decorrentes do mais recente ciclo de preço das commodities, completando um contexto de reduzida capacidade de atuação. Os autores sugerem que muitos dos desafios estruturais impostos a região, e o enfrentamento da pandemia não é exceção, seriam mais bem encarados a partir de cooperação internacional, integração regional e complementariedade econômica.

A corrida pela vacina é ilustrativa do que falam os autores. Semiperiféricos, os países da região não foram capazes de desenvolver autonomamente suas próprias vacinas, ainda que países em desenvolvimento de outras partes do globo tenham tido essa capacidade – Rússia e Índia são exemplos. Além de infraestrutura prévia, alto investimento é necessário para pesquisas e testes, e em alguns casos opções políticas impediram que os recursos, ainda mais escassos em tempos de pandemia, fossem destinados para tanto, como o exemplo brasileiro demonstra. Ainda assim, os laboratórios brasileiros da Fundação Oswaldo Cruz e do Instituto Butantã são casos de destaque nesse sentido, mas que trabalharam em cooperação com outros laboratórios internacionais. Isso desde já reflete uma condição de dependência dos países sul-americanos em relação a laboratórios estrangeiros. As primeiras vacinas dos países da região não serão, em grande parte,

4 Os autores realizam análise para a América Latina e o Caribe, mas entendemos aqui que os apontamentos também valem para nossa discussão específica sobre a América do Sul.

produzidas, mas sim, compradas⁵. O que significa disputar com o resto do globo um espaço na fila dessa compra. E nessa disputa, a América Latina, como um todo, se insere como uma região de crescente irrelevância relativa frente a outras regiões do globo, como argumentam Schenoni e Malamud (2021). Os autores apontam que, considerando variáveis como demografia, capacidades nacionais, comércio e diplomacia, a América Latina tem reduzido sua relevância internacional no último século. Isso pode significar intensificação da condição de periferia.

O funcionamento do mercado da vacina da COVID-19 não se difere de qualquer outro mercado, regido pelas leis de oferta e da demanda. Soma-se a isso o fato de a indústria farmacêutica global estar marcada por grandes monopólios e conglomerados econômicos e financeiros. Isso coloca os países ricos em vantagem no acesso às vacinas, não só por serem sede de alguns dos principais laboratórios desenvolvedores, mas por possuírem maior capacidade de compra. Como uma maneira de garantir uma justiça social no acesso de países de baixa renda, foi criado o COVAX, iniciativa global para acesso igualitário a vacinação⁶, mediante um acordo de financiamento cooperativo. Todos os países da região fazem parte da iniciativa, e foi a Colômbia o primeiro país do hemisfério ocidental a receber doses pela iniciativa, 117 mil da Pfizer/BioNTech, em 1º de março (Torrado, 2021). O atraso na distribuição global, contudo, já gera comunicados da própria OMS que apontam para o risco de ineficiência no cumprimento dos prazos previstos para distribuição ao longo desse ano (Terra, 2021). Um das causas que podem levar a COVAX a fracassar é o nacionalismo da vacina, representado na fome individualista das nações

5 Argentina e México anunciaram em agosto de 2020 que almejam desenvolver capacidade de produzir até 250 milhões de doses da vacina Oxford/AstraZeneca. O mesmo vale para a produção no Brasil das vacinas Coronavac, no Instituto Butantã, e da mesma Oxford/AstraZeneca, na Fundação Oswaldo Cruz.

6 Desde abril de 2020, foi lançado a partir a Organização Mundial da Saúde e parceiros o *Access to COVID-19 Tools (ACT) Accelerator*, um esforço global de cooperação entre governos e entes privados voltados a pesquisa e desenvolvimento de testes, tratamentos e vacinas para a COVID-19. Além da OMS, também lidera a COVAX a Gavi e a *Coalition for Epidemic Preparedness Innovations* (CEPI).

ricas em adquirir doses para toda sua população antes que outros países sequer iniciem as suas vacinações⁷ (BOLLYCKY, BOWN, 2020).

Foi, portanto, individualmente que alguns países da região tiveram maior capacidade de adquirir as primeiras doses e iniciarem a imunização da população. A Tabela 1 apresenta quem saiu na frente na corrida pela vacinação, bem como a amplitude da vacinação que está sendo realizada em cada território⁸.

Tabela 1: Corrida pela vacina dos países da América do Sul

	Data de início	Amplitude dos grupos a serem vacinados	Dias depois da primeira da região	Dias depois da primeira do mundo	Vacina ⁹
Chile	24/12/2020	3	-	16	Pfizer/ BioNTech + Sinovac
Argentina	29/12/2020	2	5	21	Sputnik V + AstraZeneca + Sinopharm
Brasil	17/01/2021	3	23	39	Sinovac + AstraZeneca
Equador	21/01/2021	2	27	43	Pfizer/ BioNTech
Bolívia	29/01/2021	2	35	51	Sputnik V + Sinopharm
Peru	06/02/2021	1	43	64	Sinopharm
Colômbia ¹⁰	17/02/2021	1	54	70	Pfizer/ BioNTech
Venezuela	18/02/2021	1	55	71	Sputnik V
Paraguai	22/02/2021	1	59	75	Sputnik V

7 Bollycky e Brown (2020) citam o estudo de So e Woo (2020) que indica que “nações representando um sétimo da população do mundo já reservaram mais da metade de todas as ofertas de vacinas previstas” até 2022. (Tradução nossa).

8 Variável categórica ordinal, disponível em Hale et al. (2020), que indica disponibilidade para um (1), dois (2) ou três (3) desses grupos: profissionais da linha de frente ao combate; grupos clinicamente vulneráveis; idosos. Valores referentes para a data de fechamento deste texto, 4 de março de 2021.

9 Vacinas aprovadas para uso no país na data de fechamento do texto, 4 de março de 2021.

10 Não seguimos o apontado no banco de dados de Hale et al. (2020), por encontramos inconsistência com as informações oficiais.

Uruguai	01/03/2021	1	66	82	Sinovac
---------	------------	---	----	----	---------

Fonte: Elaboração dos autores com dados de Hale et al. (2020) e de Kiernan et al. (2021)

Maior PIB per capita da região, o Chile foi o primeiro país sul-americano a iniciar o processo de vacinação, em 24 de dezembro de 2020. Isso aconteceu devido às negociações realizadas com meses de antecedência por suas autoridades sanitárias, Ministério da Saúde e Ministério de Ciências, que, de modo planejado, elaboraram estratégias para se antecipar e conseguir acordos com os laboratórios produtores (Torres, 2021). O país andino já tem acordos com a Pfizer/BioNTech, Sinovac, AstraZeneca Johnson&Johnson, Sputnik V e Covax, almejando assim a quantidade de vacinas necessárias para imunizar praticamente toda a sua população. Além de ser o que mais compra, o Chile tem liderado a região em número de vacinados. O segundo país da região que iniciou seu plano de vacinação ainda no ano passado foi a Argentina, no dia 29 de dezembro. O governo argentino comprou doses da vacina russa Sputnik V, o que gerou críticas por opositores à época do início da vacinação, visto que os estudos de fase 3 dessa vacina ainda não tinham sido publicados – o que posteriormente aconteceu, sendo revelada uma eficácia de 92%. Além da compra, Argentina e Rússia negociam as capacidades de produção local da Sputnik V (Gestión, 2021), uma segunda produção local tentada pelo país platino, além da AstraZeneca. O ritmo da vacinação no país até aqui, contudo, é lento, tendo ido pouco além dos trabalhadores de linha de frente.

No Brasil, a primeira vacina, uma Sinovac, foi aplicada em 17 de janeiro, após embates políticos entre os governos estaduais e o governo federal, a tônica característica do embate à pandemia no país. As primeiras 6 milhões de doses foram produzidas pelo Instituto Butantã, que ainda depende da importação de insumo para ampliar o número de doses produzidas. Em seguida, uma remessa de 2 milhões de doses foi adquirida dos laboratórios indianos que produzem a AstraZeneca/Oxford. Chama a atenção ao caso brasileiro a recusa, por parte do governo, em negociar

doses da Pfizer/BioNTech ainda no ano passado. O episódio se soma ao histórico de negacionismo, principal crítica que é feita à atuação do governo Bolsonaro durante a pandemia (Cancian e Resende, 2021). O Brasil amplia os grupos vacinados segundo estratégias de governos municipais, mas para o país mais populoso da região, negociar mais doses deve ser a prioridade.

Alguns comentários cabem destaque sobre a vacinação no restante da região. Mesmo diante dos obstáculos estruturais da condição periférica, países de renda baixa e média tem conseguido adquirir suas primeiras doses negociando diretamente com laboratórios localizados no Sul global. Além das doses compradas da Sputnik V, o governo boliviano assinou um acordo com o governo chinês para aquisição de lotes de vacina da farmacêutica Sinopharm. Nesse acordo, a China se comprometeu em doar 100.000 doses e o governo boliviano comprará 400.000 doses (Lemos, 2021). No Peru, chama a atenção o escândalo do *Vacungate*, onde autoridades políticas e familiares furaram a fila, incluindo o último presidente deposto Martín Vizcarra (BBC, 2021a), fato ilustrativo de uma prática que se repete região afora. No início da vacinação na Venezuela, com 100 mil doses da Sputnik V, a prioridade foi dada, além de profissionais de saúde da linha de frente, a políticos chavistas (BBC, 2021b). O Paraguai iniciou sua vacinação no dia 22 de fevereiro, com 2 mil doses da Sputnik V, priorizando profissionais da saúde (Garelli, 2021), e o Uruguai foi o último país da região a receber a vacina, inicialmente administrando 140 mil doses da Sinovac para educadores, militares, policiais e bombeiros (DW, 2021).

Assim como durante todo o combate à pandemia, a ausência de uma coordenação regional em prol do acesso a vacinação é digna de nota. Ainda que Argentina e México estejam investindo em capacidade de produzir doses para distribuir na região, os organismos regionais se abstiveram de realizar discussões nesse sentido. Tanto o Mercosul, como a Aliança do Pacífico, ou até a CELAC, não elaboraram um plano de

aquisição e distribuição de vacinas para a região. Um contrafactual plausível é a contratação de 270 milhões de doses realizada pela União Africana, diretamente dos laboratórios da Pfizer e AstraZeneca (Reuters, 2021). A União Europeia também possui uma estratégia conjunta de desenvolvimento e compra de vacinas, onde se prioriza que a vacina chegue em todos, ao mesmo tempo e da mesma forma (Comissão Europeia, 2021).

Na largada da corrida pela vacinação da América do Sul, os governos apresentam desempenho variados, a depender de capacidade financeira para compra e senso de responsabilidade do enfrentamento à pandemia. A situação de periferia condiciona ainda essa corrida. Nessa parte do globo, o nacionalismo da vacina também se fez presente. Quem pôde adquirir suas doses diretamente com os laboratórios iniciou mais rapidamente seus planos de imunização. Na maior parte dos casos, adquirindo vacinas de laboratórios localizados fora do centro global, as vacinas chinesas, russas, indianas, uma vez que a distribuição da vacina da Pfizer/BioNTech, por exemplo, ainda se concentra em grande parte nos países do Norte global. O caminho para vacinar todas as populações da América do Sul é longo e ainda há espaço para a solidariedade fazer frente ao individualismo na aquisição e distribuição de mais doses. A maneira com que os governos da região enfrentaram a pandemia até aqui, contudo, não inspira expectativas nesse sentido.

Referências

BBC. (2021a). Coronavirus en Perú: el escándalo por las vacunas de covid-19 que forzó la renuncia de dos ministros y una investigación contra el expresidente Vizcarra. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-56072179>. Acesso em 15 de março de 2021.

BBC. (2021b). Vacuna contra el coronavirus: qué se sabe del inicio de la inmunización del covid-19 en Venezuela y por qué es polémica. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-56120882>. Acesso em 15 de março de 2021.

BOLLYCKY, Thomas J.; BOWN, Chad P. (2020). Vaccine nationalism will prolong the pandemic. *Foreign Affairs*. 29 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/world/2020-12-29/vaccine-nationalism-will-prolong-pandemic>. Acesso em 16 de fevereiro de 2021.

CANCIAN, Natália; RESENDE, Thiago. (2021). Reconhecimento de recusa de oferta da Pfizer amplia críticas à atuação de Bolsonaro na pandemia. *Folha de São Paulo*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/01/reconhecimento-de-recusa-de-oferta-da-pfizer-amplia-criticas-a-atuacao-de-bolsonaro-na-pandemia.shtml>. Acesso em 15 de março de 2021.

CEPIK, Marco; RODRIGUEZ, Julio C. (2020). América Latina em tiempos de pandemia: desafíos estratégicos. *Pensamiento Propio*, 52, p. 83-107.

COMISSÃO EUROPEIA. (2021). Coronavirus vaccines strategy. Disponível em: https://ec.europa.eu/info/live-work-travel-eu/coronavirus-response/public-health/coronavirus-vaccines-strategy_en. Acesso em 15 de março do 2021.

DW. (2021). Uruguai inicia campanha de vacinação contra COVID-19. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/uruguai-inicia-campanha-de-vacina%C3%A7%C3%A3o-contra-covid-19/a-56739704>. Acesso em 15 de março de 2021.

GARELLI, Sanie L. (2021). Paraguay comenzo la vacunacion contra el COVID-19 con una severa advertência del ministro de salud. *CNN*. Disponível em: <https://cnnespanol.cnn.com/2021/02/22/paraguay-comenzo-la-vacunacion-contra-el-covid-19-con-una-severa-advertencia-del-ministro-de-salud/>. Acesso em 15 de março de 2021.

GESTIÓN. (2021). Rusia negocia con dos laboratórios para producir la Sputnik V en Argentina. Disponível em: <https://gestion.pe/mundo/rusia-negocia-con-dos-laboratorios-para-producir-la-sputnik-v-en-argentina-noticia/>. Acesso em 15 de março de 2021.

HALE, Thomas; WEBSTER, Sam; PETHERICK, Anna; PHILLIPS, Toby; KIRA, Beatriz. (2020). *Oxford COVID-19 Government Response Tracker*, Blavatnik School of Government.

KIERNAN, Samantha; SETHRY, Priyanka; SHANKS, Kailey. (2021). Vaccines Spheres of Influence Tracker. *Think Global Health*. Disponível em: <https://www.thinkglobalhealth.org/article/vaccine-spheres-influence-tracker>. Acesso em 27 de fevereiro de 2021.

LEMONS, Gerardo. (2021). Gobierno de Bolivia llega a acuerdo con Sinopharm para adquisicion de 500.000 vacunas contra COVID-19. *CNN*. Disponível em: <https://cnnespanol.cnn.com/2021/02/11/gobierno-de>

bolivia-llega-a-acuerdo-con-sinopharm-para-adquisicion-de-500-000-vacunas-contra-covid-19/; Acesso em 15 de março de 2021.

REUTERS. (2021). African Union secures 270 million COVID-19 vaccine doses from manufacturers. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/uk-health-coronavirus-africa-idUSKBN29J00W>. Acesso em 15 de março de 2021.

SCHENONI, Luis; MALAMUD, Andrés. (2021). Sobre la creciente irrelevancia de América Latina. Tema Central, 291, Enero-Febrero. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/sobre-la-creciente-irrelevancia-de-america-latina/>. Acesso em 27 de fevereiro de 2021.

SO, Anthony; WOO, Joshua. (2020). Reserving coronavirus disease 2019 vaccines for global access: cross sectional analysis. BMJ, 371. Disponível em: <https://www.bmj.com/content/371/bmj.m4750>. Acesso em 9 de março de 2021.

TERRA. (2021) Países ameaçam esquema de vacinas COVAX fazendo seus próprios acordos, diz OMS. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/paises-ameacam-esquema-de-vacinas-covax-fazendo-seus-proprios-acordos-diz-oms,476095d61fb7dffef90504a08e887cf3lnc4da8t.html>. Acesso em 15 de março de 2021.

TORRADO, Santiago. (2021). La iniciativa COVAX debuta en América Latina con 117.000 vacunas para Colombia. El País. Disponível em: <https://elpais.com/sociedad/2021-03-01/la-iniciativa-covax-debута-en-america-latina-con-117000-vacunas-para-colombia.html>. Acesso em 15 de março de 2021.

TORRES, Cristián. (2021). Como Chile logro la vacunacion mas masiva y eficiente de América Latina. Infobae. Disponível em: <https://www.infobae.com/america/america-latina/2021/02/12/como-chile-logro-la-vacunacion-mas-masiva-y-eficiente-de-america-latina/>. Acesso em 15 de março de 2021.

LA RUPTURA DE LA EDUCACIÓN DIGITAL EN LATINOAMÉRICA EN MEDIO DE LA CRISIS DEL COVID-19

Cesar Steven Reina Rodríguez¹

“El ser humano es, ante todo, un cuerpo. Independientemente de nuestra religión, estoy seguro de que todos podemos aceptar que no existe ningún ser humano etéreo”.²

Augusto Boal.

La educación online, virtual, digital, homodigital o como le quieran llamar, aparentemente triunfó en esta emergencia sanitaria. En el contexto histórico actual, sentimos aún más que somos parte de una sociedad gobernada por la comunicación en masas, la interconectividad y la convergencia. La repentina llegada de este enemigo silencioso y sutil llamado Covid-19, precisamente se ha tomado nuestro lugar más importante de lucha social y militancia, es decir, la calle. Obligando a la gran mayoría de los habitantes en Latinoamérica al confinamiento forzoso, por lo tanto, convirtió a internet en el elemento de gran efectividad por antonomasia de nuestra sociedad. Es así, que a través de este nuevo escenario la vida se vuelve compleja, puesto que en el instante en el cual la demanda de internet se encuentra en aumento, su abastecimiento es cada vez más titubeante. Las medidas de seguridad dificultan la entrega de servicios básicos, al mismo tiempo que el consumo de videos streaming para narrativas audiovisuales y

1 Licenciado en Arte Dramático de la Universidad del Valle, Cali, Colombia. Estudiante de Cine y Audiovisual de la Universidad de la Integración Latinoamericana UNILA. Contacto: Stevecali2309@icloud.com.

2 Augusto Boal fue un director, actor y dramaturgo de teatro brasileño, mundialmente conocido por su estudio y formulación teórica sobre el método pedagógico llamado Teatro del Oprimido, el cual desarrolló durante su exilio en Europa.

video conferencias académicas congestionan las redes de último acceso, en especial las de carácter inalámbrico, que representan en el mayor de los casos la única vía de acceso a internet para los cientos de miles de habitantes, principalmente rurales, en toda América latina.

La apropiación de las nuevas tecnologías de la comunicación y la información entre los diferentes grupos sociales, no solo se trata de una cuestión tecnológica, sino que también envuelve aspectos culturales que tienen un fuerte impacto en varias dimensiones de la vida humana. Por tal motivo, en ésta reciente noósfera resuenan palabras como Zoom, Skype o Google Meet, que en definitiva han puesto a la educación y lo digital en un estrecho diálogo de lo cual su reflexión puede ser relevante desde dos aspectos: el primero, que ha dejado al descubierto la gran brecha tecnológica que aún continua afectando a Latinoamérica; con países como Costa Rica, donde “De acuerdo con el Ministerio de Educación Pública (MEP), la mitad de los estudiantes en este país (el 50% incluye a más de 500 mil personas) no tienen acceso permanente a internet, computadora, tableta o teléfono inteligente, y medio estudian con fotocopias. Algunos reciben material vía WhatsApp, cuando pueden pagar por una recarga en un dispositivo electrónico” (Pendras, 2020). Otro caso menos alentador es Ecuador, en el que “Apenas el 37% de las familias tiene acceso a internet, significa que 6 de cada 10 niños no pueden estudiar, según la Unicef, por otro lado, más de un millón de niños y adolescentes solo en la costa, no pueden estudiar. Tener la escuela en casa, es un viacrucis, para muchas familias en Ecuador” (Quiñonez, 2020).

En términos prácticos, la brecha digital es un concepto que según expresa Benjamín M. Compaine “Se refiere a quienes tiene acceso a los medios de información y la capacidad de usar esta información y a quienes posiblemente no” (Compaine, 2001, p. 2). De esta manera, estas referencias poco esperanzadoras sobre la brecha digital que atañe a Latinoamérica, pueden ser medidas y estudiadas desde un factor tan importante como lo es el acceso a internet, ya sea por la ausencia de conectividad, la mala calidad o el analfabetismo sobre su uso. En América Latina los mejores indicadores de

velocidad de acceso a internet los presentan Uruguay y Chile, donde los promedios de estándares oficiales señalados por los gobiernos consideran que una conexión de banda ancha en Latinoamérica es superior a 20mbps (Mega bites por segundo). Un informe llevado a cabo y presentado por la CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe) en el 2018 reveló que “Ninguno de los países de América Latina alcanza a tener al menos un 5% de sus conexiones a internet con velocidades superiores a los 20mbps, mientras que, en los países desarrollados, en Europa y América del Norte, el porcentaje de conexión que se aproxima al indicador medio de banda ancha es 100mbps, es cercano al 50%, en cuanto el otro 50% navega en promedio a la velocidad máxima estandarizada en Latinoamérica 25mbps” (CEPAL, 2018). Dicho de otra manera, la banda ancha en Latinoamérica es la estrecha en Europa, inclusive así, casi que el 95% de los ciudadanos de nuestra región no logra obtener esta velocidad. El caso más agudo y traumático en el continente lo tiene Venezuela, como lo indica un artículo redactado por la BBC News “Detrás de Venezuela solo se sitúan Afganistán y Argelia como los países con una velocidad de internet inferior a la de los países latinoamericanos” (BBC News, 2019).

El segundo aspecto, que apunta hacia el otro lado de la moneda, cuyas personas que habitamos en grandes urbes contamos con la gran fortuna de acceder a la educación digital, percibimos que ésta ya no nos es tan desconocida y confusa. Además, de comprender que la idea de concomitancia entre la educación y lo digital, es también una propuesta de desarrollo comercial e industrial, que apunta hacia un concepto avanzado e innovador de la vida. En el cual, parodiando a Shakespeare, somos y no somos, estamos y no estamos, porque somos y estamos existiendo en este mundo material regido por el fenómeno gravedad, pero no somos, ni tampoco estamos físicamente en el mundo virtual, en otras palabras, solo representamos múltiples hologramas contenidos en pequeños cubículos de pantallas remotas.

Aunque esta nueva propuesta de educación digital parece ser un paradigma que se distingue por su innovación y gestión, prevalece en mi cabeza, el criterio que el gran problema de la cultura digital educativa, quizá

radique realmente en el hecho social de que lo humano y la educación no se puede medir en likes, ni en clicks, ni en trending topics, ni en clickbait y mucho menos en viralización; porque la sociedad está rota, los humanos estamos quebrados, no sabemos qué hacer ni qué vendrá, por eso callamos, porque una vez más la diversidad cultural, simbólica, política y narrativa del mundo, está desapareciendo. Que en el peor de los panoramas, nos queda pensar que los dueños del mundo, los ricos y los oligopólicos saldrán adelante, los grandes de Hollywood, del entretenimiento, los grandes museos y librerías, y sin más, los grandes marchantes de la cultura triunfarán. Se harán más ricos, pero los atrevidos, los opositores, los que buscaban otros sentidos para el mundo, para latinoamérica desde lo cultural o los que se esforzaban por iniciar obras para romper con el mainstream, no aguantarán.

Somos esa masa independiente, pequeña, inteligente y creativa, pero pobre, y en medio de esto, ¿Qué sucederá? Que nos quedaremos con menos atrevimiento, menos ideas, menos humanismo y en consecuencia, menos posibilidades de que las ideas triunfen, como probablemente sucede con nuestros paisanos latinoamericanos en México; donde el presidente López Obrador, se dio a la tarea de encabezar la firma de un acuerdo de concertación con cuatro de las más importantes televisoras nacionales: Televisa, tv Azteca, Imagen televisión y Milenio televisión, para impartir clases por televisión digital “ Aprende en Casa II. Lo que pretende que por lo menos 30 millones de estudiantes puedan continuar sus estudios después del cierre completo de los centros educativos” (Usi, 2020). Podemos ver entonces, que nosotros estamos completamente confinados a estar solos desde las salas de nuestras casas, un nosotros débil, porque si existe una guerra, sin duda, esa guerra es contra nosotros, no contra el virus.

En este sistema virusiado, es menester que los oprimidos se signifiquen bajo estructuras socio-educativas que les brinden instrumentos para descubrir las fuentes de su opresión, dado que esta concepción de militancia actúa como campo pedagógico:

Las luchas sociales también son escenarios pedagógicos donde los participantes ejercen sus pedagogías de aprendizaje, des

aprendizaje, reaprendizaje, reflexión y acción. Es solo reconocer que las acciones dirigidas a cambiar el orden del poder colonial parten con frecuencia de la identificación y reconocimiento de un problema, anuncian la disconformidad con y la oposición a la condición de dominación y opresión, organizándose para intervenir; el propósito: derrumbar la situación actual y hacer posible otra cosa. (Walsh, 2013, p.29).

Entonces, no queda más que luchar por recuperar lo comunal, lo territorial y popular como diría Francia Márquez en Colombia, es decir lo de abajo, porque la falla que experimenta la cultura digital educativa tal vez nos demostró que todos queremos estar en el mundo digital simplemente para gozarnos la vida, para socializar con otras personas, y no para que invadan nuestro espacio con el objetivo de volverlo educativo, dicho de otra manera, volverlo aburrido y desesperante. Colombia experimenta, por ejemplo, que “En la educación básica resulta aún más complicado emitir juicios de valor porque, aunque chicas y chicos parecen estar familiarizados con los aparatos tecnológicos, su relación con la virtualidad se limita principalmente a juegos y redes sociales, así que no está claro cómo responden a los procesos de aprendizaje formal” (Cajiao, 2020). Y aquí el juicio no radica en que los profesores o estudiantes no sepamos de planificación tecnológica, sino que, todo este caos nos recordó de algo muy simple; que la educación es algo mucho más elemental. La educación siempre ha sido y será un laboratorio cultural, un sitio de diálogo intercultural, en este caso, la cultura de los nativos digitales, es decir, los individuos del siglo XXI, que ya nacieron con un pensamiento automáticamente digitalizado en su fisionomía y en su carácter; contra los que nos consideramos una cultura escueta, pero que pretendemos ser crítica y rica en saberes cotidianos e históricos. En este sentido, es respetable afirmar que son maneras diferentes de trabajar la vida, en el caso de los nativos digitales, consiste más en un proceso, simplemente en el hecho de estar ahí frente a la pantalla. “La comunicación mediata produce una cultura que se caracteriza por se más de narraciones y afectividades que de contenidos y argumentos” (Rincón, 2013.p 18). Bajo esta perspectiva, esta situación nos reitera que la educación nunca ha dejado de ser un rito de socialización, de juego, de encuentro con el otro, de cuerpo a cuerpo. Que en

efecto es gozar y aprender la vida en el cuerpo, concretamente, aprender a enamorarse, jugar, bailar, frustrarse, al sexo y todo lo que haya que aprender en esta vida para poder crecer como ser humano, y así encontrarse. Porque para eso es la educación, para lo demás está lo digital.

No obstante, ¿Qué podemos concluir? ¿Qué perdimos el tiempo o la oportunidad? No, sino que, por el contrario, obviamente a los estudiantes como a los profesores cuando éramos estudiantes, ir a estudiar nos gustaba para encontrarnos con los amigos, que entrar a clase era la excusa y parece que así ha sido siempre. En virtud de esto, lo verdaderamente importante es entender que lo digital no son los aparatos, sino que lo digital es una manera de pensar el mundo, una experiencia cultural, por ello; lo digital nos habla de colaboración, de encuentro, de comunidad. Eso sería en realidad la cultura digital, no los aparatos y, por lo tanto, que el virus de la tecnología no salva el mundo, somos los humanos los que salvamos el mundo.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

BBC News Mundo (29 noviembre 2019). *Los países de América Latina con la velocidad de internet más rápida (y la más lenta)*. <https://www.bbc.com/mundo/noticias-50604735>

Boal, Augusto (2004). *El Arco Iris del Deseo*. Traducción Jorge Cabezas Moreno. Alba Editorial, S.I.U. Barcelona, España.

Comisión Económica para América Latina y el Caribe. (Naciones Unidas marzo 2018). *Estado de la banda ancha en América Latina y el Caribe*. https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/43365/1/S1800083_es.pdf

Cajiao, Francisco (2020). *La educación virtual en Colombia, entre retos, ventajas y desventajas*. Bogotá, Colombia: El Tiempo. <https://www.eltiempo.com/vida/educacion/como-esta-la-educacion-virtual-en-colombia-530024>.

Compaine, Benjamín. (2001). *Re-Examining The Digital Divide. Facing a Crises or Creating a Myth*. Editor MIT Press Forthcoming.

Pendras, Jonathan. (2020). *La Costa Rica análoga desnuda por el covid-19*. San José, Costa Rica: La Republica.Net.

<https://www.larepublica.net/noticia/la-costa-rica-analoga-desnudada-por-el-covid-19>.

Quiñonez, Gabriel. (2020). *Trabajar y estudiar con internet prestado, la nueva “normalidad”*. Quito, Ecuador: La Hora. <https://lahora.com.ec/esmeraldas/noticia/1102321527/trabajar-y-estudiar-con-internet-prestado-la-nueva-normalidad>.

Rincón, Omar. (2013). *Narrativas Mediáticas: O como se cuenta la sociedad del entretenimiento*. Barcelona, España: Editorial Gedisa, S.A.

Usi, Eva. (2020). *México apuesta a las clases por TV en tiempos de pandemia*. Ciudad de México, México: DW. <https://p.dw.com/p/3h8tb>.

Walsh, Catherine. (2013). *Pedagogías Decoloniales. Practicas Insurgentes de Resistir, (Re) existir y (Re) vivir. Tomo 1*. Quito, Ecuador: Editorial Abya Yala.

REGIMES POLÍTICOS E RESPOSTAS À COVID-19: UM OLHAR SOBRE A AMÉRICA DO SUL¹

Rodrigo Lins²

Gabriel Silva³

Introdução

Uma nova década se iniciou, e com ela, surgiu um novo, inesperado, e intimidador desafio para os países e seus governos: a pandemia da Covid-19. Devido à alta transmissibilidade do vírus, a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomendou aos governos a adoção de medidas de restrição de circulação de pessoas para diminuir o contágio, e conseqüentemente, diminuir o risco de superlotação nos sistemas de saúde ⁴(OMS, 2020). Na América do Sul, alguns países demoraram mais que os outros, adotaram medidas menos eficientes, e com isso, as taxas de transmissão e mortalidade da doença variaram consideravelmente.

Parte da variação nas taxas de contágio e mortes pela COVID-19 partiu das diferentes respostas ao enfrentamento da pandemia, e um dos fatores que deve ser levado em consideração é o nível de democracia nos países. Neste trabalho será utilizado como base de dados o Índice de

1 Este texto é uma produção do grupo de iniciação científica COVID-RI, contemplado no Edital de Iniciação Científica 2020/2021 do Centro Universitário Estácio do Recife.

2 Doutor em Ciência Política (UFPE). Professor substituto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e professor auxiliar de Relações Internacionais da Estácio Recife.

3 Graduando em Relações Internacionais (Estácio Recife).

4 OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. (2020). Coronavirus. Disponível em: https://www.who.int/health-topics/coronavirus#tab=tab_2.

Democracia Eleitoral (IDE) do banco de dados do V-Dem Institute⁵, que classifica o nível de liberdade das instituições políticas e da sociedade civil, e a transparência de dados e resultados de eleições. Assim, poderá ser observada a variação das ações de países de acordo com os índices de democracia eleitoral. Nosso argumento é que os diferentes incentivos presentes em regimes democráticos e autoritários gera uma relação não linear entre regime e combate à doença. Isto é: não há diferença significativa da resposta de democracias e ditaduras à Covid-19. Enquanto os líderes democráticos se preocupam com a opinião pública e, assim, agem com o objetivo de melhorar a condição de vida das pessoas, os regimes autoritários aproveitam da falta de oposição e optam por adotar medidas mais duras logo no início da pandemia (Lins, Domingos & Batista, 2020).

Medidas e posições governamentais no subcontinente sul-americano

Com a chegada da Covid-19, os governos locais tiveram que tomar medidas das mais variadas, adaptando-as as suas prioridades e realidades, o que não impediu que os números continuassem crescendo, sendo o Brasil o país com o maior número de mortes por COVID-19 da América do Sul. A Tabela 1 mostra o número de mortes por COVID-19 e a taxa de mortes por 100 mil habitantes nos países sul-americanos, e, para meios de comparação, será utilizada uma classificação baseada nos Índices de Democracia Eleitoral (IDE), do maior para o menor.

Tabela 1 – Números de mortes por Covid-19 na América do Sul

IDE	Países	Nº totais de mortes	Taxa de mortes (100 mil habitantes)
0.86	Uruguai	608	17,5
0.81	Argentina	52.766	115,23
0.78	Peru	46.494	141,01

5 V-DEM INSTITUTE. (2019). Electoral Democracy Index. Disponível em: <https://www.v-dem.net/en/analysis/MapGraph/>.

0.77	Chile	20.660	108,08
0.74	Suriname	172	29,32
0.67	Brasil	254.942	119,94
0.67	Colômbia	59.766	117,46
0.67	Equador	15.832	89,74
0.67	Guiana	195	24,79
0.6	Paraguai	3.181	44,6
0.54	Bolívia	11.649	99,79
0.23	Venezuela	1.344	4,73

Fonte: Organização Mundial da Saúde⁶

Em um primeiro momento, os países da América do Sul fecharam suas fronteiras para controlar o fluxo de pessoas que ocasionalmente poderiam estar contaminadas. Segundo o banco de dados da *Reuters COVID-19 Tracker*⁷, com a chegada do novo Coronavírus, o Peru, o Equador e a Guiana decidiram realizar apenas varreduras na chegada de pessoas, enquanto Brasil, Argentina, Colômbia e Uruguai adotaram a quarentena de pessoas vindas do exterior. Chile, Venezuela, Paraguai e Bolívia restringiram a entrada de pessoas vindas de algumas regiões.

Diferentes cenários, mesma região

Ao longo da pandemia do novo Coronavírus, as medidas governamentais tomadas demonstraram os mais diversos resultados na América do Sul. Diante disso, para uma melhor análise, serão abordados três países com cenários distintos: Brasil, Uruguai e Venezuela.

Uruguai

Em uma escala que vai de 0 a 1, o Uruguai apresenta 0.86 pontos no IDE, o maior da América do Sul. O país atravessou mais de sete meses de pandemia sem adotar nenhum tipo de restrição ao comércio ou

6 Dados coletados em <https://covid19.who.int/table> no dia 02 de março de 2021.

7 Reuters. (2021). Covid-19 Global Tracker. Disponível em: <https://graphics.reuters.com/world-coronavirus-tracker-and-maps/pt/>.

circulação de pessoas, algo inusitado na região (BBC, 2020). Ao observar os primeiros sinais da chegada da nova doença, o governo uruguaio decretou estado de emergência como forma preventiva, além do fechamento parcial das fronteiras, tendo uma quarentena de 14 dias como obrigatoriedade a qualquer pessoa vinda de países considerados epicentros da doença (Uruguai Presidencia, 2020a). Além disso, o governo investiu em campanhas de conscientização sobre os cuidados necessários para mitigar o contágio da doença, atrelando a responsabilidade do controle à adoção desses cuidados pela sociedade.

Um dos fatores que podem explicar o controle da doença no país é a testagem em massa da população, parte do plano de vigilância epidemiológica. Com baixa densidade demográfica, o Uruguai utilizou essa estratégia para isolar os casos, e evitar o contágio e possíveis epicentros da doença, adotando mais tarde testes obrigatórios a todas as pessoas que chegassem à internação nas cidades de Montevideo e Canelones (Uruguai Presidencia, 2020b).

Apresentando uma baixa taxa de mortalidade desde o início da pandemia (17,5 no total), e mesmo com certo sucesso durante um período, os números foram aumentando gradativamente desde os últimos meses de 2020. Esse aumento se deve ao aparecimento do contágio comunitário no país, já que a circulação de pessoas aumentou no período festivo do mês de dezembro e nas férias de verão em janeiro (Colombo, 2021). O singular caso do Uruguai se tornou em mais um caso de aumento significativo da doença na América do Sul.

Brasil

O Brasil é um dos países que se localizam no grupo do meio no que diz respeito ao nível do IDE. Em 2019, seu score foi de 0.67. No que diz respeito à pandemia, o governo brasileiro buscou diminuir sua gravidade desde o início. Notadamente, quando a pandemia chegava ao Brasil, o presidente Jair Bolsonaro se referiu à Covid-19 como uma gripezinha

(Uribe, Chaib & Coletta, 2020). Como apresentado por Batista e coautores (2020), o Brasil foi um dos únicos países de toda América Latina a ser liderado por um populista durante a pandemia. E embora não haja uma ligação direta entre populismo e negacionismo (Batista, Domingos & Lins, 2020), houve de fato uma correlação entre as duas coisas.

As consequências do posicionamento do presidente brasileiro parecem ser autoevidentes: o país tem a segunda maior taxa de mortalidade da América do Sul (119,94). O número oficial, no entanto, desconsidera a possibilidade de alta subnotificação. Para os primeiros meses da pandemia no Brasil, Prado et al. (2020) estimaram que a taxa de notificação no país era de apenas 9,2%.

Um ano após os primeiros casos de Covid-19 no mundo, o Brasil apresenta atrasos e falhas no plano nacional de vacinação (Lima, 2020). Dessa forma, dois riscos se apresentam para o país: (1) o constante aumento no número de casos e mortes, somados à dificuldade de retomar a economia (Mendonça, 2020); e (2) a dificuldade de combater as novas variantes da doença.

Venezuela

A Venezuela é o país da América do Sul com o menor IDE, alcançando o valor de 0.23 em 2019. O país foi o único a se adiantar e adotar medidas restritivas antes mesmo do primeiro caso ser confirmado na Venezuela. Como aponta Frey et al. (2020), os regimes autoritários adotaram políticas mais restritivas contra a pandemia.

Em 13 de março de 2020, o presidente Nicolás Maduro implantou um “estado de alerta”, lhe garantindo maiores poderes. Desde então, esse estado de alerta foi estendido ao menos cinco vezes (G1, 2020). Apesar de posicionamentos que defendem políticas sem efeito, como a defesa do uso da cloroquina (O Globo, 2020), as políticas adotadas pela Venezuela apresentaram resultados importantes, como a taxa de mortalidade pela Covid-19 mais baixa para a América do Sul (4,73).

Conclusão

Embora não tenhamos realizado um trabalho que busque encontrar uma relação causal entre regimes políticos e gravidade da pandemia Covid-19, pretendemos apontar, com três breves estudos de caso, que a diferença de reação à doença tem uma relação não linear com o tipo de regime político.

Regimes democráticos, aqui representados pelo Uruguai, possuem um incentivo mais claro para optarem por atuação mais energética: o governo é formado por políticos eleitos, que pretendem angariar apoio no próximo ciclo eleitoral. Por outro lado, regimes autoritários – como o caso da Venezuela – têm a chance de adotar medidas restritivas sem se preocupar com a opinião pública. A ausência de necessidade de negociar com políticos opositores e os outros poderes livra o governo para que atue da forma que melhor entende (LINS, DOMINGOS & BATISTA, 2020). Por fim, países que se encontram na metade do caminho – como é o caso brasileiro – apresentam desempenho mais fracos. Presidentes em democracias menos robustas ainda precisam lidar com outros poderes do governo e, em geral, essa relação se dá de forma mais combativa, podendo gerar entraves nas relações entre Executivo e Legislativo (MAINWARING, 1993).

Referências

BBC NEWS. (2020). *Coronavirus en Uruguay: la singular y exitosa estrategia del país para contener la pandemia sin cuarentena obligatoria*. 29 maio 2020. Mundo. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-52837193>. Acesso em: 04 mar. 2021.

URUGUAY PRESIDENCIA. (2020a). *Gobierno declaró emergencia sanitaria por coronavirus y anunció las primeras medidas*. Disponível em: <https://www.presidencia.gub.uy/comunicacion/comunicacionnoticias/la-calle-medidas-coronavirus-conferencia#:~:text=%20=,%20Communication-,%20o%20Gobierno%20declarou%20uma%20emerg%C3%Aancia%20sanit%C3%A1ria%20devido%20ao>

%20coronav%C3%ADrus%20e%20anunciou%20o%20primeiro%20de%20quatro%20casos%20no%20Uruguai. Acesso em: 02 mar. 2021.

URUGUAY PRESIDENCIA. (2020b). *Medidas del Gobierno para atender la emergencia sanitaria por coronavirus (COVID-19)*. Disponível em: <https://www.presidencia.gub.uy/comunicacion/comunicacionnoticias/medidas-gobierno-sanitaria-emergencia-sanitaria-covid19>. Acesso em: 02 mar. 2021.

COLOMBO, S. (2021). Antes exemplo no combate à Covid, Uruguia vê alta recorde de casos. *Folha de S. Paulo*, 14 jan. 2021. Mundo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/01/antes-exemplo-no-combate-a-covid-uruguai-ve-alta-recorde-de-casos.shtml>. Acesso em: 02 mar. 2021.

URIBE, G.; CHAIB, J.; COLETTA, R. D. (2020). 'Não vai ser uma gripezinha que vai me derrubar', diz Bolsonaro sobre coronavírus. *Folha de S. Paulo*, 20 mar. 2020. Poder. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/nao-vai-ser-uma-gripezinha-que-vai-me-derrubar-diz-bolsonaro-sobre-coronavirus.shtml>. Acesso em: 11 mar. 2021.

LIMA, L. S. (2020). Plano de vacinação está muito atrasado, avalia epidemiologista. *Valor Econômico*, 16 dez. 2020. Brasil. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/12/16/plano-de-vacinacao-esta-muito-atrasado-avalia-epidemiologista.ghtml>. Acesso em: 11 mar. 2021.

MENDONÇA, H. (2020). Atraso do Brasil em começar vacinação contra covid-19 estende crise e retarda retomada da economia. *El País*, 30 dez. 2020. Governo Bolsonaro. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-12-30/atraso-do-brasil-em-comecar-vacinacao-contracovid-19-estende-crise-e-retarda-retomada-da-economia.html>. Acesso em: 12 mar. 2021.

G1. (2020). *Venezuela estende pela quinta vez 'estado de alerta' pela Covid-19*. 09 ago. 2020. Mundo. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/08/09/venezuela-estende-pela-quinta-vez-estado-de-alerta-pela-covid-19.ghtml>. Acesso em: 11 mar. 2021.

O GLOBO. (2020). *Maduro, como Bolsonaro, defende uso da cloroquina contra o vírus*. 15 maio 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/maduro-como-bolsonaro-defende-usoda-cloroquina-contravirus-24429634>. Acesso em: 12 mar. 2021.

BATISTA, I.; DOMINGOS, A.; LINS, R. (2020). Sorry it took so long: Latin America and rapid governments' response to Covid-19. In: *Ciências Sociais Unisinos*, vol. 56, nº 2, pp. 116-130.

FREY, C. B.; CHEN, C.; PRESIDENTE, G. (2020). Democracy, Culture, and Contagion: Political Regimes and Countries Responsiveness to Covid-19. *Working Paper*. Disponível em: https://www.oxfordmartin.ox.ac.uk/downloads/academic/Democracy-Culture-and-Contagion_May13.pdf.

LINS, R.; DOMINGOS, A.; BATISTA, I. (2020). Is Democracy Really the Best Medicine? How different regimes react to pandemics. In: *Revista do Serviço Público*, vol. 71 (especial), pp. 70-90.

MAINWARING, S. (1993). Presidentialism, Multipartism, and Democracy: The difficult combination. In: *Comparative Political Studies*, vol. 26, nº 2, pp. 198-228.

PRADO, M. F.; ET AL. (2020). Análise de Subnotificação de Covid-19 no Brasil. In: *Revista Brasileira de Terapia Intensiva*, vol. 32, nº 2, pp. 224-228.

A GOVERNANÇA REGIONAL SUL-AMERICANA CONTRA A PANDEMIA A PARTIR DA VISÃO DO INTERGOVERNAMENTALISMO LIBERAL¹

Paula Venancio Cardoso²

Introdução

A pandemia do coronavírus (COVID-19) marcou o início de um período conturbado para todo o mundo, se configurando como uma grave ameaça à governança regional e, aos sistemas de saúde nacionais, públicos e privados, comprometendo a capacidade de formular, coordenar e gerir respostas a crises, como é o caso do Covid-19 (Ferreira, Melo, 2020) Assim, lidar e responder regionalmente à uma crise sanitária demonstrou ser uma novidade nos blocos e, conseqüentemente, desafios foram impostos aos países pertencentes a blocos, ao passo em que afetou as agendas de integração regional.

Logo, no geral, os blocos sul-americanos se mostraram incapazes de responder à crise sanitária e às sérias conseqüências econômicas. Assim, este trabalho busca examinar o Mercosul, quais as suas respostas no âmbito da governança regional durante a pandemia de COVID-19 e, como as políticas de cooperação foram afetadas pela dinâmica individualista dos países participantes através da sistematização de dados a partir de consulta a documentos institucionais oficiais – de blocos e países participantes –, de notícias de jornais, entre outros, como artigos científicos. Para tal objetivo foi

¹Este texto é uma produção do grupo de iniciação científica COVID-RI, contemplado no Edital de Iniciação Científica 2020/2021 do Centro Universitário Estácio do Recife.

²Graduanda em Relações Internacionais na Universidade Federal de Sergipe (UFS). Email: paulinhavcardoso15@gmail.com.

utilizada uma metodologia de estudo de caso, que explica a existência e o desenrolar das crises do Mercosul a partir da teoria do intergovernamentalismo liberal, em um exercício baseado em autores como Marcelo Marino e Karina Mariano (2002), Karine Silva e Rogério da Costa (2013) e Robert Keohane (1984)

Visão Teórica

Até os anos 80, a proposta de integração dos países sul-americanos tinha o enfoque na inserção dos países da região no sistema global de forma que protegesse e fortalecesse as economias dos países periféricos, garantindo condições igualitárias na competitividade global. O objetivo dessa inserção estava, principalmente, em promover o desenvolvimento dos países da América do Sul, a partir de um papel estratégico do Estado nesse processo. Na década de 90, com o surgimento do Mercado Comum do Sul (Mercosul), passa a ser compreendido como uma fase no processo de inserção dos países na economia internacional (Braga, 2002). Assim, considerando o histórico do bloco, o processo de integração sul-americana será analisado pelo intergovernamentalismo liberal, tratando-se, portanto, de um estudo de caso.

Inicialmente, é necessário destacar que o foco do intergovernamentalismo está no papel central que o Estado exerce, dado que é considerada a importância da ação racional do Estado. Esta ação racional afirma que as ações e decisões dos países não são aleatórias e, portanto, os países ao formularem objetivos e metas, buscam promover e maximizar seus interesses. Tais interesses seriam facilitados ou, ao menos, fortalecidos pelo processo de integração, este sendo controlado e desejado pelos próprios Estados. As instituições, nesse sentido, seriam um conjunto de regras, normas, práticas e procedimentos decisórios que influenciam e formatam as expectativas dos atores” (Keohane, 1984, p.57) que assumem, no liberalismo, um papel predominante como solução para os problemas estatais. Destarte, a participação no bloco do Mercosul é pautada pelo propósito de fortalecimento do Estado, estimulada por interesses nacionais.

No intergovernamentalismo liberal, as negociações e o interesse em fazer parte de um bloco de integração, tal como o Mercosul, estão baseados na maximização de lucros e redução de custos dos países-membros, buscando novas oportunidades de benefícios econômicos às suas respectivas nações. Mariano e Mariano (2002) destacam que o Estado tem interesse na integração regional por conta de objetivos puramente econômicos e, apesar da guinada integracionista em outras áreas de 2002 até meados de 2012, o Mercosul como visto adiante, prioriza sobretudo as questões econômicas.

O caso do Mercosul

Tanto os acontecimentos anteriores como posteriores à pandemia do coronavírus mostram que o processo de evolução do Mercado Comum do Sul (Mercosul) foi constantemente marcado por uma *roller coaster ride*, ou seja, existiram contínuas situações de alargamento e retração quanto ao progresso do Mercosul. Desse modo, assim como em outros momentos, o Mercosul parece enfrentar atualmente outra estagnação, senão a pior já vivenciada, não somente devido ao afastamento do Brasil em virtude da crise político-econômica brasileira que vem se estendendo desde 2014, como também pela crise sanitária desencadeada pelo COVID-19 e pela falta de uma cooperação regional eficaz e coordenada. Destarte, ainda que haja no bloco um histórico para questões sanitárias e de saúde, como o Plano Estratégico de Ação Social (PEAS) de 2012 que objetivou garantir acesso à “serviços integrados de saúde pública, de qualidade e humanizados, como direito básico” (Mercosul, 2012, p. 50-51, tradução nossa) e, ainda, ampliar as capacidades nacionais e regionais de investigação e desenvolvimento na saúde em geral, o bloco do Mercosul vem se mostrando incapaz de responder propriamente às ameaças do coronavírus.

Nas inúmeras reuniões sobre a circunstância extraordinária de pandemia, como a Declaração dos Ministros da Saúde do Mercosul perante a situação epidemiológica da dengue, do sarampo e do coronavírus no Mercosul, a Declaração dos Presidentes do Mercosul sobre coordenação regional para a

contenção e mitigação do coronavírus e seu impacto e a Declaração de Ministros da Saúde do Mercosul sobre COVID-19, nenhuma medida prática foi adotada com intuito de prevenir ou enfrentar o surto de COVID-19 nos países-membros. (Mercosul,2020a). Essas reuniões, demasiadamente vagas, funcionaram mais como uma forma de declaração de comprometimento através da troca de informações e dados sobre o quadro de cada um dos países do que no sentido de ações regionais práticas e de respostas ágeis ao Covid-19.

A única operação feita para lidar com a pandemia foi o fundo de US\$16 milhões criado pelo Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM). Fica evidente que não foram transcendidas as fronteiras nacionais em prol de uma ação regional coordenada para essa crise sanitária que, notadamente, não respeita fronteiras. Isto é, não foram adotadas medidas comuns e tampouco práticas para a prevenção ou enfrentamento do surto de COVID-19 nos países do Mercosul (Mercosul, 2020a).

Considerações Finais

Os avanços em diversas áreas de cooperação do Mercosul dos anos 2000, com a ascensão ao poder de governos com viés integracionista e a busca pelo desenvolvimento econômico e social, assim como a ampliação dos direitos cidadãos e proteção social, sob a forma de projetos e programas sociais, foram sendo minados à medida em que os países-membros optaram por uma atuação individualizada. Isso se deve, primordialmente, ao fato de que a centralidade das tomadas de decisão dos Estados-membros se manifesta na forma de intergovernamentalismo em detrimento do institucionalismo supranacional.

Destarte, dado que para o intergovernamentalismo a cooperação ocorre exclusivamente para a defesa dos interesses nacionais de cada país, no momento em que se percebe que as instituições não estão cumprindo com o papel predominante de solução para os problemas estatais, o arranjo da cooperação institucional deixa de ser a melhor escolha para minimizar os custos e aumentar os benefícios para os seus participantes.

Assim pode ser visto em termos de políticas públicas para a saúde no âmbito do Mercosul, em que as ações dos governos refletiram o caráter unilateral de decisão e ação dos países do bloco – como a desarmonia dos países no fechamento das fronteiras nacionais e na compra de vacinas –, e conseqüentemente os diferentes resultados obtidos no combate à pandemia. Exemplo disso pode ser visto nos dois extremos do bloco: no caso do Uruguai, o país vem se destacando como um dos mais bem sucedidos na contenção do vírus, apostando em medidas como utilização de máscaras e distanciamento social (Charleaux, 2020); enquanto que o Brasil aparenta ser o país mais afetado na região, diante da postura negacionista e depreciativa em relação à seriedade do COVID-19 pelo Presidente Bolsonaro e da influência desses discursos na sociedade brasileira (Cerioni, 2020; Schelp, 2020). Portanto, não houve avanço na construção de ações multilaterais no Mercosul para o enfrentamento à COVID-19 e suas conseqüências políticas, econômicas e sociais no estudo de caso aqui realizado.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Regina Kfuri. (2014). *O Mercosul e o regionalismo multifacetado na América do Sul*. 2014. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

CERIONI, Clara. (2020) “Palavras importam”: estudo revela como Bolsonaro prejudicou isolamento. *Exame*, [s.l.]. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/aspalavras-importam-estudo-revela-como-bolsonaro-prejudicou-isolamento/>>. Acesso em: 18 mar. 2021.

CHARLEAUX, João Paulo. Por que o Uruguai tem tão poucos casos de COVID-19. *Nexo*, [s.l.], 10 set. 2020. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/09/10/Por-que-o-Uruguai-tem%C3%A3o-poucos-casos-de-covid-19>>. Acesso em: 19 mar. 2021.

CMC. (2011b) Plano Estratégico de Ação Social (PEAS). . [S.l.]: *Mercosul*.

FRAGA, Raiza Gomes; VIANNA, João Nildo de Souza; ARAÚJO, Caroline Lopes. (2014) Uma análise sobre a América do Sul e a sua integração energética a partir das teorias da integração regional. *Revista InterAção*, v. 7, n. 7, 39-71

FRENKEL, Alejandro. (2020) El Mercosur ante la COVID-19: de la disputa comercial a la amenaza sanitaria. *Análisis Carolina*, vol. 40, 1-14. ISSN: 2695-4362. https://doi.org/10.33960/AC_40.2020

KEOHANE, Robert. (1984) *After Hegemony: Cooperation and Discord in the World. Political Economy*. Princeton: Princeton UP.

MARIANO, Marcelo Passini. MARIANO, Karina Pasquariello. (2002) As teorias de integração regional e os Estados subnacionais. *Revista IMPULSO*, Volume 13, Número 31, p. 47-69.

MERCOSUL e Estados Unidos. (2020g). *Comunicado conjunto de Presidentes dos Estados partes do MERCOSUL e Estados Unidos*. Documento. Disponível em: <https://www.mercosur.int/documento/comunicado-conjunto-de-presidentes-dos-estados-partes-do-mercosul-e-estados-unidos/>. Acesso em: 01 mar. 2021. 26 set. 2020.

MERCOSUL. (2020) *Declaración de los Presidentes del Mercosur sobre coordinación Regional para la Contención y Mitigación del Coronavirus y su Impacto*. Disponível em: <https://www.mercosur.int/documento/declaracion-de-los-presidentes-del-mercosur-covid19>. Acesso em 01 mar. 2021.

MERCOSUL. (2020b) *Os presidentes do MERCOSUL acordam medidas contra o coronavírus*. Documento. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/os-presidentes-do-mercosul-acordam-medidas-contr-o-coronavirus/>. Acesso em: 03 mar. 2021. 26 set. 2020.

MERCOSUL. (2012) *Plan Estratégico de Acción Social del Mercosur (PEAS)*. Documento. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/documento/plan-estrategico-de-accion-social-del-mercosur-peas/>. Acesso em: 05 mar. 2021.

NEVES, Bárbara Carvalho; COSTA, Gabriela Dorneles Ferreira da. (2020). E o Mercosul? Os impasses regionais diante da pandemia de COVID-19. *Cadernos de Regionalismo ODR*, São Paulo, v. 4, p. 42-51. ISSN: 2675-6390.

SARAIWA, Miriam Gomes. (2011). Integração regional na América do Sul: processos em aberto. *Proceedings of the 3rd ENABRI 2011 3 Encontro Nacional ABRI 2011*. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000122011000300028&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 03 mar. 2015.

SCHELP, Diogo. (2020). Dados de celulares mostram impacto de discurso de Bolsonaro em isolamento. *UOL*, [s.l.]. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/diogo-schelp/2020/04/06/dados-de-celulares-mostram-impacto-de-discurso-de-bolsonaro-em-isolamento.htm>. Acesso em: 18 mar. 2020.

SILVA, Karine de Souza. COSTA, Rogério Santos da. (2013). *Organizações internacionais de integração regional: União Européia, Mercosul e Unasul*. Editora UFSC. Florianópolis, RS, Brasil.

**Cooperação,
Relações
Internacionais
e
Multilateralismo**

4

ENFRENTAMENTO DA COVID-19 EM REGIÃO TRANSFRONTEIRIÇA: A IMPORTÂNCIA DA COOPERAÇÃO ENTRE AS CIDADES DE FOZ DO IGUAÇU, CIUDAD DEL ESTE E PUERTO IGUAZÚ

Thiago Augusto Lima Alves¹

O ano de 2020 começou com uma ameaça ao mundo: um vírus com alta capacidade de contaminação e efeitos letais, o novo coronavírus, disseminava-se entre a população da cidade de Wuhan e sua região, na China, e deixava o país vigilante. No início do ano passado, rapidamente o vírus espalhou-se pelo mundo e a OMS declarou o caso como pandemia, fazendo com que muitos países fossem rápidos nas respostas ao problema de saúde.

O fechamento das fronteiras, além de protocolos clínicos, fortalecimento das infraestruturas de atendimento em saúde e o distanciamento social, passaram a ser entendidos como meios necessários para reduzir a circulação dos indivíduos e, conseqüentemente, a proliferação de focos de contágio no território. O mundo globalizado que tinha como característica a desfronteirização, impactou-se pela pandemia, e muitos países optaram pelo fechamento das fronteiras, como forma de frear o contágio pelo novo coronavírus.

No interior do estado do Paraná, no sul do Brasil, a região Trinacional que envolve os países Brasil – Argentina – Paraguai tem como característica

¹ Mestrando em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (PPGRI/UNILA). Especialista em Direito Constitucional pela Universidade Regional do Cariri (URCA) em 2019. Graduado em Direito pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR) em 2017. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6354-3107>.

atividades que dependem bastante da circulação humana, como o turismo, além de uma grande conurbação que envolve as cidades de Foz do Iguaçu – Puerto Iguazú – Ciudad del Este.

Observada a partir da margem brasileira da fronteira trinacional, Foz do Iguaçu é a fronteira mais viva do Brasil, e excetuando a fronteira do México com Estados Unidos. Também é a região de fronteira de maior população da América Latina. Ainda que Foz seja um município de porte médio, com 264 mil habitantes, situada no interior do estado do Paraná, é o segundo destino turístico do Brasil, e tem do outro lado do rio Paraná uma população de mais de 600 mil pessoas – que engloba as municipalidades de Ciudad del Este, Hernandarias e Presidente Franco, do Departamento do Alto Paraná no Paraguai – num cotidiano que se faz bastante integrado. Enquanto tríplice fronteira nota-se que do outro lado do rio Iguaçu mais 90 mil pessoas residem em Puerto Iguazú, Província de Misiones, Argentina (VIEIRA; OLIVEIRA, 2019, p. 52).

Em março de 2020, há exatamente um ano, a Vigilância Epidemiológica de Foz do Iguaçu – PR, confirmava o primeiro caso de infecção pelo novo coronavírus na cidade². Com a notícia, as municipalidades da região logo reagiram buscando formas de solucionar o problema e, como decisão, optaram pela restrição da circulação de pessoas na fronteira. Na época, essas medidas de enfrentamento ao coronavírus, afetou de modo bastante peculiar a região, que tem sua renda fortemente atrelada ao turismo.

Contudo, mesmo antes que a OMS reconhecesse a Pandemia, em 11 de março, o Paraguai decretou uma quarentena e o fechamento parcial de suas fronteiras (para estrangeiros) no dia 10 de março, e em 24 de março anunciou o fechamento dos vôos internacionais, subsequentemente, fechou suas fronteiras, inclusive para paraguaios, em 29/03. A Argentina fechou suas fronteiras a estrangeiros em 15 de março, e acabariam fechando completamente suas fronteiras, inclusive para nacionais em 31 de março. Com certo atraso, portanto, no dia 20 de março, o Brasil começaria a fechar suas fronteiras terrestres para estrangeiros, mas somente a partir do dia 30 fechou suas fronteiras aéreas para estrangeiros de todas as nacionalidades, mantendo abertas para brasileiros e uma lista de exceções (estrangeiros residentes no país, parentes de brasileiros, estrangeiros em de organismos internacionais) (OLIVEIRA, 2020, p. 4).

A Ponte Internacional da Amizade – que liga as cidades de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este – ficou fechada por quase sete meses em 2020 e a Ponte

2 Um ano depois do primeiro caso, Foz do Iguaçu enfrenta seu pior momento da pandemia. Até o dia 26 de março de 2021 a cidade computou 31.031 registros da doença e, no total, 580 pessoas já perderam a vida para a Covid-19 no município (PREFEITURA DE FOZ DO IGUAÇU, 2021).

Internacional da Fraternidade – que conecta as cidades de Foz do Iguaçu a Puerto Iguazú – continua fechada desde março do ano passado. Apesar da interrupção do tráfego de pessoas, as cidades não foram poupadas dos estragos trazidos pelo coronavírus.

As medidas adotadas pelas cidades de Foz do Iguaçu (Brasil), Puerto Iguazú (Argentina) e Ciudad del Este (Paraguai) para o enfrentamento da Pandemia na região da Tríplice Fronteira refletem, em partes, as diferenças nas políticas desses três países diante da Covid-19, especialmente no que tange às decisões e medidas que dependem dos respectivos governos federais, como o fechamento das fronteiras, a implementação de programas de renda básica, ou ainda, de decretos voltados para o combate ao desemprego (OLIVEIRA, 2020, p. 5).

Da mesma forma que as medidas adotadas pelas cidades para conter o coronavírus não foram orquestradas, a pandemia na região fez com que os movimentos entre as cidades se distanciassem, deixando de lado a cooperação e optando por “soluções” isoladas. Puerto Iguazú, por exemplo, foi a primeira cidade da fronteira a receber doses da vacina Sputnik V, enquanto Foz do Iguaçu e Ciudad del Este tiveram que esperar algumas semanas para começarem a vacinar sua população. Ambas as cidades não dispunham de vacinas para todos os profissionais de saúde e idosos – os primeiros a serem vacinados de acordo com os planos de vacinação dos países – evidenciando a falta de uma ação conjunta e cooperativa entre as cidades.

É importante destacar que as cidades em análise são contempladas pelo Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas, do Mercosul, assinado na cidade de Bento Gonçalves – RS. Tal acordo tem o objetivo, conforme o artigo I, de facilitar a “convivência das Localidades Fronteiriças Vinculadas e impulsionar sua integração por meio da outorga de um tratamento diferenciado a seus habitantes em matéria [...] de acesso aos serviços públicos de saúde”. O artigo VII, incisos 1 e 2, afirmam que

1.As instituições públicas responsáveis pela prevenção e combate às doenças dos seres humanos, dos animais e das plantas, nas Localidades Fronteiriças Vinculadas de cada Estado Parte, deverão colaborar com seus homólogos nos governos locais adjacentes, coordenadas pelas autoridades sanitárias provinciais/estaduais e homólogas envolvidas por meio das autoridades sanitárias nacionais, para a **realização de trabalhos conjuntos em saúde pública, vigilância epidemiológica e planos de contingência, para orientar respostas ante eventos de saúde pública e outros temas de interesse comum, inclusive os de potencial importância internacional**. Este trabalho realizar-se-á conforme as normas e procedimentos harmonizados entre os Estados Partes ou, em sua ausência, conforme as respectivas legislações nacionais. 2.**Os Estados Partes deverão coordenar-se de modo a assegurar a cooperação em defesa civil e a prestação de serviços de assistência de urgência ou emergência à população das Localidades Fronteiriças Vinculadas especificadas no presente Acordo, nos termos do Anexo III.** Para isso, buscarão a **unificação de aspectos técnicos para facilitar a ação da defesa civil e a prestação de serviços de assistência de urgência ou emergência**. Os Estados Partes comprometem-se a desenvolver, de comum acordo, regulamentações para facilitar o trânsito fronteiriço de materiais, pacientes, profissionais e veículos sanitários, veículos da defesa civil, de urgência ou emergência ou ambulâncias, a fim de satisfazer as necessidades de atendimento médico de urgência ou emergência ou especializado (MERCOSUL, 2019, p. 7, grifo nosso).

Portanto, o fechamento de fronteiras, uma das primeiras medidas tomadas quando declarada a pandemia mundial, constitui-se em instrumento ineficaz se não associado a um compartilhamento de decisões na área da saúde com finalidade de o desafio ser encarado pelas três cidades, tendo em vista, que o funcionamento delas são concomitantes. Buss e Tobar (2020, p. 2) esclarecem que *“restaurar estos mecanismos políticos y técnicos es fundamental para el enfrentamiento a la epidemia del nuevo coronavirus, así como para los nuevos posibles desafíos de salud de interés internal, pues simplemente cerrar fronteras no es la solución”*.

A superação da crise pandêmica passa, necessariamente, pela integração na área da saúde. O fechamento das fronteiras, como foi visto na região trinacional, não resolve os transtornos causados pela pandemia, além de violar o direito fundamental da liberdade de locomoção das pessoas. É imprescindível a implementação de ações integradas, visando à redução de riscos associados à pandemia. Vale lembrar que

En un escenario de mayor vulnerabilidad, donde las enfermedades van más allá de las fronteras nacionales de los países, globalizándose los riesgos para la salud, el nivel subregional, vinculado a iniciativas de integración, presenta grandes oportunidades para la cooperación en salud. Entre 2008 y 2019, América del Sur fue un ejemplo de cooperación en salud, durante la existencia de la Unión de Naciones Suramericanas (UNASUR). Como parte de la estructura más altas de la gobernanza de esta iniciativa de integración regional, se contaba con el Consejo de Salud Sudamericano integrado por los 12 Ministros de Salud de la región. En esa época, el enfrentamiento colectivo de los países a la pandemia de influenza de H1N1, epidemias de dengue y la organización de acciones comunes contra otras enfermedades transmisibles emergentes y reemergentes, la preparación colectiva para la eventual llegada del virus Ébola, fueron dirigidos por el Consejo, apoyado por los Jefes de Estado e implementado por centenas de técnicos de los ministerios y sistemas de salud de los Estados miembros. La implosión de UNASUR, o sea el rechazo al multilateralismo regional, liquidó este mecanismo estable que funcionó formalmente durante cerca de diez años en la región (BUSS; TOBAR, 2020, p. 1-2).

Por esse motivo Buss e Tobar (2020, p. 2-3) justificam que *“La integración subregional tendría que estimular la construcción de inteligencia sanitaria para la vigilancia y la definición de medidas que sirvan para la supresión o mitigación de la COVID-19, así como para la emergencia de nuevos virus con potencial pandémico”*. A formalização e institucionalização dessas relações intergovernamentais no mais alto nível abrirá o caminho e incentivará a cooperação vital entre as universidades, os institutos de pesquisa, as escolas públicas, promovendo a formação de recursos humanos e o desenvolvimento de projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, que respondam às necessidades comuns dos países da nossa região para a luta contra a pandemia.

Por fim, a projeção das cidades como atores locais ou globais demanda um conjunto de ações sincrônicas, que transita desde o alinhamento com a política externa estatal até a capacitação dos tomadores de decisões dos municípios. Ou seja, é necessário todo um rearranjo da compreensão das políticas públicas locais que passam a ser compreendidas sob espectro cooperativo internacional, impactando diretamente na superação dos problemas de saúde pública trazidos pela pandemia do novo coronavírus.

Referências

- BUSS, Paulo Marchiori; TOBAR, Sebastián. (2020). La COVID-19 y las oportunidades de cooperación internacional en salud. *Cadernos de Saúde Pública*, [S.L.], v. 36, n. 4, p. 1-3. FapUNIFESP. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2020000400503&lang=pt. Acesso em: 19 mar. 2021.
- MERCOSUL. (2019). *Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas*. Disponível em https://normas.mercosur.int/simfiles/normativas/75399_DEC_013-2019_PT_Acordo%20Localidades%20Frontericas.pdf. Acesso em: 19 mar. 2021.
- OLIVEIRA, Lucas Kerr. (2020). Pandemia na fronteira: Foz do Iguaçu, Puerto Iguazú e Ciudad del Este. *La Espada*, Foz do Iguaçu, v. 24, p. 4-5. Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/revistas/arquivos/RevistaLAESPADA24final.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2021.
- PÊGO, Bolívar *et al* (org.). (2020). *Pandemia e fronteiras brasileiras: análise da evolução da covid-19 e proposições*. Brasília: Ipea. Nota Técnica - 2020 - maio - Número 16 - Dirur. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=35600. Acesso em: 19 mar. 2021.
- PREFEITURA DE FOZ DO IGUAÇU. (2021). *Boletim Epidemiológico*. Disponível em: <https://www.amn.foz.br/posts/?dt=boletim-25-03-2021-foz-registra-140-novos-casos-de-coronavirus-em-24-horas-MDJRWXQyQ0NEQ2IXUHRXTHFKdlE4Zz09>. Acesso em 26 mar. 2021.
- SMITH, J. A.; JUDD, J. (2020). *Covid-19: vulnerability and the power of privilege in a pandemic*. *Health Promotion Journal of Australia*, p. 1-3.
- SMITH, J. *et al*. (2018). *Years on from the Commission on Social Determinants of Health Final Report: progress or procrastination?* *Health Promot J. Aust.*, v. 29, n. 1, p. 3-7.
- VIEIRA, Gustavo Oliveira; OLIVEIRA, Suellen Mayara Péres de. (2019). Cooperação transfronteiriça na Região Trinacional Ciudad del Este-Foz do Iguaçu-Puerto Iguazu: um caleidoscópio paradiplomático. *Aldea Mundo*, Bogotá, v. 24, n. 47, p. 51-58, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/543/54364072011/movil/index.html>. Acesso em: 19 mar. 2021.

DIPLOMACIA ADOECIDA: ERROS DA DIPLOMACIA BRASILEIRA NO ENFRENTAMENTO AO COVID-19.

Fernando C. Larios Rodrigues¹

O resultado das eleições de 2018 deixava claro que a Política Externa Brasileira seguiria novos caminhos sob a regência do presidente eleito em segundo turno o militar aposentado Capitão Jair Messias Bolsonaro (Tse,2018), o Brasil adotaria doravante um alinhamento automático com os Estados Unidos da América que era presidido por outro representante da extrema-direita o então presidente Donald Trump.

Diversos setores da agenda brasileira como comercial, estratégico-militar, ambiental e ideológico são afetados diretamente na busca por um alinhamento, é a partir deste momento que a Política Externa começa a perder sua notoriedade outrora conquistada e sua diplomacia começa a adoecer. Fica evidente que as palavras ditas pelo patrono da Diplomacia brasileira José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, “Um diplomata não serve a um regime e sim ao seu país”, seriam esquecidas nos livros de história.

Determinado a seguir a linha de governo Estadunidense a chancelaria brasileira por determinação do presidente da República passa a eleger como adversários os que de alguma forma eram inimigos em qualquer grau ou setor dos Estados Unidos, mesmo que isto representasse afrontar seu maior parceiro comercial a China, de acordo com o

¹ Bacharel em Relações Internacionais e licenciado em História, atualmente é mestrando na Universidade Federal da Integração da América Latina (UNILA), dentro do programa de Integração Contemporânea da América Latina (PPGICAL).

chanceler brasileiro Ernesto Araújo², o Brasil não estaria mais disposto a fazer qualquer coisa para exportar para o país Asiático (Folha de São Paulo, 2019).

Atritos entre os dois países passaram a ser frequentes ainda durante a campanha presidencial, no qual em um discurso anti-China o candidato à presidência ataca diretamente o regime comunista que vigora no país causando desconforto e gerando certa preocupação por parte do governo chinês ao ser denominada predadora. (Chade, 2018).

Em março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) emite um comunicado oficial referente ao surgimento de uma nova doença grave e com alto risco de contaminação capaz de atacar o sistema respiratório de modo contundente, era o início das investigações sobre a SARS-COV-2 responsáveis pela COVID-19. (Abrantes,2020). Entre a declaração oficial por parte das autoridades da OMS e o surgimento dos primeiros casos em solo chinês o novo coronavírus já havia feito mais de 200 mil vítimas. De acordo com (Ferguson,2020) a mais de um século o mundo não via uma doença se propagar de forma tão avassaladora como ocorreu com a COVID-19, o último incidente sanitário desta proporção foi causado pela gripe espanhola em 1918.

No início de 2020 o cenário em algumas regiões da Europa se mostrava preocupante e diversas nações começaram a estruturar a busca por uma solução para combater a epidemia que se alastrava com grande velocidade. Por iniciativa da OMS é formada uma coalizão internacional para o financiamento de pesquisas e produção de vacinas eficientes capazes de combater o vírus, em uma decisão sem embasamento o Brasil decide não participar da coalizão em um primeiro momento seguindo a decisão Estadunidense, em um segundo momento opta por participar de forma mínima. (Teófilo, 2021).

2 O ministro pediu demissão do cargo em 29 de março de 2021 durante o período de publicação deste artigo, um substituído ainda não havia sido indicado.

A comprovação de que os primeiros casos do novo coronavírus surgiram em território chinês faz surgir uma série de ataques xenofóbicos contra o país, os ataques surgiram ainda em março de 2020 início da pandemia global. Um dos primeiros casos a causar um desconforto diplomático foi protagonizado pelo então presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, deputado Eduardo Bolsonaro (PSL) atualmente o cargo é ocupado pelo deputado Aécio Neves (PSDB). Na época do ocorrido Eduardo Bolsonaro filho do presidente da república culpa a China de ser causadora da crise de saúde global em benefício próprio (Cnn br, 2020).

O posicionamento acabou por gerar uma resposta enfática de Pequim a declaração do deputado, ela foi vista como uma forma de alinhar o discurso brasileiro a narrativa Estadunidense que denominava a COVID-19 de “Vírus Chinês” (Efe, 2020).

Após as declarações catastróficas de Eduardo Bolsonaro para as relações Brasil-China uma nova fissura é causada por uma declaração de um membro do alto escalão do governo Bolsonaro, agora é o Ministro da Educação Abraham Weintraub insinuar que o governo Chinês articulava um crescimento devido à pandemia, em uma rede social o ministro usou de modo pejorativo o personagem infantil Cebolinha³ para desdenhar do sotaque chinês, essa nova declaração gerou uma reação imediata por pedidos de retratação o governo chinês deixava explicitar que tais declarações seriam capazes de abalar as relações entre os dois países (Exame,2020).

Deliberadamente elaboradas, tais declarações são completamente absurdas e desprezíveis, que têm cunho fortemente racista e objetivos indizíveis, tendo causado influências negativas no desenvolvimento saudável das relações bilaterais China-Brasil (Wanming ,2020).

3 Cebolinha é um personagem de histórias em quadrinhos ele pareceu pela primeira vez em 24 de outubro de 1959 e foi inspirado em amigos de infância de seu criador Maurício de Sousa. Veste camisa verde, bermuda negra e sapatos marrons. Tem apenas cinco fios de cabelo e troca os dentes pelos dentes.

As tensões diplomáticas e políticas entre os dois países se tornam mais conflituosas com a entrada do governador do Estado de São Paulo João Doria Jr que busca exatamente na China uma solução para produção de uma vacina pelo Instituto Butantan⁴, para que fosse possível uma produção mais rápida da vacina em solo brasileiro.

Em uma ação direta de João Doria por meio do departamento de relações internacionais do Estado de São Paulo e pesquisadores do instituto, um acordo com o laboratório Chinês SINOVAC para os testes da CORONAVAC e concluído, até este momento o Estado de São Paulo epicentro de COVID-19 no Brasil registra 11.521 mortes (El País, 2020). O acordo prevê futura produção em território brasileiro a partir de insumos importados da China e a transferência de conhecimento para o instituído paulista, um contrato de 46 milhões de doses é fechado em setembro (Doria, 2020).

O acordo firmado pela empresa Chinesa e o governo paulista produziu a esperança de que a população em breve teria uma vacina, as declarações de parceria entre chineses e paulista desencadeou uma reação forte e imediata do palácio do planalto, sede do governo brasileiro. Uma série de declarações atacando os chineses agora partem diretamente do presidente da república que afirmou não comprar vacina chinesa. De acordo com Bolsonaro “Não acredito que a vacina chinesa transmita segurança, pela sua origem”, enfatizando. “Da China nós não compraremos.” (Coletta, 2020).

No que pode ser considerado um duro golpe ao governo Bolsonaro, a coronavac é a primeira vacina disponibilizada em solo brasileiro em janeiro de 2021, o início da campanha de imunização só foi possível

4 O Instituto Butantan é o principal produtor de imunobiológicos do Brasil, responsável por grande porcentagem da produção de soros hiperimunes e grande volume da produção nacional de antígenos vacinais, que compõem as vacinas utilizadas no PNI (Programa Nacional de Imunizações) do Ministério da Saúde. As atividades de desenvolvimento tecnológico na produção de insumos para a saúde estão associadas, basicamente, à produção de vacinas, soros e biofármacos para uso humano.

devido ao envio de 6 milhões de doses prontas da vacina por parte do laboratório chinês, vale ressaltar que as demais doses deverão ser produzidas em território brasileiro (Cruz,2020).

É nesse momento que recai sobre o Plano Nacional de Imunizações (PNI) responsável por gerir a campanha de vacinação brasileira as decisões da política externa adotadas pelo Brasil, é instaurado no país a crise dos insumos e o governo de Pequim passa a lidar com certa morosidade os assuntos que tenham ligações diretas com o Brasil atrasando de modo circunstancial os envios dos insumos para a fabricação das doses (Viga, 2021).

Em uma tentativa de liberar os insumos que estão parados para o envio em um ato político desesperado para costurar a fragilizada relação Brasil-China uma reunião entre o ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia e o embaixador chinês passam a dar novos contornos para a retaliação sofrida pelo BRASIL. De acordo com Rodrigo Maia ninguém por parte do planalto ou Itamaraty entrou em contato com os Chineses para a liberação dos insumos (Ronan. 2021), uma clara tentativa de frustrar a produção da vacina pela parceria SINOVAC/BUTANTAN.

Um ponto importante para entender a vertente negacionista na eficácia das vacinas durante todo o período de pandemia e que outros laboratórios ofereceram suas futuras vacinas ainda em meados de 2020 para compra pelo governo brasileiro caso elas fossem aprovadas nos testes, o Brasil recusou as ofertas (Cnn/br, 2020).

Desqualificando a gravidade da pandemia, até mesmo a FIOCRUZ centro de pesquisa ligado ao governo federal teve sua parceria internacional para produção de vacinas da Oxford/AstraZeneca (Fiocruz,2020) prejudicado pela falta de envios de insumos que partiriam da Índia. O Brasil votou contra uma proposta indiana para quebra de patentes de produtos farmacêuticos para produção de vacinas, a decisão tomada pelo Itamaraty causou o estremecimento das relações entre os

dois países, este fato fez com que a vacina produzida pela FIOCRUZ sofresse um atraso significativo.

O Brasil passou a ocupar um lugar de pouco prestígio no sistema internacional e tornou-se motivo de chacota nos principais organismos internacionais, fruto da política externa adotado pelo governo brasileiro no combate à crise do COVID-19 em seu anseio de um alinhamento automático e irrestrito. Jair Bolsonaro e Ernesto Araújo acabaram por isolar a diplomacia do Brasil das principais tomadas de decisões, isolamento ainda maior depois da derrota de Donald Trump em sua tentativa a reeleição.

Durante todo o ano de 2020 o governo de Bolsonaro propagou sua descrença na ciência fomentando um movimento anti-vacina e diminuindo os impactos da COVID-19, em seu discurso na 75.^a Assembleia Geral da ONU o presidente se exime de erros no gerenciamento da pandemia no país (Betin,2020).

Considerações Finais

A diplomacia brasileira é um reflexo de quem a lidera, e estamos sem uma liderança sensata e a falta de um governante forte está custando milhares de vidas brasileiras, boa parte do atraso dos insumos chineses ou até mesmo o recebimento de vacinas prontas do governo indiano foram uma retaliação direta pelo modo como estes países foram tratados pela política externa brasileira.

Não há dúvidas que a diplomacia brasileira está adoecida e contaminada por um vírus ideológico tão letal quanto qualquer outro ao povo, este governo perdeu seu prestígio e credibilidade junto a outras nações e dificilmente será possível retomar dentro deste desgoverno. A esta altura diversas fronteiras internacionais estão fechadas para o Brasil, o grande país da América do Sul se mostrou inerte no enfrentamento ao COVID-19 e observa de modo passivo o medo que seus vizinhos

desenvolvem a seu respeito, países como Chile e Uruguai se tornam referência na vacinação de sua população.

É inconcebível que a diplomacia brasileira tenha criado tamanho desgaste com dois países importantes para seu posicionamento global, tanto a Índia quanto a China são parceiros do Brasil no BRICS bloco que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, até o momento março de 2021 a vacina disponibilizada por outro participante do bloco a Sputnik V da Rússia não está disponível em solo brasileiro ela está sendo utilizada em diversos países como Argentina.

Ao que parece o atual chefe da chancelaria brasileira não tem a menor vontade de ser diplomático e democrático com relação aos assuntos externos, suas frequentes ameaças a OMS de que retiraria o País da organização é mais um ponto a destacar dos erros cometidos em um momento em que a diplomacia em prol da saúde está em voga, as custas pelos erros cometidos estão sendo altos, em março de 2021 cerca de um ano após o início da pandemia o Brasil soma 318 mil mortes e mais de 12 milhões de contaminados que poderão desenvolver sequelas permanentes.

Referências

Abrantes, V. V. (2020). Brasil e Costa Rica no Combate à Pandemia de COVID-19. Boletim de Conjuntura (BOCA), vol. 3, n. 8. Recuperado de <https://revista.ufrr.br/boca/article/view/Abrantes/3053>.<http://doi.org/10.5281/zenodo.3959855>

Betin, F. (2020, setembro 09). Na ONU, Bolsonaro se exime de erros na gestão da pandemia e choca ao culpar índios por incêndios. El País. Recuperado de <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-09-22/na-onu-bolsonaro-se-exime-de-erros-na-gestao-da-pandemia-e-choca-ao-culpar-indios-por-incendios>.

Chade, J. (2018, outubro 31). Em editorial china faz alerta a Bolsonaro e diz que custo pode ser grande para o Brasil. O Estado de São Paulo. Recuperado de <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,em-editorial-china-faz-alerta-a-bolsonaro-e-diz-que-custo-pode-ser-grande-para-o-brasil,70002576662>.

Cnn Brasil. (2020, março 19). Eduardo Bolsonaro culpa china por coronavírus embaixador repudia. CNN Brasil. Recuperado de; <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/2020/03/19/eduardo-bolsonaro-culpa-china-por-coronavirus-embaixador-repudia-fala>.

Coletta, R. (2020, outubro 22). Não acredito que vacina Chinesa transmita segurança pela sua origem, diz Bolsonaro. Folha de São Paulo. Recuperado de. <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/10/nao-acredito-que-vacina-Chinês-transmita-seguranca-pela-sua-origem-diz-bolsonaro.shtml>.

Cruz, E. P. (2020, dezembro 12). Instituto Butantan inicia produção da vacina coronavac. Agência Brasil. Recuperado de. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-12/instituto-butantan-inicia-producao-da-vacina-coronavac>.

Doria, J. (2020, setembro 30) Governo do Estado de São Paulo apresenta informações sobre o combate ao coronavírus”. Portal do Governo. Recuperado de <https://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/governo-do-estado-apresenta-informacoes-sobre-o-combate-ao-coronavirus-8/>.

Efe. (2020, março 25). Trump deixa de chamar coronavírus de "vírus chinês". Agência EFE. Recuperado de. <https://www.efe.com/efe/brasil/destacada/trump-deixa-de-chamar-coronavirus-virus-Chinês/50000238-4203989>.

Exame. (2020, abril 06). Weintraub ironiza china e embaixada diz que ministro foi racista. Estadão Conteúdo. Recuperado de. <https://exame.com/brasil/weintraub-ironiza-china-e-embaixada-diz-que-ministro-foi-racista/>.

Ferguson, N. (2020) et al. Report 9: Impact of non-pharmaceutical interventions (NPIs) to reduce COVID-19 mortality and healthcare demand. Londres: Imperial College London.

Fiocruz. (2020, junho 27). Covid-19: Fiocruz firmará acordo para produzir vacina da Universidade de Oxford. Portal Fiocruz. Recuperado de. <https://portal.fiocruz.br/noticia/covid-19-fiocruz-firmara-acordo-para-produzir-vacina-da-universidade-de-oxford>.

Folha De São Paulo. (2019, março 11): A novos diplomatas Araújo diz que país não vendera alma para exportar minério de ferro e soja. Folha de São Paulo. Recuperado de. <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/03/a-novos-diplomatas-araujo-diz-que-pais-nao-vendera-alma-para-exportar-minerio-de-ferro-e-soja.shtml>.

Ronan, G. (2021, janeiro 20). Embaixada da china se reúne com Maia e Pazuello para tratar sobre vacinas. Estado de Minas. Recuperado de.

https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/01/20/interna_politica,1230933/embaixada-da-china-se-reune-com-maia-e-pazuello-para-tratar-sobre-vacinas.shtml.

Teófilo, S., Lima. B., & Cardim, M. E., (202, março 03). Covax: Brasil receberá menos vacinas que países emergentes com população inferior. *Correio Braziliense*. Recuperado de. <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/02/4904401-covax-brasil-recebera-menos-vacinas-que-paises-emergentes-com-menos-habitantes.html>

Tribunal Superior Eleitoral. Divulgação de resultado de eleições. Recuperado de <http://divulga.tse.jus.br/oficial/index.html>.

Viga, R. (2021. março 15) Brazil eyes July for full local production of AstraZeneca vaccine. *Routers*. Recuperado de <https://www.reuters.com/article/idUSLIN2LD1AJ>.

MULTILATERALISMO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: O CAMINHO QUE DEVE SER REFORÇADO PELO BRASIL NO COMBATE À PANDEMIA/COVID-19

Thiago Augusto Lima Alves¹

Cristhian Marcelo Gorozabel Pincay²

O início da transmissão de Covid-19 foi notificado pela China à Organização Mundial da Saúde (OMS) pela primeira vez em 31 de dezembro de 2019. A OMS, após reunião do Comitê de Emergência, declarou Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional em 30 de janeiro de 2020, e pandemia em 11 de março de 2020 (OMS, 2020). Nesse período inicial, toda a direção da OMS foi acionada e emitiu as primeiras recomendações para redução dos riscos de transmissão e protocolos de pesquisa e tratamento. Menos de dois meses depois, o diretor-geral da OMS, Thedros Ghebreyesus, concede entrevista coletiva na qual nomeia a situação como uma pandemia. Na ocasião, em 11 de março, foram reportados mais de 118 mil casos em 114 países, e havia quase 4.300 mortos. O número de infectados havia aumentado 13 vezes, três vezes mais países tinham cidadãos afetados, e a expectativa era de aumentos mais significativos nas semanas seguintes (LIMA et al., p. 6).

1 Mestrando em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (PPGRI/UNILA). Especialista em Direito Constitucional pela Universidade Regional do Cariri (URCA) em 2019. Graduado em Direito pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR) em 2017. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6354-3107>.

2 Mestrando em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (PPGRI/UNILA). Especialista em Gestão de Projetos pela Universidade de São Paulo (USP) em 2020. Bacharel em Relações Internacionais e Integração pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) em 2018. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7669-0982>.

O diretor-geral da OMS salientou, entretanto, que se tratava da primeira pandemia declarada pela ação de um coronavírus e, ao mesmo tempo, era situação que poderia ser controlada com ações efetivas: “Se os países detectarem, testarem, tratarem, isolarem, rastrearem e mobilizarem as pessoas, aqueles com poucos casos podem impedir que esses casos virem conglomerados de casos e esses conglomerados levem a uma transmissão comunitária” (GHEBREYESUS, 2020). Em seu discurso, Ghebreyesus salientou que o desafio para os países é encontrar o equilíbrio entre proteger a saúde, minimizar os impactos sociais e econômicos e respeitar os direitos humanos, e recomendou que as ações fossem pautadas por quatro etapas: primeiramente, preparar-se, comunicando à sociedade sobre os riscos e sobre a devida proteção; em segundo, detectar, proteger e tratar todos os casos e rastrear os contatos; terceiro, reduzir o contágio; por último, aprender e inovar (LIMA et al., p. 6).

Duas semanas após o pronunciamento, o número de casos e de mortos havia praticamente quadruplicado. Parte desse avanço agressivo da pandemia se deve à demora dos países em adotar as medidas de controle do contágio, principalmente o isolamento social, em que as pessoas se mantêm em confinamento e evitam o contato com outras pessoas.

No Brasil, o primeiro caso da doença foi confirmado em São Paulo, em 26 de fevereiro e no dia da declaração da pandemia, 11 de março, o país contava com 52 casos confirmados e 907 suspeitos, atualmente de acordo com a *Johns Hopkins University's*, o país tem mais de 11.519.609 casos de infecções e 279.286 óbitos³ (JHU, 2021).

A curva da pandemia no Brasil evoluiu rapidamente e a atitude do governo brasileiro no que se refere ao enfrentamento da crise se caracteriza pela negação ou por uma minimização. O presidente da República, Jair Bolsonaro (sem partido), passa a ser reconhecido internacionalmente como

³ Até o dia 15 de março de 2021, data em que este texto foi escrito.

um dos quatro líderes internacionais a rejeitar o consenso científico sobre a gravidade da pandemia⁴.

Além da pandemia causada pelo novo coronavírus, o país vive uma onda de desinformação de maneira institucionalizada e descrença na ciência, ocasionando maiores dificuldades em combater a propagação do vírus e a doença por ele causada. Além dos conteúdos falsos veiculados pelas redes sociais, principalmente no aplicativo de mensagens *WhatsApp*, as autoridades de saúde têm se mostrado preocupadas com outro problema: o fato de que políticos e pessoas com altos cargos dentro de governos têm contribuído com a pandemia de desinformação (ESTADO DE MINAS, 2020).

Uma das primeiras medidas tomadas por muitos países foi o fechamento das fronteiras, no entanto, a OMS esclarece que o fechamento de tais passagens é completamente ineficaz, tendo em vista de que as pessoas vão procurar passar de forma irregular e não serão testadas/monitoradas, contribuindo para que o vírus se espalhe. A recomendação da OMS é que os países intensifiquem o monitoramento daquelas pessoas que apresentarem sintomas quando estiverem passando pelas fronteiras oficiais (RODRIGUES; CAVALCANTE; FAERSTEIN, 2020). A Entidade Supranacional continua

As evidências mostram que restringir a circulação de pessoas e bens durante emergências em saúde pública é ineficaz na maioria das situações e pode desviar recursos de outras intervenções. Além disso, as restrições podem interromper a ajuda necessária e o apoio técnico, podem perturbar as empresas e podem ter efeitos sociais e econômicos negativos sobre os países afetados (OMS, 2020).

O Brasil⁵, contrariando essa recomendação da OMS, fechou as fronteiras com a Venezuela, sendo este um dos primeiros países a ter o trânsito de seus nacionais prejudicados por decisão do governo brasileiro⁶. O fechamento,

4 Além de Bolsonaro, também fazem parte desse grupo Alexander Lukashenko, de Belarus; Gurbanguly Berdimukhamedov, do Turcomenistão, e Daniel Ortega, da Nicarágua.

5 O Brasil foi apontado pelo *Lowy Institute* como o país de pior desempenho em combate ao coronavírus, tendo nota de 4.3. A Nova Zelândia, país melhor avaliado, teve nota 94.4 (Lowy Institute, 2021).

6 O exemplo do fechamento das fronteiras foi escolhido por, simbolicamente, representar a indiferença às recomendações da OMS por parte do governo brasileiro. Outras decisões, igualmente indevidas, pautam-se em nenhuma justificativa científica e violam os direitos humanos dos indivíduos que vivem no Brasil.

porém, não fez com que o Brasil tivesse menos infecções e mortes, pelo contrário, conforme afirmou o diretor-geral da OMS numa coletiva: “a situação no Brasil no âmbito da pandemia da covid-19 é muito preocupante não só para o país, mas para a América Latina e para o mundo” (OMS, 2021).

É importante ressaltar que as soluções de uma pandemia passam por decisões em conjunto, no âmbito internacional. As atitudes brasileiras⁷, desrespeitando e não avaliando suas ações de combate ao vírus de modo científico, não só prejudicam sua população, mas colocam em risco todas as conquistas mundiais de enfrentamento ao vírus e a COVID-19.

Vale lembrar que o governo brasileiro incentivou o uso de vários remédios comprovadamente sem efeitos contra a COVID-19 e demorou para comprar as vacinas, conseqüentemente, atrasando o repasse do medicamento para sua população. A vacina que chegou no Brasil, depois de semanas de atraso, em comparação a países como Argentina, Chile e México, foi insuficiente para ser usada por todas as pessoas contempladas no plano nacional de vacinação⁸, além de inúmeros casos de corrupção envolvendo a aplicação do remédio (BBC, 2021) e conseguir vacinar apenas 1,73%⁹ da população brasileira (OPERA MUNDI, 2021).

Portanto, a pandemia de 2020 requer convergência e articulação entre os distintos atores que compõem o sistema internacional. Isolamento e falta de compromisso não é a melhor alternativa para lidar com o problema. Neste sentido, ao início da pandemia, um grupo de Cientistas Sociais da América Latina elaboraram um manifesto para enfrentar o vírus por meio de uma maior colaboração em escala global.

7 Conforme explica Tiago Cavalcanti, professor de Cambridge, as declarações sobre o comportamento de saúde pública de líderes políticos são levadas a sério por seus seguidores, independentemente de quão cientificamente precisas sejam, ou quão prejudiciais elas possam ser (University of Cambridge, 2020).

8 Mesmo com as vacinas em território nacional, faltou uma definição sobre quem deveria receber a vacina primeiro, dentro do grupo de prioridades (BBC, 2021).

9 Apenas as pessoas que receberam as duas doses da vacina.

De forma geral, o texto evidencia que a solução passa pelo multilateralismo e cooperação internacional. Para alcançar isto, é necessário, além das medidas que cada país adote - respeitando as recomendações dos órgãos de saúde global e acordos para sobre combate de epidemias -, “fortalecer a coordenação político-sanitária nos países e entre os governos, bem como a cooperação internacional nos campos da saúde, da ciência, tecnologia e desenvolvimento social” (CENITAL, 2020).

A cooperação internacional, seja a âmbito regional ou inter-regional, representa uma oportunidade para superar a atual crise humanitária, uma vez que a solidariedade internacional continua a ser um ponto chave para as relações entre os países. No campo epidemiológico, a cooperação responde a um processo de globalização da saúde¹⁰. Isso significa que estamos diante de um cenário de mudanças, no qual as organizações internacionais defendem a necessidade de promover a chamada Diplomacia em Saúde Global num contexto onde a saúde tem impacto direto no desenvolvimento e vice-versa.

O caso brasileiro é um claro exemplo da falta de articulação e interesse por políticas públicas como respostas contra covid-19. Como ficou evidente até o momento, a atuação do governo federal tem sido precária em relação à não aplicação de medidas eficazes e pela falta de informações técnico-científicas sobre a pandemia. Em relação ao multilateralismo, em junho de 2020, o Presidente brasileiro ameaçou retirar o país da OMS, por considerar que a organização atua sob um “viés ideológico”. Dessa forma, estaria seguindo os passos do ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que diante da derrota eleitoral deste, o país latino-americano caminha para o isolamento, algo inadmissível em tempos pandêmicos.

Por fim, a superação da pandemia do novo coronavírus passa por um fortalecimento do multilateralismo e da cooperação internacional entre os países no âmbito da saúde. Sem isso, estamos fadados a fracassar e

¹⁰ Desde a perspectiva de Kickbusch e Berger (2010), uma consequência da globalização da saúde, os problemas nacionais de saúde nacional não podem mais ser tratados de maneira isolada, mas ao contrário, exigem esforços coordenados e conjuntos pela saúde global.

dificultando ainda mais as soluções. É importante atentar para as desigualdades entre os países, a não distribuição de vacinas de forma homogênea coloca em risco qualquer planejamento de solucionar o problema. É possível constatarmos bons e maus exemplos de combate ao vírus, porém os bons exemplos não devem ser inatingíveis, esquecendo dos demais países, e sim, ser um modelo de cooperação e solidariedade.

Referências

CENITAL. (2021). *Frente al COVID-19, más multilateralismo y cooperación internacional*. Disponível em: <<https://www.cenital.com/frente-al-covid-19-mas-multilateralismo-y-cooperacion-internacional/>>. Acesso em: 11 mar. 2021

KICKBUSCH, I.; BERGER, C. (2021). *Diplomacia da saúde global*. Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde, Vol. 4, n. 1, p. 19-24.

OMS, Organização Mundial de Saúde. (2020). *Coronavirus disease 2019 (Covid-19) Situation Report*. Disponível em: <<https://www.who.int/emergencies/diseases/novelcoronavirus-2019/situation-reports>>. Acesso em: 01 mar. 2021.

OMS, Organização Mundial de Saúde. (2020). *Updated WHO recommendations for international traffic in relation to COVID-19 outbreak*. Disponível em: <<https://www.who.int/news-room/articles-detail/updated-who-recommendations-for-international-traffic-in-relation-to-covid-19-outbreak>>. Acesso em: 16 fev. 2021.

RODRIGUES, Igor de Assis; CAVALCANTE, João Roberto; FAERSTEIN, Eduardo. (2020). Pandemia de Covid-19 e a saúde dos refugiados no Brasil. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, [S.L.], v. 30, n. 3. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-73312020300306>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/physis/v30n3/0103-7331-physis-30-03-e300306.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2021.

Lima, C. R. M. de, Sánchez-Tarragó, N., Moraes, D., Grings, L., & Maia, M. R. (2020). Emergência de saúde pública global por pandemia de Covid-19: desinformação, assimetria de informações e validação discursiva. *Folha De Rosto*, 6(2), 5-21. <https://doi.org/10.46902/2020n2p5-21>.

GHEBREYESUS, T. A. (2020). *WHO Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19*. Geneva: WHO, 2020. Disponível em: <<https://www.who.int/dg/speeches/detail/whodirector-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020>>. Acesso em: 07 mar. 2021.

Correio Braziliense. (2020). *OMS considera improdutivo fechar fronteiras pelo coronavírus*. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2020/01/31/interna_mundo,824674/oms-considera-improdutivo-fechar-fronteiras-pelo-coronavirus.shtml>. Acesso em: 07 mar. 2021.

Correio Braziliense. (2021). *Covid-19: OMS diz que situação no Brasil é ameaça à América Latina e ao mundo*. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/03/4910400-covid-19-oms-diz-que-situacao-no-brasil-e-ameaca-a-america-latina-e-ao-mundo.html>>. Acesso em: 07 mar. 2021.

JHU, Johns Hopkins University's. (2021). *COVID-19 Map*. Disponível em: <<https://coronavirus.jhu.edu/map.html>>. Acesso em: 07 mar. 2021.

Lowy Institute. (2021). *Covid Performance Index*. Disponível em: <<https://interactives.lowyinstitute.org/features/covid-performance/>>. Acesso em: 07 mar. 2021.

University of Cambridge. (2020). *Bolsonaro's attitude to coronavirus increases 'risky behaviour' in Brazil*. Disponível em: <<https://www.cam.ac.uk/research/news/bolsonaros-attitude-to-coronavirus-increases-risky-behaviour-in-brazil>>. Acesso em: 07 mar. 2021.

OPERA MUNDI. (2021). *Mapa da vacinação no mundo: quantas pessoas já foram imunizadas contra covid-19?*. Disponível em: <<https://operamundi.uol.com.br/coronavirus/67957/mapa-da-vacinacao-no-mundo-quantas-pessoas-ja-foram-imunizadas-contra-covid-19>>. Acesso em: 07 mar. 2021.

BBC, Brasil. (2021). *3 erros que levaram à falta de vacinas contra covid-19 no Brasil*. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56160026>>. Acesso em: 07 mar. 2021.

ESTADO DE MINAS. (2021). *Pandemia de desinformação: fake news sobre COVID-19 colocam vidas em risco*. 2020. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2020/06/19/interna_internacional,1158186/pandemia-de-desinformacao-fake-news-sobre-covid-19-poe-vidas-em-risco.shtml>. Acesso em: 07 mar. 2021.

COOPERAÇÃO SANITÁRIA ENTRE CHINA E AMÉRICA LATINA DURANTE A PANDEMIA¹

Astrid Yanet Aguilera Cazalbón²

A atual crise global da saúde revelou a impossibilidade de enfrentar a pandemia de forma isolada e desarticulada. A cooperação internacional torna-se essencial neste contexto. Da mesma forma, o estabelecimento de relações diplomáticas também são medidas importantes, principalmente aquelas que contribuem para a redução da vulnerabilidade de países com poucos recursos para manter os seus sistemas de saúde.

Entre as respostas da comunidade internacional ao surgimento da pandemia, constatou-se que grandes potências ocidentais, como a União Europeia e os Estados Unidos, não têm se mostrado líderes de soluções em combate, nem têm estado na vanguarda das tecnologias ou medicamentos (CLACSO, 2020). Alguns países até adotaram medidas protecionistas, buscando garantir o abastecimento doméstico de insumos, além de equipamentos de saúde para o enfrentamento da pandemia.

Diante da incapacidade e perplexidade dos demais atores internacionais e da falta de coordenação das instituições, a China tem se mostrado um país diligente em meio à crise da Covid-19 e se destaca como um grande ator na

1 Parte de este artigo foi traduzido e atualizado de uma pesquisa previamente realizada pela autora “*Cooperación Internacional entre China y América Latina en el marco de la pandemia (Covid-19)*”, publicada no site <https://www.hanaqgroup.com/research/>.

2 Bacharel em Economia (Universidad Nacional de Salta- Argentina). Mestra em Integração Contemporânea da América-Latina- (Universidade Federal da Integração Latino-Americana). Doutoranda em Relações Internacionais (Universidade do Estado do Rio de Janeiro). Pesquisadora do Núcleo de Estudos Estratégicos, Geopolítica e Integração Regional (NEEGI-UNILA).

cooperação internacional, acompanhado pela Rússia e Cuba. Apesar de seu papel no enfrentamento da pandemia, desde o início ela foi alvo de várias críticas e denúncias, que vão do racismo às teorias da conspiração que tentam responsabilizar o país pela crise global de saúde, seu governo deu uma resposta rápida para conter o vírus, em relação as medidas tomadas em outros países, que têm sido drásticas, mas têm tido muito sucesso (CLACSO, 2020). A China exerceu pela primeira vez a sua responsabilidade global, em relação a ausência de uma articulação global e o desconcerto de outros países (Ríos, 2020a), e o fez apostando no multilateralismo e apoiando firmemente o protagonismo da OMS na batalha global contra a Covid-19, exortando a comunidade internacional a conceder-lhe mais apoio político e financeiro para mobilizar os recursos necessários (Xinhua, 2020b). Por exemplo, antes da retirada de recursos dos Estados Unidos para a OMS, a China já ocupava o segundo lugar entre os países que faziam as maiores contribuições por cotas, mas decidiu fazer uma doação de 30 milhões de dólares a essa organização para combater a pandemia (Concepción & González Saez, 2020).

O porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China, Zhao Lijian, anunciou que a China fornecerá suporte às organizações internacionais relevantes da melhor maneira possível e fará contribuições para a acessibilidade e disponibilidade de vacinas nos países em desenvolvimento (Xinhua, 2020a). Nesse sentido, o governo chinês defende a visão de construção de uma *Comunidade do Destino Compartilhado da Humanidade* e atribui grande importância ao desenvolvimento da segurança da saúde pública global (Spanish People Daily, 2020).

Segundo Concepción & González Saez (2020), há uma longa história de colaboração e cooperação entre a China e muitos países em questões sanitárias. Em julho de 2018, Pequim enviou brigadas médicas para 71 países na Ásia, África, América Latina, Europa e Oceania com um total de 26.000 membros. No entanto, os autores sustentam que pouco se divulga a respeito e, mesmo, quase não se fala em sua colaboração com a OMS e no lançamento de

uma variante da Rota da Seda, exclusivamente para atender o setor de saúde dos países membros, a Rota da Seda Sanitária. Por outro lado, apontam que desde o surgimento da Covid-19, geralmente as análises centram-se em apresentar esta iniciativa como um oportunismo por parte da China para estender seu projeto por meio da chamada “diplomacia das máscaras”, deslegitimando o espaço de cooperação, que, de fato, está oferecendo com doações de materiais e enviando missões de médicos e especialistas para atender o contingente em muitos dos países afetados. Segundo Ríos (2020b), a China nega que exista uma "diplomacia das máscaras", afirmando que o seu propósito não é outro senão retribuir e solidarizar-se, afinal são os seus especialistas que viajam a inúmeros países ou realizam videoconferências para proporcionar valiosos dados e experiências para combater a pandemia.

A China também tem sido grande aliada de alguns governos da região latino-americana, cooperando por meio da doação ou facilitação de trocas comerciais de insumos de saúde, cooperação científica e tecnológica, e por meio da troca de experiências e conhecimentos de seus médicos no combate à pandemia. Lembrando que a maioria dos países latino-americanos teve altos níveis de contágio e pessoas que morreram desde o início da pandemia. Além disso, a região tem sistemas de saúde enfraquecidos, principalmente devido ao baixo investimento público nos últimos anos, à precariedade da infraestrutura hospitalar e à dificuldade de acesso a medicamentos a preços acessíveis. Vários produtos da indústria farmacêutica, equipamentos hospitalares e insumos necessários para o combate à pandemia, precisam ser importados.

No início da pandemia, quando ainda não se sabia que ela poderia transcender os limites da fronteira da China, líderes de muitos países latino-americanos e chefes de organizações regionais enviaram cartas de solidariedade e apoio à China; Costa Rica, Trinidad e Tobago, Suriname, Uruguai e outros países forneceram materiais anti-epidêmicos para a China, incluindo 600.000 máscaras, quase um milhão de pares de luvas esterilizadas e mais de 60.000 conjuntos de aventais cirúrgicos e outros suprimentos médicos

(Spanish People Daily , 2020). Em março de 2020, quando vários países latino-americanos começaram a detectar os primeiros casos e implementar medidas de isolamento social, a China já havia conseguido manter a situação sob controle e começava a estreitar laços com outras nações, transmitindo suas experiências.

2020 marcou o 60º aniversário do estabelecimento das relações entre a China e a América Latina. Um vínculo que nas últimas décadas se fortaleceu com a grande presença chinesa na região nas relações econômicas, comerciais e de investimento em diversos setores e que, com a crise da saúde, tende a se fortalecer ainda mais. Segundo o Spanish People Daily (2020), a China realizou mais de 30 intercâmbios multilaterais por meio de videochamadas sobre experiências de prevenção e controle de epidemias com a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) com a qual mantém relações diplomáticas, além dos países andinos e muitas outras nações da região. Em termos de suprimentos médicos, as autoridades e cidadãos chineses forneceram valiosos materiais anti-epidêmicos para 27 países da região latino-americana, incluindo os 24 países com os quais mantém relações diplomáticas, e ajudaram muitas nações com remessas de suprimentos médicos.

Em 23 de março de 2020, foi realizada uma videoconferência entre especialistas dos Centros Chineses de Controle e Prevenção de Doenças e funcionários e especialistas de saúde de 25 países da América Latina e do Caribe. O diálogo não se limitou à área da saúde, mas foi além ao incluir também a gestão em setores como alfândega, aviação civil, entre outros. Esta conferência foi promovida pelo Ministério das Relações Exteriores da China e pelo governo mexicano, na qualidade de presidente pro-tempore da CELAC (Zárate, 2020).

A China enviou vários itens de suprimentos médicos de Xangai para enfrentar a pandemia no México. Os presidentes dos dois países tiveram contato via conferência (Zárate, 2020). Na Argentina, a Operação Xangai foi

projetada para transportar suprimentos sanitários da China para o país via Aerolineas Argentinas e também por meio de navios (Página 12, 2020; InfoGei, 2020; Télam, 2020). Foram trazidas máquinas como placas de controle de respiradores eletrônicos e máquinas para fabricar tiras de queixo cirúrgicas, máscaras faciais e uma série de insumos, cuja importação foi necessária para que empresas locais pudessem fabricá-los (CIECTI, 2020a). Também foram realizadas videoconferências sobre prevenção, controle, diagnóstico e tratamento da Covid-19, entre algumas províncias argentinas e a China (Zárate, 2020).

No Brasil, inicialmente foi mantido um diálogo cooperativo entre a China e o governo federal, ainda com a presença do Ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta. Houve intercâmbios por videoconferência entre médicos e especialistas de uma equipe de hospitais chineses que lutou contra a Covid-19 em Wuhan e representantes do Ministério da Saúde e médicos de doze estados brasileiros (Zárate, 2020). Porém, mais tarde, representantes de altos cargos do governo Jair Bolsonaro fizeram acusações xenófobas à China, recusando-se a estabelecer um vínculo de cooperação apesar da situação. É importante destacar que o Brasil está atualmente alinhado ao governo dos Estados Unidos, cujas relações com a China são cada vez mais tensas. Diante disso, a paradiplomacia surge como uma forma de os governos municipais e estaduais interagirem com as diferentes esferas do governo chinês, podendo acessar não só a compra de insumos e máquinas, mas também a troca de experiências e diversas articulações público-privadas (Benites, 2020). Um fato importante na colaboração com a China é a associação do Instituto Butantan, de São Paulo, com a fabricante chinesa do medicamento Sinovac Biotech, para produzir a vacina CoronaVac. Em janeiro de 2021, já havia 6 milhões de doses de CoronaVac prontas e outras 4,8 milhões em produção (Instituto Butantan, 2021).

No Peru, o governo chinês manteve um diálogo com o principal mandatário no final de março de 2020. Ele agradeceu os esforços de

solidariedade e as doações feitas pelas fundações Jack Ma e Alibaba, que anunciaram planos de doar suprimentos médicos a vinte e quatro latino-americanos e países do Caribe, incluindo Argentina, Brasil, Chile, Cuba, Equador, República Dominicana, incluindo Peru. O Grupo Alibaba doou 100.000 máscaras, 20.000 testes de diagnóstico molecular e 5 respiradores para o Peru (Zárate, 2020). Por outro lado, a vacina desenvolvida pelo laboratório Sinopharm, em conjunto com sua subsidiária China National Biotec Group (CNBG), começou a ser testada em setembro de 2020 no Peru. O presidente Francisco Sagasti anunciou um acordo com o referido laboratório para a aquisição de 38 milhões de doses (Gestión Perú, 2021).

Segundo Zárate (2020), em 22 de março de 2020, o Equador se tornou o primeiro país da América Latina a contar com a mais recente tecnologia da empresa chinesa Huawei para a detecção rápida de pessoas suspeitas de terem contraído a Covid-19. Além disso, o governo municipal de Chongqing, da China, doou 1.000 conjuntos de roupas de proteção, 1.000 conjuntos de aventais cirúrgicos e 5.000 máscaras de proteção médica N95 para o Equador. O embaixador do Equador na China, Carlos Larrea, destacou não apenas essas doações e implementações, mas também a troca de conhecimento científico e experiência em uma videoconferência realizada entre a renomada epidemiologista chinesa Li Lanjuan e sua equipe de cientistas com o Ministro de Saúde Pública do Equador, Juan Carlos Zevallos e outras autoridades sanitárias. Da mesma forma, Chongqing doou um lote significativo de suprimentos médicos e de prevenção de epidemias para a Colômbia, que incluía roupas de isolamento, máscaras médicas e cirúrgicas e 2.000 kits de teste de ácido nucléico.

Outro dos países latino-americanos que recebeu cooperação chinesa foi a Venezuela, onde chegou no dia 30 de março de 2020, uma equipe de oito especialistas e cientistas chineses, liderada pelo renomado especialista Huang Mao, diretor do departamento de medicina respiratória e crítica do Hospital da província de Jiangsu. A delegação chinesa ficou duas semanas em Caracas,

onde foi condecorada com a Ordem Francisco de Miranda na segunda turma (Precursor) (Zárate, 2020). A grande maioria dos países latino-americanos recebeu suprimentos de saúde da China, enquanto a Venezuela até agora foi o único a receber um contingente de especialistas médicos além de suprimentos de saúde (Concepción & González Saez, 2020).

Desde o início da pandemia, os governos de América Latina têm apresentado várias dificuldades para enfrentar a crise sanitária. Muitas incertezas foram agravadas pela ausência de respostas coordenadas dentro dos blocos que compõem a região. Porém, nesse cenário, a China tem demonstrado um vínculo cooperativo com os países da região, não apenas por meio de suas instituições públicas e governamentais, mas também da esfera privada. Fez isso compartilhando a sua experiência e capacidade adquirida no enfrentamento a pandemia, e também a traves do conhecimento gerado pela grande trajetória na cooperação internacional nos aspectos sanitários.

Referências Bibliográficas

CLACSO (2020). Covid-19: Catalizador de la crisis mundial y el nuevo papel de China, GT CLACSO, China y el mapa de poder mundial, abril de 2020. Disponível em: <https://www.clacso.org/wp-content/uploads/2020/04/Grupo-de-Trabajo-CLACSO-CHINA.pdf>

Concepción, S. F. & González Saez, R. (2020). China y la Ruta de la Seda Sanitaria en momentos de Covid-19. Cuadernos de China N° 5, Asociación Venezolana de Estudios sobre China (AVECH).

Gestión Perú (2021, enero 6). Esto se sabe de la vacuna china de Sinopharm, con la que Perú tiene un acuerdo de compra. Disponível em: <https://gestion.pe/peru/esto-se-sabe-de-la-vacuna-china-de-sinopharm-con-la-que-peru-tiene-un-acuerdo-de-compra-noticia/?ref=gesr>

InfoGei (2020, junio 22). Operación Shangai: Llegaron otros 200 mil insumos por medio del puente sanitario con China. Diario Info GEI. Disponível em: <https://infogei.com/nota/32541/operacion-shangai--llegaron-otros-200-mil-insumos-por-medio-del-puente-sanitario-con-china>

Instituto Butantan (2021, janeiro 15). A parceria tecnológica que fez da CoronaVac a vacina do Brasil. Disponível em: <https://butantan.gov.br/noticias/a-parceria-tecnologica-que-fez-da-coronavac-a-vacina-do-brasil>

Página 12 (2020, julio 4). Coronavirus: Distribuyen insumos enviados por China. Diario Página 12. Disponible em: <https://www.pagina12.com.ar/276341-coronavirus-distribuyen-los-insumos-enviados-por-china>

Ríos, X. (2020a, abril 4). ¿Es China culpable? Observatorio de la Política China. Disponible em: https://politica-china.org/areas/politica-exterior/es-china-culpable?fbclid=IwAR1QwOZzR3zH3TKiKNU_-upLGCN4VKzWw-q0sQIbr12kBWUMVARheeg4ilE

Ríos, X. (2020b, abril 7). China, la guerra al Covid-19 y ocho daños colaterales. Diario Público, Madrid. Disponible em: https://blogs.publico.es/otrasmiradas/31464/china-la-guerra-al-covid-19-y-ocho-danos-colaterales/?utm_source=facebook&utm_medium=social&utm_campaign=web&fbclid=IwAR08uS5dtPSnhTmz-lu5oG6FykTcMFbPISoLtXXMCKYjU4nxYQ0_GKAZBKI

Spanish People Daily (2020, junio 23). Zhao Bentang, director general del Departamento de Asuntos de América Latina y Caribe del Ministerio de Relaciones Exteriores de China: “Debemos trabajar juntos para construir una nueva era de las relaciones sino-latinoamericanas. Spanish People Daily CN. Disponible em: <http://spanish.peopledaily.com.cn/n3/2020/0623/c31617-9703407.html>

Télam (2020, julio 13). Otro buque chino con insumos médicos para enfrentar la pandemia llegará el jueves. Sección sociedad. Disponible em: <https://www.telam.com.ar/notas/202007/488961-otro-buque-chino-con-insumos-medicos-para-enfrentar-la-pandemia-llegara-el-jueves.html>

Xinhua (2020a, junio 4). Portavoz de cancillería: China contribuirá a accesibilidad y asequibilidad de vacunas en países en desarrollo. Xinhua en español. Disponible em: http://spanish.xinhuanet.com/2020-06/04/c_139114633.htm

Xinhua (2020b, julio 6). China apoya firmemente rol dirigente de la OMS en lucha global contra Covid-19, según libro blanco. Xinhua en español. Disponible em: http://spanish.xinhuanet.com/2020-06/07/c_139121146.htm

Zárate, Michael (2020). “La Solidaridad en tiempos del Covid-19”. Pensar la pandemia. Observatorio Social del Coronavirus, CLACSO.

A Hecatombe Pandêmica no Brasil

5

COVID 19 NA AMAZÔNIA MARAJOARA: COMPLEMENTARIDADES E ENTRELAÇAMENTOS DA REGIÃO COM MAIOR VULNERABILIDADE SOCIAL DO BRASIL E O APROFUNDAMENTO DA CRISE SANITÁRIA

Eunápio Dutra do Carmo¹

Introdução

Em janeiro de 2020, dois meses antes de o país declarar o primeiro caso de COVID-19 no Brasil, uma imagem soltou aos olhos nas ruas do município de Breves no Arquipélago do Marajó (Estado do Pará): um carregador puxava seu carro de madeira contendo três níveis de volume em mercadorias, lembrando uma grande torre dado o tamanho e quantidade de caixas e objetos. Além da precarização socioeconômica motivada por um número crescente de pessoas na informalidade, há uma violência espoliadora nessa imagem provocada pelos mecanismos de reprodução da desigualdade social na região, centrada na dissipação dos direitos humanos. Esse carregador, que tem como principal renda fazer carretos no Porto de Breves, ficou sem demanda de serviço em razão das restrições provocadas pelo isolamento social decorrente da crise sanitária que assolou o Brasil e o mundo. O município de Breves, considerado a capital econômica do Arquipélago do Marajó, está entre os 10 municípios

1 Docente da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará - Campus Universitário do Marajó-Breves). Pós-Doutor em Desenvolvimento Socioambiental (NAEA/UFGA), Doutor em Educação (PUC-Rio). Coordena o Programa Redes de Comunidades Ribeirinhas, membro do Grupo de Pesquisa Estado, Território, Trabalho e Mercados Globalizados na Amazônia e integrante da Rede de Pesquisa sobre Pedagogias Decoloniais na Amazônia.

com menores IDH do Brasil (IBGE-IDH, 2010) condição que colaborou para, rapidamente, o município ter sido considerado em abril de 2020: a capital de contaminação de COVID-19 no Brasil (GI-PARÁ, 2020). Breves teve 24% da população contaminada em pouco menos de 20 dias, número que obrigou o governo estadual a decretar *lockdown* no período de 07 a 17 de maio de 2020². Neste trabalho, será analisada as implicações da pandemia do COVID-19 no município de Breves, como caso emblemático da região marajoara. Além das fontes secundárias aqui tratadas advindas de entidades e institutos de pesquisa, também foram fundamentais os relatórios do Observatório do Marajó. Todas integradas à linha de reflexão interdisciplinar dos campos da sociologia, da saúde coletiva e da história que caracterizam a abordagem crítica do artigo.

Desigualdade Social e Crise Sanitária em Breves

O entrelaçamento (desigualdade social e crise sanitária) constatou, mais uma vez, que a região marajoara continua vilipendiada pelo modelo econômico concentrador de renda e riqueza e aprisionada em uma narrativa que disputa as subjetividades em dois eixos: continuar a pressão devastadora do capital sobre as florestas de várzea e a luta pela sobrevivência das comunidades ribeirinhas e pela floresta em pé. O ataque às florestas e as comunidades ribeirinhas geram intensos conflitos ambientais e graves e permanentes problemas sociais. Tais problemas também são co-responsáveis pelas causas que explicam o colapso sincronizado do sistema de saúde (municipal) que é tão assustador quanto a sua histórica precarização. A desigualdade social em saúde instaurada é resultante da herança moderno-colonial em que os processos sociais e econômicos hegemônicos detém mecanismos de produção de invisibilidade e apagamentos estruturalmente concebidos. Se o passado

² Sobre a gravidade da pandemia no município, o relatório técnico da UFPA- CUMB afirma: “O panorama de Breves permanece em situação preocupante. Apesar de os indicadores estarem melhores do que em períodos anteriores, a incidência de casos confirmados (casos novos acumulados a cada 10.000 habitantes) é maior do que a incidência nacional e regional, sendo menor apenas que a incidência estadual. Em relação à incidência de óbitos, o indicador de Breves supera os indicadores nacional, estadual e regional” (UFPA/CUMB, 2020).

colonial-escravocrata nos faz compreender porque 1% da população brasileira concentra 80% da riqueza nacional (OXFORD, 2021), o futuro, forjado a partir das primeiras décadas do século XXI, ainda mantém o mesmo diapasão de desenvolvimento desigual combinado com destruição ambiental e apagamento de subjetividades, em especial, dos povos da floresta.

A determinação social do processo saúde-doença (GARBOIS; SODRÉ; DALBELLO-ARAUJO, 2021) tem no contexto acima exposto aspectos do poder econômico, político e militar do sistema capitalista mundial como vetores estruturais construídos nos últimos séculos pela narrativa do desenvolvimento. Nessa direção, considerando a Amazônia Marajoara, há doenças endêmicas derivadas dos históricos ciclos econômicos de saque, exploração e espoliação dos territórios das florestas de várzea (borracha, arroz e madeira) que foram creditados como “ciclos de desenvolvimento”. Como assinala Castro (2017), as Amazônias, como fronteira do capital, tiveram os povos da floresta dizimados e o meio-ambiente destruído, ambos entendidos como externalidades do desenvolvimento e crescimento econômico, próprios dos planos federais idealizados hierarquicamente para a região desde meados do século XX (CASTRO, 2017). Por essa razão, a acumulação do capital foi *vis-à-vis* à terra arrasada com destaque para o “efeito-derrame” (GUDYNAS, 2016) no corpo-território resultado da exploração desenfreada dos recursos naturais. A esse respeito cabe destacar, a relação saúde e meio-ambiente numa perspectiva interdisciplinar e transescalar em que a particularidade histórica de Breves, como uma cidade de transposição e base para comercialização de commodities ao mercado internacional, explica a razão pela qual o município tem considerados índices de doenças como malária, infecção de veiculação hídrica ou relacionada do contato com a água (febre tifoide e gastroenterites).

O direito à saúde e a sua territorialidade é a maior reivindicação das populações das águas que vivem na região com a maior ilha fluviomarítima do mundo. Isso implica em considerar a determinação social da saúde como resultado dos aspectos socioeconômicos e culturais no plano macro, bem como das relações interpessoais e individuais dos ribeirinhos e da maneira como essas relações se inscrevem no cotidiano (plano micro) das comunidades da beira do rio, ou seja, como trabalham, geram renda, como acessam bens e serviços,, conhecer hábitos mais marcantes e formas de associação e organização social (GARBOIS; SODRÉ; DALBELLO-ARAUJO, 2021). Tanto a dimensão macro como a micro forjam à complementariedade entre as zonas urbana e rural de Breves, mas não sem considerar que na sede do município (zona urbana) concentra-se os serviços de saúde, educação e transporte e na zona rural, os riscos, danos e problemas socioambientais com a forma predatória de exploração das florestas de várzea da região somado à imigração que crescia em decorrência das ocupações diretas ou indiretas relacionadas às atividades madeireiras. A malária exemplifica bem essa realidade na medida em que é uma das doenças endêmicas resultantes desse processo que continua afligindo comunidades ribeirinhas e população marajoara em geral. A ausência de políticas em saúde adequadas e a permanente precarização da infraestrutura em saúde somam-se aos aspectos macro/micro que, por sua vez, revelam uma grande vulnerabilidade social, exposta pela falta de equidade em saúde na região, agravando os problemas que atingem diretamente a qualidade de vida da população.

Este quadro histórico de desigualdade social em saúde foi aprofundado com a pandemia. Foi possível observar as múltiplas expressões da questão social (IAMAMOTO, 2014) sendo exacerbadas, interferindo no processo saúde-doença. Dentre elas, destaca-se a ausência de renda, insegurança alimentar, baixíssima cobertura de esgoto sanitário

e de água potável. Como avalia Luti Guedes do Observatório do Marajó³ “o Marajó ilustra com clareza o projeto político de vulnerabilização das populações rurais do Brasil profundo” (GUEDES, 2020). Sobre isso, o importante trabalho feito pelo Observatório aponta que os moradores negros e ribeirinhos da zonal rural são os que mais sofrem com a pandemia. Trata-se portanto do “aprofundamento das desigualdades sociais” e da “intensificação das vulnerabilidades históricas”. Os grupos mais vulneráveis são as comunidades ribeirinhas e populações periféricas dos municípios do Marajó Ocidental. Entre elas, as vilas ribeirinhas localizadas bem distante da sede da cidade Breves (zona urbana onde se localiza os únicos hospitais do município). Os moradores dessas vilas deslocam-se horas pelos rios e furos (braços de rios) para ter acesso aos serviços hospitalares. No entanto, muitos não conseguem fazer esse deslocamento seja pela dificuldade de transporte ou então pelo custo da gasolina e passagem. As pessoas infectadas teriam que se deslocar por horas, alguns casos, dias para serem atendidas em Breves. Sobre o tema, importante destacar:

Cada morte registrada por coronavírus no Marajó é, antes, provocada pelo projeto político de desenvolvimento que permite a interrupção de vidas humanas em circunstâncias evitáveis. São mortes anunciadas nos programas de governo e nos gabinetes do poder que historicamente se alternam mas que constantemente optam por não se comprometer com as populações negras, ribeirinhas, quilombolas, indígenas, extrativistas e pescadoras (GUEDES, 2020).

Considerações Finais

A chave explicativa à luz da questão colonial aponta que as complementariedades entre os colapsos social e da saúde e os históricos processos de destruição socioambiental são resultados do modelo econômico hegemônico na região que concentra renda e devasta o meio-ambiente. A estrutura predatória que assola a região, decorrente da

³ O caderno do Marajó aponta as complexas questões que envolvem a pandemia na região com o agravante da extrema desigualdade social (OBSERVATÓRIO DO MARAJÓ, 2020).

economia capitalista, dessa vez foi decisiva para a agudização das violações de direitos (insegurança alimentar, desemprego, precarização em saúde, doenças endêmicas e déficit educacional), atingindo, em especial, comunidades ribeirinhas na zona rural, onde está concentrada a maior parte da população marajoara e os maiores atingidos na pandemia. O conjunto dessas situações revela as múltiplas expressões da questão social na região e, ao mesmo tempo, a ausência de políticas públicas territorializadas numa região onde avança, em escala exponencial, a extrema pobreza.

Referências

CASTRO, Edna Maria Ramos de (org.). **Territórios em transformação na Amazônia: saberes, rupturas e resistências**. Belém: NAEA, 2017.

GARBOIS, J. A.; SODRÉ, F.; DALBELLO-ARAUJO, M. Da noção de determinação social à de determinantes sociais da saúde. In: **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 41, N. 112, 2017

G1-PARÁ. Em Breves, no PA, 1 a cada 4 moradores foi infectado por Covid-19, aponta estudo. **Jornal Liberal**, 25 maio 2020. Disponível em: www.g1.globo.com. Acesso em 20 jun. 2020.

GUEDES, Luti. A covid-19 na ilha da desigualdade. In: COLABORA, 23.06.2020. Disponível em <https://projetocolabora.com.br/ods11/a-covid-19-na-ilha-da-desigualdade/>. Acesso em 12 mar. 2021

GUDYNAS, E. “Extractivismos en America del Sur: conceptos y sus efectos derrame”. In: A. Zhouri, P. Bolados, E. Castro (eds.), **Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais**. São Paulo: Ed. Annablume. 2016, pp. 23-43.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Censo Demográfico, 2019 (atualizado). Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 18 abr. 2020.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PIB dos Municípios: **IBGE CIDADES**. Rio de Janeiro. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/breves>. Acesso em: 05 de fev. 2021.

OBSERVATÓRIO DO MARAJÓ. **Cadernos do Marajó** – 40 dias de Marajó com coronavírus, 2020. Disponível em <https://www.observatoriodomarajo.org/40diasmarajocovid19>. Acesso em 30 de jan. 2021

OXFORD. **Relatório Anual 2021**: O vírus da desigualdade. Disponível em https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/o-virus-da-desigualdade/?utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=search_davos2021_grants&utm_content=ads2&gclid=Cj0KCQjwi7yCBhDJARIsAMWFScN0gzB8KrAmBTnfGrEZjUXNhoaOTCQdZNe6wEmt9BIPXXJmhLGUp. Acesso em 10 de mar 2021.

A PANDEMIA NO ALTO SERTÃO PARAIBANO: DESVELANDO A REALIDADE DE SOUSA-PB

Hiago Trindade¹
Ana Lídia Rocha Alves²
Damião Wellington de Sousa Lira³
Isabelle Cristina Custódio de Lima⁴
Mateus Matias da Silva⁵

O levantamento feito pela Universidade de Johns Hopkins, nos Estados Unidos, aponta que os países com mais mortes per capita pela Covid-19 estão na chamada “zona periférica global” (BBC, 2020), ou seja, naqueles países em que o fenômeno da superexploração da força de trabalho e as relações de dependência (Marini, 2017) constituem determinações vivas. Assim, países como o Brasil, marcados por alto índice de desigualdade social, sentem de forma mais intensa as consequências geradas pelo vírus. Nessa direção, a pandemia não apenas escancara essas desigualdades, como também

1 Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e membro do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Trabalho, Lutas Sociais e Serviço Social (GETRALSS). E-mail: hiagolira@hotmail.com.

2 Discente do 6º período do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande e membro do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Trabalho, Lutas Sociais e Serviço Social (GETRALSS). E-mail: analidiacz10@gmail.com.

3 Discente do 6º período do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande e membro do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Trabalho, Lutas Sociais e Serviço Social (GETRALSS). E-mail:wellyngton_lee02@hotmail.com

4 Residente no Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Materno-infantil pela Escola Multicampi de Ciências Médicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (EMCM/UFRN). Membro do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Trabalho, Lutas Sociais e Serviço Social (GETRALSS). E-mail: isacustodio@live.com.

5 Discente do 4º período do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande e membro do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Trabalho, Lutas Sociais e Serviço Social (GETRALSS). E-mail: mateus.brasileiro100@gmail.com

evidencia os sujeitos mais afetados: os negros, pobres e as mulheres (Antunes, 2020).

No início de 2021, o Brasil vivencia um momento crítico ante à pandemia provocada pela Covid-19, dada a gigantesca proporção do número de casos confirmados, o aparecimento de novas cepas e o quantitativo de pessoas em estado grave de saúde, exaurindo a capacidade de atendimento dos hospitais. De acordo com o levantamento divulgado pelo consórcio de veículos de imprensa, a partir de dados das Secretarias Estaduais de Saúde (SES), no dia 1º de março de 2021, o Brasil tem batido recordes na média móvel de mortes, seguindo uma tendência que revela alta nos óbitos e nos casos por Covid-19. Na Paraíba, a média móvel de mortes e de casos acompanha essa tendência nacional de aumento. No Estado, os leitos da UTI possuem a média de 71% de ocupação e registra uma internação por Covid-19 a cada 20 minutos, conforme a Secretaria de Estado da Saúde (SES, 2021).

Diante dessa situação latente, é imprescindível produzir informações capazes de nos auxiliar a compreender a realidade, inclusive os fatos e acontecimentos registrados nas cidades de menor porte, à exemplo de Sousa, localizada no alto sertão paraibano. É com este propósito que desenvolvemos o projeto de pesquisa intitulado “Diante da voragem: trabalho e precarização em tempos de pandemia”⁶, objetivando, dentre outros aspectos, apreender os agravamentos nas condições de vida dos trabalhadores inseridos nos diversos espaços sócio-ocupacionais da cidade de Sousa/PB.

Nessa direção, este texto objetiva produzir um levantamento do perfil socioeconômico das vítimas da Covid-19 no município de Sousa-PB, observando, mais especificamente, os fatores relacionados à geração, ao território e ao sexo das vítimas.

Para atingir o objetivo proposto empreendemos pesquisa documental, utilizando matérias publicadas pelo jornal eletrônico “Diário do Sertão”, além de dados disponibilizados pelas Secretarias Estadual de Saúde da Paraíba e,

6 A pesquisa está inscrita no Projeto Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e é realizada pelo Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Trabalho, Lutas Sociais e Serviço Social (GETRALSS).

mais especificamente, da Secretaria Municipal de Saúde de Sousa-PB. Os referidos dados foram processados entre os meses de outubro de 2020 e março de 2021 e, portanto, expressam a realidade identificada nesse momento histórico. Ainda do ponto de vista metodológico, realizamos revisão bibliográfica, a partir da apropriação de autores como: Antunes (2020), Freitas, Almeida e Lole (2020) e Marini (2017), os quais nos forneceram os subsídios teórico-metodológicos necessários para compreender a realidade investigada bem como para interpretar os dados produzidos no estudo.

Nessa direção, os dados divulgados pela Secretaria Estadual de Saúde (SES), no boletim epidemiológico nº 66, datado de 27 de fevereiro de 2021, revelam que, até o presente momento, são 219.723 casos de Covid-19 confirmados no Estado da Paraíba, sendo 56% de mulheres e 44% de homens. No que se refere ao número de óbitos, já são contabilizadas 4.471 casos (SSPB, 2021).

Como se pode perceber, no âmbito do Estado da Paraíba, no que tange aos casos confirmados da doença, há maioria do sexo feminino. Destes dados, nos chama atenção a faixa etária, pois a mulher de 30-39 anos são as mais infectadas pela Covid-19, porém as com idade a partir de 80 anos são as que possuem quadros mais graves e vão a óbito.

No que tange à situação das mulheres, além das questões propriamente derivadas das infecções pelo novo coronavírus é importante ressaltar outros aspectos relacionados a dimensão de sexo/gênero, a qual que vem se complexificando e se agravando cada vez mais com o desenvolvimento da pandemia. Isso porque, dada a condição de isolamento social, as pesquisas têm chamado atenção para o aumento da violência intrafamiliar e/ou doméstica que tem vitimado e vitimizado as mulheres – como aponta a investigação de Freitas, Almeida e Lole (2020) -, além da própria sobrecarga laboral com as atividades domésticas, reforçando as desigualdades de gênero estabelecidas pela divisão sócio-sexual do trabalho (Nogueira, 2006).

Debruçando-nos mais especificamente sobre outros dados da realidade de Sousa-PB, podemos inferir tratar-se de um dos municípios do Estado que

apresenta uma das maiores taxas de contaminação pela doença, com 5.538 casos confirmados (7º maior número). Logo, tendo como base os Boletins Epidemiológicos disponibilizados pela SMS da referida cidade, foi possível constatar que no município de Sousa, à época da realização da pesquisa, das 75 mortes comprovadas no 341º boletim epidemiológico, 55,27% eram de vítimas do sexo feminino e 44,73% do sexo masculino. No que se refere à localização, os bairros: Frei Damião, Estação, Jardim Iracema, Gato Preto e Mutirão, foram as localidades que apresentaram grande quantitativo de casos, bem como de mortes, concentrando cerca de 32 óbitos, no total (SMS, 2021).

Assim, o fato de que cinco bairros da cidade tenham concentrado 42,67% das mortes, não é, em nosso entendimento, algo fortuito. Ao contrário, tal dado revela que os impactos da pandemia se materializam, de modo mais intenso, nas regiões e localizações ditas “periféricas”, nas quais faltam maiores condições de infraestrutura sanitária, além de outros serviços essenciais básicos.

Sabe-se que o cotidiano das pessoas que vivem nessas localidades é marcado por inúmeras expressões da “Questão social”⁷ e, no contexto de pandemia, os processos de adoecimento e de mortes apontam a complexidade do fenômeno para os trabalhadores.

As condições de vida e existência dos trabalhadores que habitam os espaços mais precários das cidades, foi descrita com maestria por Engels, já em 1845 (Engels, 2010). Atualmente, diversos estudiosos também apontam como o avanço do modo de produção capitalista e a segregação sócio-espacial que ele provoca segue impactando os segmentos da sociedade mais pauperizados (Antunes, 2020; Costa, 2020).

Nessa direção, além das demarcações territoriais, podemos perceber clivagens relacionadas à geração, quando nos dispomos a observar alguns

7 [...] A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão [...] (Iamamoto & Carvalho, 2013, p.83-84).

elementos do perfil socioeconômico da população vitimada pela Covid-19, especialmente no município de Sousa-PB.

A população idosa – aqui compreendida como os sujeitos que possuem idade a partir de 60 anos, nos termos do Estatuto do Idoso (Brasil, 2004) – compõe o chamado “grupo de risco” da doença, uma vez que, em geral, possuem comorbidades responsáveis por agravar seu quadro de saúde, quando constatada a infecção pelo vírus. A população idosa no Brasil constitui, aproximadamente, cerca de 30 milhões de pessoas, desse número, 60% apresentam hipertensão arterial sistêmica e 23% *diabetes mellitus*, consoante o inquérito Vigilância de Fatores de Risco para doenças crônicas não transmissíveis (VIGITEL, 2018).

Contudo, em antagonismo ao que consta no art. 196 da Constituição Federal (Brasil, 1988), onde observa-se como dever do Estado a garantia de ações que visem melhoria e a redução de riscos de doenças e de outros agravos, assistimos à população idosa enfrentar a negligência do Estado e o descaso/naturalização do elevado número de óbitos no país. Ao mesmo tempo, tal negligência também se manifesta, no atraso da aquisição e distribuição das vacinas para esse segmento populacional, o qual deveria constar entre as prioridades no combate a Covid-19.

Nesse sentido, o inimigo da população parece não ser somente o vírus, mas também o forte negacionismo, reforçado pelas falas dos setores políticos e por parte da população que, de forma desrespeitosa, rompem barreiras sanitárias, provocando rebatimentos diretos para toda a sociedade.

Para concluir, do que nos é possível constatar até esse momento, sabemos que as determinações que se desdobram na realidade nacional, também se expressam em Sousa-PB. Dentre elas, pode-se destacar que as vítimas do novo coronavírus no referido município, existe uma predominância de pessoas do sexo feminino, com idade acima de 60 anos e inseridas em bairros considerados “periféricos”.

Nessa perspectiva, a população sousense se defronta com diversas complicações que se tornam cada vez mais nítidas e intensificadas, a partir dos

reflexos da pandemia na cidade. Dentre os aspectos ressaltados anteriormente, destaca-se: a ausência de saneamento básico, a inserção em condições precárias de habitação, a condição histórica de subordinação das mulheres aos papéis de cuidado e a dupla jornada de trabalho. Além de todas essas expressões da questão social, os trabalhadores também sofrem com a demissão em massa e com a mitigação do seu salário tendo como resultado a exclusão de seus direitos sociais, políticos, econômicos e culturais.

Nesse viés, torna-se evidente que existem diversos grupos expostos ao vírus, em especial os idosos, as mulheres e os moradores das regiões “periféricas” da cidade de Sousa. Posto isso, deve-se frisar que o Estado precisa cumprir sua função em garantir que a população desfrutem de direitos indispensáveis constatados na Constituição de 1988.

Referências

Antunes, R. (2020) *Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Boitempo.

BBC. (2020). *Em gráfico, os 10 países do mundo com mais mortes per capita por covid-19*. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-54390838>. Acesso em: 24 out. 2020.

Brasil. (2004). *Estatuto do idoso: lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003*. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil, de 05.10.1988*. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao. Acesso em: 10 mar. 2021.

Costa, R. S. (2020). Pandemia e crise capitalista: a situação das favelas. In: Lole, A; Stampa, I. & Gomes, R. L. R. *Para além da quarentena: reflexões sobre crise e pandemia*. Rio de Janeiro: Mórula.

Engels, F. (2010). *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo.

Freitas, R. C. S; Almeida, C. C. L & Lole, A. (2020). As mulheres e a pandemia da Covid-19 na encruzilhada do cuidado. In: Lole, A; Stampa, I. & Gomes, R. L. R. *Para além da quarentena: reflexões sobre crise e pandemia*. Rio de Janeiro: Mórula.

G1 PB. (2021). *Paraíba registra média de uma internação por Covid-19 a cada 20*

minutos, diz SES. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2021/02/26/paraiba-registra-media-de-uma-internacao-por-covid-19-a-cada-20-minutos-diz-ses.ghtml>. Acesso em: 02 mar. 2021

G1. (2021). *Brasil bate 5º recorde em 6 dias na média móvel de mortes por Covid, chegando a 1.223 por dia*. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/03/01/brasil-bate-5o-recorde-em-6-dias-na-media-movel-de-mortes-por-covid-chegando-a-1223-por-dia.ghtml>. Acesso em: 02 mar. 2021.

Iamamoto, M. & Carvalho, R. (2013). *Serviço Social e Relações Sociais no Brasil: esboço de uma interpretação teórico-metológica*. São Paulo: Cortez.

Marini, R. M. (2017). Dialética da Dependência. In: *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 9, n. 3, p. 325-356.

Nogueira, C. M. (2006). *O trabalho duplicado*: São Paulo: Expressão Popular.

Secretaria de Estado da Saúde (2021). *Boletim epidemiológico*. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/saude/coronavirus/arquivos-1/boletim-epidemiologico-66-covid-19.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2021.

Secretaria Municipal de Saúde de Sousa (2021). *Boletim epidemiológico*. 2021. Disponível em: <https://blogdolevi.diariodosertao.com.br/wp-content/uploads/2021/02/341-Boletim-Epdemiol%C3%B3gico-Covid-19-26.02.2021.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2021.

VIGITEL (2018). *VIGILÂNCIA DE FATORES DE RISCO E PROTEÇÃO PARA DOENÇAS CRÔNICAS POR INQUÉRITO TELEFÔNICO*. Disponível em: <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2019/julho/25/vigitel-brasil-2018.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.

OPINIÃO PÚBLICA EM TEMPOS DE PANDEMIA: A POPULARIDADE DOS GOVERNANTES SUL-AMERICANOS SOB ANÁLISE¹

Matheus Leite do Nascimento²

Em face a crises globais e ameaças de natureza externa, abre-se brecha para que lideranças nacionais mobilizem a opinião pública e unifiquem os cidadãos do país em torno de um compromisso em comum. Numa crise como a da Covid-19, espera-se que a capacidade de liderança no enfrentamento repercuta no nível de confiança dos cidadãos e na avaliação dos mesmos sobre esses mandatários.

No entanto, esse tipo de calamidade se apresenta como um desafio sobretudo numa região como a América do Sul. A existência de problemas crônicos, como a presença de um mercado de trabalho com alto grau de informalidade, a ausência de um aparato estatal robusto e de sistemas de saúde equipados com recursos adequados (Malamud; Nuñez, 2020), condiciona os líderes políticos a dificuldades pré-pandêmicas. No presente texto, avaliamos as ações dos governantes da Argentina, do Brasil e do Chile, e de que forma isso incidiu sobre suas taxas de aprovação em três momentos distintos da pandemia.

Além de variarem em nível de rigidez, as políticas de enfrentamento implementadas pelos governantes foram recebidas pelas populações de maneira própria dentro de cada contexto. Enquanto os presidentes de Argentina e Chile viram um salto seguido de uma deterioração da sua popularidade, o governo brasileiro conseguiu manter sua imagem estável com uma leve oscilação para cima ao longo do recorte aqui trabalhado. A tabela a

1 Este texto é uma produção do grupo de iniciação científica COVID-RI, contemplado no Edital de Iniciação Científica 2020/2021 do Centro Universitário Estácio do Recife.

2 Graduado em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Sergipe (DRI/UFS).

seguir ilustra a variação na taxa de aprovação dos presidentes e o nível de rigidez das políticas incorporadas:

Tabela 1: Relação entre aprovação dos presidentes e rigor das políticas de combate à pandemia

<i>1º período da amostra</i>	Data reportada	Taxa de aprovação do mandatário ³	Índice de rigidez das políticas de combate à Covid-19 ⁴
Argentina	31/04/20	69%	88.89
Brasil	27/04/20	33%	77.31
Chile	23/04/20	24%	73.15
<i>2º período da amostra</i>			
Argentina	31/07/20	53%	90.74
Brasil	12/08/20	37%	72.69
Chile	30/07/20	20%	84.72
<i>3º período da amostra</i>			
Argentina	31/10/20	40%	88.89
Brasil	10/12/20	37%	77.31
Chile	30/10/20	17%	73.15

Fonte: Elaboração do autor com dados de pesquisas de opinião e do *Our World in Data*

Quando a situação epidêmica se deu início na Argentina, o país se encontrava com um presidente recém-eleito. Alberto Fernández agiu rapidamente e implementou medidas de prevenção, decretando quarentena total de 19 a 31 de março (Gonzáles, 2020). Num país marcado pela polarização política, Fernández soube utilizar a gravidade do contexto para diluir a dinâmica de divisão entre pró-Kirchner/anti-Kirchner que perdurava desde 2007 (Malamud; Nuñez, 2020). Seus discursos foram marcados pelo apelo à união entre os cidadãos argentinos e pela ênfase à necessidade de se cumprir

3 Índices de aprovação auferidos com base em pesquisas de opinião realizadas em cada país: Poliarquía (Argentina); Datafolha (Brasil); Cadem (Chile).

4 Nível de rigor das políticas de combate à pandemia segundo o *Stringency Index*, disponibilizado pelo *Our World In Data*: <https://ourworldindata.org/covid-government-stringency-index>.

os protocolos recomendados pela comunidade científica e especialistas em saúde. O presidente mencionou ainda que o coronavírus representava uma mudança nas prioridades do governo, colocando a preservação da saúde no centro de sua agenda em detrimento de questões como a renegociação da dívida do país e a questão fiscal (Le Monde, 2020).

A severidade com que Alberto Fernández conduziu a crise sanitária fez com que a quarentena argentina fosse uma das mais longas do mundo, o que explica a constância ao longo dos meses nos números do *stringency index* registrados na nossa tabela. Quando criticado por sua postura, Fernández chegou a retrucar dizendo que não estava obcecado com a quarentena, mas sim com a saúde dos argentinos (Charleaux, 2020). O sucesso do seu discurso entre a população foi tamanho que, embora muitos tenham advertido que o isolamento social afetaria a situação econômica do país, 8 em cada 10 pessoas de diferentes camadas sociais dizia que a quarentena era correta e deveria continuar (Kollmann, 2020). Tal capacidade de coesão social garantiu que Fernández obtivesse uma taxa de aprovação de quase 70% ao final de abril.

Não obstante, por mais que esse rigor no combate à pandemia tenha se mantido durante longos meses, os índices de aprovação do mandatário não o acompanharam na mesma proporção. Ao final do mês de outubro, menos da metade dos argentinos aprovava a gestão de Fernández durante a crise. Com medidas de restrição e isolamento social que duraram mais de sete meses, a quarentena no país passou a ameaçar a sobrevivência de diferentes setores econômicos. O presidente chegou a outubro com um índice de reprovação na casa dos 47%, 3 pontos a mais que no mês de setembro (Paraleo, 2020). Reflexo disso foi uma onda de protestos no país no dia 12 de outubro que ficou conhecida como “Banderazo”.

A explicação para a dificuldade em sustentar a popularidade com essas medidas se dá a partir dos reflexos socioeconômicos no país: durante a pandemia, a Argentina passou a registrar um número de 4,7 milhões de indigentes; a quantidade de pessoas vivendo em condições de pobreza chegou aos 18,5 milhões, correspondendo a uma parcela de 40,9% da população (Charleaux, 2020). Para Llanos (2020), as medidas de isolamento social podem

contar com adesão no curto prazo, mas se fatores como a inflação e a alta do dólar não forem controlados a médio prazo, a tendência é que os índices de aprovação voltem ao ponto anterior à crise ou a patamares ainda piores. Prova disso é como os argentinos reagiram a uma análise da administração presidencial, já em dezembro: para 82%, a pandemia apareceu como fator chave para classificarem a situação do país como não boa; porém, apenas 29% atribuíram a situação ao vírus; enquanto 49% indicaram que os principais problemas eram econômicos (Simondet, 2021).

Contrastando com o seu vizinho do Cone Sul, desde que a crise sanitária se alastrara entre fevereiro e março, os discursos do presidente Jair Bolsonaro foram marcados pelo ceticismo e pela relativização da gravidade da situação mundial. Somente em março de 2020, mês em que OMS decretou a pandemia do novo coronavírus, Bolsonaro afirmou de início que estaria havendo uma histeria; criticou o “alarmismo” em torno da pandemia e declarou que no Brasil a situação não seria tão grave, pois o país não tinha uma população tão velha quanto a da Itália; depois, o presidente fez um pronunciamento em rede nacional, no qual disse que a Covid-19 não passava de uma “gripezinha” (Arcanjo, 2021). Na ausência de uma resposta do governo federal, coube aos estados implementarem políticas de restrição de circulação. A errática política do presidente brasileiro com relação à pandemia também resultou em duas mudanças de ministros da saúde em um mês – entre 16 abril e 15 maio (Benítez et al, 2020).

Apesar disso, Bolsonaro manteve seu índice de aprovação na faixa dos 33% em abril, tendo visto essa porcentagem sofrer uma variação para cima nas pesquisas de opinião posteriores do Datafolha. Um dos fatores que explica essa tendência reside no fato de que, mesmo num momento de calamidade, o presidente não buscou congrega a população em torno da pandemia e persistiu na sua estratégia de comunicação direta com o seu núcleo duro de eleitores. Ao procurar manter sua base sólida e coesa, Bolsonaro visava garantir ao seu lado uma fatia do eleitorado que corresponde entre 25% a 30% da população (Nexo, 2020). Essa estratégia garante ao presidente uma unidade de apoio para se escorar mediante a mobilização desses eleitores.

Mas o que explica a oscilação para cima e estabilização na casa dos 37% nas pesquisas seguintes? Para isso, podemos apontar uma variável importante: o auxílio emergencial de 600 reais, destinado aos desempregados, trabalhadores informais e beneficiários do Bolsa Família. Essa política de apoio financeiro articulada pelo Congresso em março de 2020 beneficiou mais de 67 milhões de brasileiros, o que pode ter colaborado para o crescimento da popularidade de Bolsonaro (Roubicek, 2021). Entre aqueles que receberam o auxílio, 42% consideraram o governo ótimo ou bom, enquanto para os que não recorreram à política a aprovação ficou no patamar de 36% (Datafolha, 2020). O impacto do auxílio na popularidade de Bolsonaro pode ser visto ainda quando analisamos o seu efeito na imagem do presidente no Nordeste, onde 45% da população usufruiu do programa. Segundo o Datafolha (2020), a rejeição ao presidente caiu de forma vertiginosa nessa região no mês de agosto, passando dos 52% para 35%.

Além disso, Sanches, Cardomingo e Carvalho (2021) demonstraram que o auxílio emergencial exerceu um papel estabilizador na economia brasileira. Simulações conduzidas pelas pesquisadoras demonstraram que essa política foi responsável por evitar que a economia sofresse uma queda mais brusca em 2020, prevenindo um declínio entre 8,4% e 14,8%. Isso porque o efeito multiplicador do auxílio serviu para equilibrar a razão dívida/PIB ao atenuar a queda de arrecadação de impostos; além de ter evitado que a queda no consumo das famílias ficasse entre 11 e 14,7%, ao invés dos 6% previstos.

O Chile, por sua vez, vivia uma situação singular quando a pandemia desembarcou. O país andino passava por um processo de ebulição social resultante do descontentamento da população com o modelo econômico e social vigente, em especial com o seu sistema de previdência misto (Garcia et al, 2020). Quando a Covid-19 chega no início de março, um referendo de reforma constitucional que estava marcado para 26 de abril foi adiado para outubro e vários grupos que promoviam protestos no país foram impedidos pelo toque de recolher instituído pelo governo (Malamud; Nuñez, 2020).

O presidente Sebastián Piñera contava com apenas 6% de aprovação em janeiro de 2020. Contudo, as pesquisas realizadas pelo Instituto Cadem

mostram que até o final de abril Piñera registrou um aumento exponencial na sua taxa de aprovação, alcançando o patamar de 24% ao final de abril. A crise sanitária permitiu que o mandatário tomasse frente da situação e exercesse liderança em meio à catástrofe mundial. O Chile adotou medidas dinâmicas, como quarentenas obrigatórias em alguns condados durante um curto período (2-3 semanas), e, em seguida, flexibilizadas com base em indicadores epidemiológicos. Além disso, o país não fechou o transporte público (Benítez et al, 2020). Esses fatores ajudam a explicar por que o índice de rigor no país se manteve na casa dos 73.15 ao final de abril, com uma alta dos casos entre junho e julho que justificaram a adoção de uma quarentena mais rígida (84.72, no indicador) (BBC, 2021).

O governo também lançou medidas econômicas para beneficiar famílias vulneráveis, pequenos negócios e empregos. Entre elas, Sebastián Piñera implementou subsídios para pessoas na economia informal, renda emergencial para 4,5 milhões de cidadãos, bônus para pequenas empresas e cestas básicas para famílias da classe média e necessitados (Montes, 2020). Mesmo assim, novos protestos eclodiram ao final de maio por conta da escassez de alimentos em alguns setores da população (Garcia et al, 2020). O Instituto Nacional de Estatística (INE) reportou que a taxa de desemprego em 2020 subiu 3,5 pontos com relação ao ano anterior, chegando a situar-se em 10,7%. Dentro do trimestre móvel de maio e julho de 2020, um total de 1.286.673 pessoas declararam que o motivo de não procurarem emprego estava relacionado à pandemia (INE, 2021). Ao final desse mesmo período, apenas 39% dos chilenos aprovavam a gestão do governo com relação à pandemia (Cadem, 2020). Esses dados, atrelados ao pano de fundo de convulsão social no contexto pré-pandêmico, ajudam-nos a entender por que o mandatário viu essa sobrevida de popularidade decrescer ao longo das pesquisas realizadas nos trimestres posteriores.

A variação na popularidade dos três presidentes durante a pandemia nos mostra que medidas de contenção mais rígidas não necessariamente irão se traduzir em maior popularidade ao longo do tempo. Ao contrário, se essas ações significarem perdas econômicas para população, a tendência é que isso

respingue negativamente na imagem do mandatário. O exemplo do Brasil se torna emblemático: mesmo com a inércia do presidente, o auxílio emergencial se mostrou uma boa política de redução de danos socioeconômicos e assegurou um aumento na sua popularidade.

REFERÊNCIAS

ARCANJO, D. (2021). Relembre o que Bolsonaro já disse sobre a pandemia, de gripezinha e país de maricas a frescura e mimimi. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 5 de mar. de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/relembre-o-que-bolsonaro-ja-disse-sobre-a-pandemia-de-gripezinha-e-pais-de-maricas-a-frescura-e-mimimi.shtml>. Acesso em 08/03/21.

BENÍTEZ et al. (2020). Responses to COVID-19 in five Latin American countries. **Health Policy and Technology**. 30 de set. de 2020.

CADEM. (2020). **Encuesta Plaza Pública**: Cuarta semana de Abril – Estudio n°328. 22 e 23 de abril de 2020.

_____. (2020). **Encuesta Plaza Pública**: Quinta semana de Julio-Estudio N°342. 29 e 30 de julho de 2020.

_____. (2020). **Encuesta Plaza Pública**: Cuarta semana de Octubre-Estudio N°354. 22 e 23 de outubro de 2020.

CHARLEAUX, J. (2020). Como a pandemia pressiona a saúde e a economia da Argentina. **Nexo Jornal**, 07 de out. de 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/10/07/Como-a-pandemia-pressiona-a-sa%C3%BAde-e-a-economia-da-Argentina>. Acesso em 06/03/21.

BBC. (2020). **Coronavírus**: Por que o Chile tem, ao mesmo tempo, boa vacinação e alta taxa de contágio. Acesso em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-56371512>. Disponível em: 09/03/21.

Le MONDE. (2020). Cuidar de todos, de todas e de todes: O discurso do Alberto Fernández na Argentina. BBC, 12 de mar. de 2021. Disponível em: https://diplomatie.org.br/cuidar-de-todos-de-todas-e-de-todes-o-discurso-do-alberto-fernandez-na-argentina/#_ednref35. Acesso em: 05/03/21.

DATAFOLHA. (2020). **Avaliação do presidente Jair Bolsonaro**. 11 e 12 de agosto de 2020.

_____. (2021). **Pesquisa Nacional**: Avaliação do presidente Jair Bolsonaro. 20 e 21 de janeiro de 2021.

GARCIA et al. (2020). COVID-19 Response in Latin America. **The American Journal of Tropical Medicine and Hygiene**. v. 103, n. 5, p. 1765–1772, novembro de 2020.

GONZÁLEZ, E. (2021). Argentina entra en cuarentena obligatoria hasta el 31 de marzo. **El País**, 2020. Disponível em: <https://elpais.com/sociedad/2020-03-20/argentina-entra-en-cuarentena-obligatoria-hasta-el-31-de-marzo.html>. Acesso em: 07/03/21.

INE. (2021). **Casi 1,3 millones de personas declararon que la razón principal para no buscar trabajo durante el peak de la pandemia fue el COVID-19**. Disponível em: <https://www.ine.cl/prensa/detalle-prensa/2021/03/08/casi-1-3-millones-de-personas-declararon-que-la-raz%C3%B3n-principal-para-no-buscar-trabajo-durante-el-peak-de-la-pandemia-fue-el-covid-19>. Acesso em: 10/03/21.

KOLLMANN, R. (2021). Coronavirus: fuerte aprobación a la cuarentena que dispuso Alberto Fernández. **Página 12**, 16 de abr. de 2020. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/259818-coronavirus-fuerte-aprobacion-a-la-cuarentena-que-dispuso-al>. Acesso em: 05/03/21.

MALAMUD, C.; NUÑEZ, R. (2021). **The coronavirus crisis in Latin America: increased presidential power without solid foundations**. Disponível em: http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano_en/contenido?WCM_GLOBAL_CONTEXT=/elcano/elcano_in/zonas_in/ari45-2020-malamud-nunez-coronavirus-crisis-in-latin-america-increased-presidential-power-without-solid-foundations. Acesso em: 07/03/21.

MONTES, R. (2020). Crise impulsiona a retomada dos protestos no Chile. **El País**, 24 de mai. de 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-05-24/crise-impulsiona-a-retomada-dos-protestos-no-chile.html>. Acesso em: 09/03/21.

NIEBIESKIKWIAT, N. (2020). En todo el país Banderazo del 12-O: cuarentena, economía y justicia los reclamos en las masivas protestas contra el Gobierno. **Clarín**, 11 de abr. de 2020. Disponível em:

https://www.clarin.com/politica/comienza-banderazo-12-gobierno-nacional-distintos-puntos-pais_0_j0Q-04rbg.html. Acesso em: 06/03/21.

PAPALEO, C. (2020). Argentina a um año de la elección de Alberto Fernández: tensiones internas y gestión de crisis. **DW**, 26 de out. de 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/es/argentina-a-un-a%C3%B1o-de-la-elecci%C3%B3n-de-alberto-fern%C3%A1ndez-tensiones-internas-y-gesti%C3%B3n-de-crisis/a-55342409>. Acesso em: 05/03/21.

ROUBICEK, M. (2021). As pressões em Brasília pela volta do auxílio emergencial. **Nexo Jornal**, 25 de jan. de 2021. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/01/25/As-press%C3%B5es-em-Bras%C3%ADlia-pela-volta-do-aux%C3%ADlio-emergencial>. Acesso em: 08/03/21.

SANCHES, M.; CARDOMINGO, M.; CARVALHO, L. Quão mais fundo poderia ter sido esse poço? Analisando o efeito estabilizador do Auxílio Emergencial em 2020. **Nota de Política Econômica** n° 007. MADE/USP, 2021.

SIMONDET, J. (2021). El Gobierno arranca el año con una fuerte caída de imagen en la opinión pública. **La Nación**, 20 de jan. de 2021. Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/politica/el-gobierno-arranca-el-ano-con-una-fuerte-caida-de-imagen-en-la-opinion-publica-nid2565402/>. Acesso em: 06/03/21.

CNN. (2021) Tasa de desempleo en 2020 llegó a 10,7%: Comercio y construcción entre las mayores bajas. **CNN CHILE**, 19 de fev. de 2021. Disponível em: [https://www.cnnchile.com/economia/tasa-de-desempleo-2020-comercio-construccion_20210219/#:~:text=El%20INE%20detall%C3%B3%20que%20durante,\(5%2C0%20pp\)](https://www.cnnchile.com/economia/tasa-de-desempleo-2020-comercio-construccion_20210219/#:~:text=El%20INE%20detall%C3%B3%20que%20durante,(5%2C0%20pp).). Acesso em: 09/03/21.

ENTRE A POLÍTICA PÚBLICA E A OPOSIÇÃO POLÍTICA: DUAS FACES DO CONSÓRCIO NORDESTE EM MEIO À COVID-19

Cairo Gabriel Borges Junqueira¹
Maria Rafaela Araújo Alves²
Sandrielly Lavinia Andrade Santos³

Os consórcios públicos representam uma realidade pouco conhecida no Brasil. Correspondem a pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, constituídas como associações públicas, formadas exclusivamente por entes federativos e regidas sob a Lei 11.107/2005 e o Decreto 6.017/2007. Tais consórcios possuem a finalidade de executar a gestão de políticas públicas e de serviços públicos, uma vez que a União, os estados, o Distrito Federal ou os municípios podem destinar capital humano e bens essenciais à execução dos serviços (Clementino, 2019).

Nesse sentido, essas entidades podem ser inseridas como arenas que abarcam quatro características das políticas públicas (Saravia & Ferrarezi, 2006). Em primeiro lugar, a institucional, uma vez que os consórcios têm status jurídico e são autoridades formais. Em segundo, a decisória, pois podem tomar decisões orientadas a manter o interesse público. Não menos importante, a comportamental, uma vez que estabelecem cursos de ações destinadas a modificar a realidade. E, por fim, a causal, pois seus produtos geram efeitos nos sistemas sociais e políticos.

1 Professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de Sergipe (DRI/UFS). Doutor em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação “San Tiago Dantas” (UNESP/UNICAMP/PUC-SP).

2 Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Sergipe (UFS).

3 Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Esse viés voltado à realidade local e às políticas sociais é um fator que explica a existência de um número considerável de consórcios públicos no Brasil, pois, de acordo com mapeamento da Confederação Nacional de Municípios, em 2018 existiam no país quase 500 consórcios, sendo que aproximadamente 4 mil municípios participaram de ao menos um deles (Henrichs, 2018). O consorciamento entre municípios é expressivo, mas como dito acima, outros entes federativos também podem participar dos mesmos. Existem os consórcios horizontais, conformados pelos mesmos níveis governamentais, e os consórcios verticais, perfazendo o sentido oposto. Como exemplo deste último, enfatiza-se o pioneirismo da área de saúde no Ceará (Julião & Olivieri, 2020).

Como um novo componente dessa realidade, recentemente tomou forma e vem ganhando grande veiculação na mídia o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste, doravante Consórcio Nordeste, formalmente anunciado na “Carta de Governadores do Nordeste” assinada no dia 14 de março de 2019 durante encontro envolvendo as lideranças dos nove estados da região. Além de representar o avanço do estabelecimento dos consórcios públicos no Brasil, tendo viés de ação voltado especificamente para o desenvolvimento nordestino, a justificativa de sua escolha enquanto objeto de estudo desta análise se dá em virtude de três pontos principais.

Trata-se do primeiro consórcio brasileiro unicamente composto por governos estaduais, não havendo participação federal ou municipal. Seu estabelecimento tomou forma em um período político muito particular no Brasil, meses após o início da presidência de Jair Bolsonaro. Nesse sentido, vale destacar que todos os governadores da região são de signo político-partidário contrário à liderança do Executivo. Por fim, desde então o Consórcio Nordeste vem empreendendo atividades internacionais, destacando-se a busca por captação de recursos, cooperação internacional e diálogo também em torno da pandemia do novo coronavírus, a COVID-19.

Para além do viés das políticas públicas do Consórcio Nordeste, cumpre analisar sua criação e conseqüente atuação sob os vieses das conturbadas

oposições políticas conjunturais, incluindo questões federativas e internacionais para mitigar os efeitos da COVID-19. O Consórcio surge em virtude de características próprias, ou seja, voltadas à dimensão pública em si, mas sua dinâmica pode ser observada para além de seu escopo, incluindo nuances políticas domésticas e internacionais.

Em relação ao contexto de oposições políticas no qual o Consórcio Nordeste surgiu, as falas de Jair Bolsonaro sobre a iniciativa consociativa são pontos interessantes a serem observados. Ainda em junho de 2019, o Presidente afirmou que os governadores pretendiam “separar e dividir o Nordeste do Brasil” (Alegretti, 2019; Santana, 2019), o que pode ser entendido como uma clara crítica à iniciativa do Consórcio que acabara de iniciar as atividades naquele período. No entanto, alguns governadores rebateram tal afirmação ao expressarem também críticas ao chefe do Executivo. O governador da Bahia, Rui Costa, primeiro presidente do Consórcio, aproveitou para afirmar que as declarações de Bolsonaro na condução das relações exteriores do país iriam trazer efeitos desastrosos para o comércio brasileiro. Ainda segundo o governador, as declarações do governo federal tinham por objetivo agradar o agronegócio, mas acabaram prejudicando a imagem nacional no exterior (Marreiros & Costa, 2019).

Apesar de no início do século XXI ter ocorrido uma conjuntura socioeconômica que repercutiu na diminuição das desigualdades regionais no Nordeste, não houve uma transformação estrutural na condição desigual entre os estados e o restante das sub-regiões brasileiras, demonstrando que a relevância política e econômica, historicamente, se concentra no sul e sudeste do país (Theis, Butzke & Mantovaneli Jr, 2018). Nesse quadro, a iniciativa de consorciamento surgiu como uma reação ao que se denomina de “inflexão ultraliberal” (Clementino, 2019: 169) ocorrida nos últimos anos, na qual se pode incluir o atual governo federal, e que é empreendida por princípios que não colaboram para a redução dos desequilíbrios regionais do Brasil.

É perceptível que o Consórcio Nordeste se expressa em desconformidades e contraposições em relação ao governo federal e suas

posições tomadas no âmbito da política externa como, por exemplo, nas declarações sobre o meio ambiente e na condução de políticas ambientais, mas também se manifesta nas discordâncias com o que ocorre no âmbito doméstico, como a reforma tributária, a reforma política e, mais recentemente, a condução da crise sanitária ocasionada pela COVID-19.

Desde o início da pandemia do novo coronavírus, formalmente reconhecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020) ainda em março de 2020, Jair Bolsonaro prontamente colocou-se em uma posição de menosprezo quanto à gravidade da doença, expressando termos como “gripezinha” e para justificar a falta de uma atuação incisiva de sua parte. Posicionamentos desse tipo refletiram em discordâncias quanto a agir durante a pandemia e incitaram debates extremamente incisivos não somente em relação à saúde pública, mas também entre as diversas instâncias governamentais no Brasil. Logo, “[...] as tensões se intensificaram com a pandemia de COVID-19, em virtude da falta de coordenação do Governo Federal e a postura negacionista adotada pelo Presidente.” (Araújo & Silva, 2020: 06).

Mais que a oposição ao desprezo do Presidente pela pandemia, foi preciso a participação de governadores e prefeitos em busca de medidas que auxiliassem cidades e estados a organizarem suas estratégias, além de direcionar apoio financeiro para implementar as ações de combate. Diante disso, os estados do Consórcio Nordeste impuseram medidas sanitárias e de isolamento social recomendadas pela OMS, enquanto enxergavam no chefe do Executivo uma postura de deboche constante e completamente contrária a medidas de isolamento social (Gazeta do Povo, 2020).

A discrepância entre o aumento no número de casos e o tempo em que isso ocorreu na região nordeste fizeram com que cada governador priorizasse seu estado. O comportamento fragmentado, em outra medida, acabou por enfraquecer a atuação conjunta dos governadores nordestinos através do Consórcio. Ao mesmo tempo em que o Nordeste não conseguia controlar a disseminação do vírus, Bolsonaro não parou de menosprezar a pandemia, pelo

contrário, incentivou mais e mais vezes o fim do isolamento social promovendo aglomerações públicas em viagens oficiais.

O compartilhamento de conhecimentos e o fortalecimento do Comitê Científico do Consórcio Nordeste (C4NE) –criado para reunir informações e orientar estados e municípios no combate à pandemia – para o monitoramento da doença na região foram medidas importantes, acatadas já no início da ação de combate. Sendo um instrumento jurídico, político e econômico de integração dos estados e que preza pelo desenvolvimento solidário, o Consórcio também se organizou para a realização da compra de equipamentos de proteção individual (EPIs), incluindo máscaras e respiradores, pois não havia em quantidade suficiente para a demanda que a COVID-19 atraiu. Entretanto, os estados não chegaram a adquirir os respiradores e o contrato teve de ser rescindido (Bahia, 2020).

As relações conflituosas entre os governadores-membros e Bolsonaro foram incitadas novamente devido a declarações ofensivas apoiadas por ele, as quais tinham o intuito de culpabilizar a China pela pandemia. Ainda em março de 2020, o Deputado Eduardo Bolsonaro responsabilizou o país pela pandemia, gerando forte atrito com o Embaixador chinês no Brasil (Prado & Junqueira, 2020). Os governadores nordestinos demonstraram-se incisivamente contra esses posicionamentos, já que buscaram manter boas relações com a China. Por exemplo, através de um ofício enviado ao embaixador do país no Brasil, o governador da Bahia, Rui Costa, solicitou ao governo chinês “[...] a possibilidade de seu apoio e sua colaboração por meio do envio de materiais médicos, de insumos e de equipamentos [...]” (Consórcio Nordeste, 2020).

Ao longo do ano de 2020, Jair Bolsonaro repetiu o desdém pela pandemia e provocou aglomerações sem máscara por onde andou. Foi possível assistir a alguns movimentos contra o Supremo Tribunal Federal (STF) e a favor do Presidente (Oliveira, 2020), nos quais várias pessoas circulavam sem máscaras fazendo pedidos inconstitucionais, momentos em que os governadores nordestinos impuseram sua opinião e se mostraram

veementemente contra as reivindicações antidemocráticas. Em meio à crise de saúde pública, a crise política não deixou de estar presente e ainda representou um grande contratempo para o controle da doença.

As controvérsias em torno do processo de aprovação das vacinas por parte da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) foram outro grande empecilho, inclusive para governadores nordestinos que individualmente demonstraram vontade política em realizar acordos por imunizantes e esperavam apenas a aprovação oficial. Esse imbróglio ficou evidente quando a enfermeira Mônica Calazans tornou-se a primeira brasileira a receber a vacina em solo nacional, a Coronavac, desenvolvida junto ao Instituto Butantan em São Paulo (Baddini & Fernandes, 2020), cujo governador João Dória tornou-se um árduo opositor de Bolsonaro no período. É um caso pontual, mas que ilustra as rixas ocorridas entre diferentes lideranças políticas no período.

Não obstante, o próprio C4NE reivindicou uma série de ações para frear a segunda onda da pandemia logo que foi identificado o seu início. Em forma de boletim, o Comitê propôs uma atuação coesa “[...] no que tange a definição da melhor estratégia possível de vacinação junto ao Ministério da Saúde e autoridades governamentais federais e de outros estados brasileiros, bem como em negociações com fornecedores internacionais” (C4NE, 2020: 01), ao passo que essas negociações deveriam ser feitas com todas as vacinas aprovadas em testes e que detivessem o aval da ANVISA. Outrossim, elencaram medidas de controle à propagação do vírus, de proteção aos profissionais de saúde e de busca ativa por pessoas infectadas, além de inserir uma análise detalhada da situação e das projeções numéricas da doença em cada estado do Nordeste.

Entretanto, por vezes o recomendável se opôs às práticas. A posição dos governadores em não seguir as sugestões resultou em baixas importantes, como a repentina saída do C4NE por parte do cientista Miguel Nicolelis em um momento em que os membros da equipe sentiram seu trabalho sendo desperdiçado. A saída salientou o desânimo interno da equipe de médicos e pesquisadores, ressaltando a fala de um deles de que “os governadores não

estão agindo de forma tão diferente do Governo Federal”, mostrando certa debilidade quanto à oposição antes mencionada frente ao Presidente Bolsonaro (Bergamo, 2021). Nesse meio tempo o Consórcio Nordeste também foi palco de críticas e sofreu alguns reveses, a exemplo da oposição de deputados de Sergipe que declararam apoio à retirada do estado da organização em virtude de descumprimento de objetivos propostos no repasse de materiais ao governo estadual para combate à pandemia (Villacorte, 2020).

Ainda em 2019, a criação do Consórcio Nordeste já simbolizava uma iniciativa destinada ao desenvolvimento nordestino em prol das políticas públicas. Nesse meio tomava forma o primeiro ano de governo de Jair Bolsonaro. Já em 2020, a pandemia de COVID-19 trouxe ainda mais desafios, sendo que seu desenrolar e a vacinação em massa necessária para controle da doença representam um futuro incerto para o Brasil. A soma desses dois fatores gera fortes embates políticos no âmbito do federalismo brasileiro (Rossi & Silva, 2020).

O primeiro trimestre de 2021 coloca ainda mais desafios à conjuntura e, pelo menos no curto prazo, as duas faces do Consórcio Nordeste em meio à COVID-19 permanecerão. De um lado, cabe aos governadores agir em prol da sua população e tentar resolver a crise de saúde pública que continua interferindo em vários setores, inclusive o tão evidenciado econômico. De outro, o embate entre governos estaduais e Jair Bolsonaro tende a continuar, mostrando que questões de saúde pública também possuem dimensões políticas. Mas isso é parte de uma conjuntura muito específica no Brasil que retrata disputas federativas e carência de agenda de política externa. A pandemia carrega em si contornos políticos e luta pelo poder, mas a grande questão é não deixar aquela à mercê desta última.

Referências

Alegretti, Lais. (2019). O movimento de governadores do Nordeste que faz contraponto político a Bolsonaro. *BBC*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49270135>. Acesso em: 19 fev 2021.

Araújo, Ian Gabriel & Silva, Jaqueline Saldanha. (2020). Paradiplomacia e a atuação internacional do Consórcio Nordeste durante a pandemia de COVID-

19. *IntegRI*, Fórum Nacional de Paradiplomacia (FONAPA). Disponível em: <https://integri.com.br/category/trabalhos-apresentados/fonapa-2020/>. Acesso em 25 fev. 2021.

Baddini, Bruna & Fernandes, Daniel. (2021). Primeira pessoa é vacinada contra Covid-19 no Brasil. *CNN*, 17 jan.. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2021/01/17/primeira-pessoa-e-vacinada-contracovid-19-no-brasil>. Acesso em 24 fev. 2021.

Bahia. (2020). Secretaria de Planejamento do Governo Estadual da Bahia. *Consórcio Nordeste rescinde contrato e dinheiro de respiradores é devolvido*. 9 jun.. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/2020/06/1575/Consortorio-Nordeste-rescinde-contrato-e-dinheiro-de-respiradores-e-devolvido.html>. Acesso em: 06 dez. 2020.

Bergamo, Mônica. (2021). Saída de Nicolelis de comitê reforça frustração de cientistas com governadores do Nordeste. *Folha de São Paulo*, 21 fev.. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2021/02/saida-de-nicolelis-de-comite-reforca-frustracao-de-cientistas-com-governadores-do-nordeste.shtml>. Acesso em: 24 fev. 2021.

Clementino, Maria do Livramento. (2019). A atualidade e o ineditismo do Consórcio Nordeste, *Boletim Regional, Urbano e Ambiental (IPEA)*, n. 21, jul-dez: 165-177.

Consórcio Nordeste. (2020). *Ofício CIDSNE/PR nº 06/2020*. Salvador, 18 mar..

C4NE - Comitê Científico do Consórcio Nordeste. 2020. *Boletim 13*. Nordeste: Consórcio Nordeste. 18 dez..

Gazeta do Povo. (2020). *Vídeo de carreta em Balneário Camboriú é compartilhado por Bolsonaro*. 27 mar.. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/breves/bolsonaro-video-de-carreta-o-povo-quer-trabalhar/>. Acesso em: 04 jan. 2021.

Henrichs, Joanni. (2018). *Mapeamento dos consórcios públicos brasileiros*. CNM - Confederação Nacional de Municípios: Brasília, 18 out..

Julião, Karine & Olivieri, Cecília. (2020). Cooperação intergovernamental na política de saúde: a experiência dos consórcios públicos verticais no Ceará, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 36(3): 01-12.

Marreiros, Lucas & Costa, Catarina. (2019). Em consórcio, governadores rebatem fala de Bolsonaro sobre divisão do Nordeste. *G1*. Disponível em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2019/08/21/em-consorcio->

governadores-rebatem-fala-de-bolsonaro-sobre-divisao-do-nordeste.ghtml. Acesso em: 19 fev 2021.

Oliveira, Marina. (2020). Manifestantes pró-Bolsonaro voltam a pedir fechamento do STF. *Congresso em Foco*, 28 jun.. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/manifestantes-pro-bolsonaro-voltam-a-pedir-fechamento-do-stf/>. Acesso em 24 fev. 2021.

OMS - Organização Mundial da Saúde. (2020). *WHO Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19*, 11 mar.. Disponível em: <https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020>. Acesso em 24 fev. 2021.

Prado, Débora & Junqueira, Cairo. (2020). A queda de braço entre governadores e Bolsonaro. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 26 mar.. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-queda-de-braco-entre-governadores-e-bolsonaro/>. Acesso em 18 mai. 2020.

Rossi, Rinaldo de Castilho & Silva, Simone Affonso da. (2020). O Consórcio do Nordeste e o federalismo brasileiro em tempos de Covid-19. *Espaço e Economia*, ano IX, n. 18. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/13776>. Acesso em 12 jun. 2020.

Santana, Daniella. (2019). Governadores do Nordeste agem para dividir o Brasil, diz Bolsonaro. *Correio Braziliense* (dados do Diário de Pernambuco), 06 ago.. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/08/06/interna_politica,775772/bolsonaro-governadores-do-nordeste-agem-para-dividir-o-brasil.shtml. Acesso em 24 fev. 2021.

Saravia, Enrique & Ferrarezi, Elisabete (Orgs.). (2006). *Políticas Públicas: coletânea*. v. 1. Brasília: ENAP.

Theis, Marcos Ivos; Butzke, Luciana & Mantovaneli Jr., Oklinger. (2018). *Desenvolvimento regional, desigualdades socioeconômicas e inserção no sistema-mundo: o caso do Brasil*. Anais do I Simpósio Latino-Americano de Estudos de Desenvolvimento Regional. v. 1 n. 1.

Villacorte, Habacuque. (2020). Deputados propõem a saída de Sergipe do Consórcio Nordeste. *Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe*, 02 jun.. Disponível em: <https://al.se.leg.br/deputados-propoem-a-saida-de-sergipe-do-consorcio-nordeste/>. Acesso em 24 fev. 2021.

NEGACIONISMO CIENTÍFICO: SEU CARÁTER IDEOLÓGICO E POLÍTICO E OS IMPACTOS NA CIÊNCIA E NA SOCIEDADE BRA- SILEIRA EM TEMPOS DE PANDEMIA COVID 19/CORONAVÍRUS

Douglas Grzebieluka¹

Introdução

O negacionismo científico é um problema de proporções preocupantes na sociedade brasileira atual, tendo em vista a pandemia de COVID-19 e a necessidade de ouvir e seguir as orientações de cientistas sociais e da saúde. Porém, tais questões de negação saltam ao cenário brasileiro e alcançam outros países do mundo, seja por influência do Brasil com os discursos negacionistas de Jair Messias Bolsonaro na mídia nacional ou por discursos inadequados em eventos ou visitas internacionais.

É possível perceber que o negacionismo científico está ganhando força, seja nos discursos políticos institucionalizados, seja no cotidiano de muitas famílias, impactadas direta ou indiretamente por tais discursos de ódio encrustados em opiniões e dados falsos.

A partir da necessidade de discutir o negacionismo científico e algumas de suas repercussões sociais, esse ensaio se objetiva em produzir reflexões a respeito do negacionismo científico e como o mesmo impacta na sociedade brasileira atual. Como objetivos específicos, destaca-se a relevância de se

¹ Doutorando em Ensino de Ciência e Tecnologia pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Mestre em Gestão do Território pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Graduado em Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). douglasgebeluka@bol.com.br.

identificar o negacionismo é compará-lo ao ativismo científico; assim como explicar as formas pelas quais alguns autores compreendem a postura negacionista.

O estudo justifica-se pela validade de se discutir o negacionismo científico em um contexto histórico delimitado pela pandemia de COVID-19 no Brasil; visto que as declarações governamentais possuem significância no processo atitudinal de boa parte da população, sobretudo àquela sem acesso a conteúdo científico específico ou conhecimento de realidade acadêmica.

Metodologicamente, a pesquisa se define enquanto revisão bibliográfica, qualitativa e com viés explicativo. Dessa maneira, as considerações a seguir expressam o discurso dos autores a respeito do negacionismo científico no contexto brasileiro atual.

Discurso político e negacionismo científico

O negacionismo científico veiculado no discurso político não é algo atual. O pensamento religioso busca combater e desacreditar descobertas e teorias científicas há muito tempo. Um dos exemplos mais conhecidos para ilustrar tal posicionamento é a obra "A Origem das espécies" (1859), britânico e naturalista Charles Darwin, que introduz o evolucionismo e traz relevantes considerações sobre os seres vivos e sua evolução.

O combate ao livro e seu autor demonstram o negacionismo científico para salvaguardar um discurso fundamentalista pautado no conservadorismo cristão. No ano de 2020, o negacionismo científico ganha caráter ideológico e político aguçado pelas redes sociais e por apoiadores de políticos negacionistas. Alguns pseudointelectuais, inclusive, compartilham ideias negacionistas, caso do professor Ricardo Felício, que possui doutorado pela USP, apoia ruralistas e nega o aquecimento global.

Segundo Caponi (2020), o negacionismo pode ser visto como um processo social e, ao mesmo tempo, individual. É individual porque afeta o

particular e torna-se social porque as redes sociais impulsionaram ideias pseudocientíficas, que ganham força em portais de notícias ultraconservadores e um público que não possui capacidade de leitura crítica e reflexiva para comparar dados, questionar fontes ou verificar a procedência das informações.

Para tornar o processo mais complexo, a crise de identidade já enfatizada por Hall (2006) impacta diretamente em cidadãos que não encontram espaço em uma ciência que não garante esperanças e ainda exige melhorias e mudanças comportamentais imediatas para que situações já extremas não entrem em colapso.

Assim, o negacionismo científico passa a ser mais do que um discurso de opinião e passa a fazer parte de um discurso de ódio, que cria rivalidades e impede ainda mais a propagação do pensamento científico e o avanço de pesquisas e práticas importantes para a sociedade. Ademais, vale lembrar que o discurso do atual presidente do Brasil, carregado de preconceitos e do conservadorismo religioso, não promove debates, mas unilateralidade e retrocesso.

Outro ponto de significativa relevância para se entender o negacionismo científico no Brasil e no mundo se estrutura nas teorias conspiratórias, que colocam teorias científicas enraizadas sob o crivo de argumentações rasas e infundadas. Partem de um suposto segredo não revelado por cientistas sob pretextos variados. Dessa forma, reiteram o sensacionalismo como ponto chave para sua raiz argumentativa e relegam os preceitos científicos a processos desonestos dentro de fundamentação cuja base não se sustenta por qualquer razão de ciência.

O negacionismo científico também deve ser descrito, segundo Vilela e Selles (2020), como resultado, e não somente como processo. Isso porque o ato de se negar a ciência influi sobre ações sociais de longo alcance, mas, ao mesmo tempo, é fruto de processos históricos nos quais se mapeiam rupturas e permanências.

A construção do pensamento de que a ciência rivaliza com a religião se constitui da decadência da fé, como arcabouço explicativo para os fenômenos

naturais e para a vida em geral, com a ascensão do paradigma científico em seu lugar. O refluxo das explicações dogmáticas conservadoras no intuito de retomar esta centralidade é parte da estratégia de uma Igreja que tenta, a todo custo, sobreviver. Ao negar a ciência e valorizar a fé, a religião (sobretudo, a cristã) suspira para continuar existindo, captando fiéis com medo da morte e da inexistência de uma vida porvir a posteriori.

Em vista de toda essa complexidade de ações, o atual governo aproveita-se do contexto social do brasileiro, das desigualdades estruturadas, da força das igrejas, do ódio de um povo que sofre, do fascismo da classe média e dos interesses de grupos locais para promover representatividade a discursos retrógrados, por vezes copiados de pseudointelectuais, como o astrólogo Olavo de Carvalho e o jornalista Rodrigo Constantino.

Diante dessa mesma ideologia, Fernandes *et al* (2020) descrevem que ministros foram escolhidos para reforçar posturas conservadoras, alguns indicados por órgãos religiosos ou favoráveis a medidas conspiracionistas. Essa equipe traduz o negacionismo científico como um projeto, verificado em sua intencionalidade de propagar ideias que atendem a uma política liberal, entreguista, dependente dos Estados Unidos e voltada a interesses de grupos elitistas, minorias, mas com efetivo poder de captação de capital.

O lucro dessas instituições passa a ser colocado acima dos interesses coletivos, movido por questões de alienação. E ao mencionar o negacionismo científico, ainda torna-se relevante apontar seu antagonista, que é protagonista do discurso de racionalidade científica: o ativismo. Segundo Marques e Reis (2018), o ativismo científico se edifica não apenas como conceito, mas como prática das ciências, de modo geral.

O ativismo científico, para os autores Marques e Reis (2018), incide sobre a valorização da ciência e também de sua imagem pública. Da mesma forma, o ativismo se traduz em maior conscientização e valorização do conhecimento científico para decisões políticas, econômicas, sociais e estruturais, com relevância para toda a sociedade. Mas a atitude negacionista da ciência não pode ser comparada de igual forma com o ativismo, já que a negação não

supõe uma atitude de combate e defesa de uma ideia, ao contrário do ativismo.

Por fim, cabe considerar que ações políticas podem determinar maior valorização ou desvalorização da ciência. Da mesma maneira, a escolha de sujeitos com ideias voltadas ao ativismo científico, preservação do meio ambiente e convergentes com ideologias mais igualitárias e coletivistas podem ser interessantes na construção de uma sociedade futura com maior qualidade.

Dessa maneira, quando o atual governo brasileiro demonstra a negação da ciência, seus interesses estão mobilizados em não gastar recursos com o que a ciência exige e tomar o lugar de heroísmo que não lhe cabe. Sua atitude antivacina, seu negacionismo das queimadas ocorridas no Pantanal e Amazônia, sua aversão às ideias científicas traduzidas por ele mesmo como sendo "de esquerda" e sua postura de indiferença em relação a qualquer pressuposto científico, posicionam seu discurso ideológico aparelhando a outros negacionistas, com maior poder político e econômico, como alguns ruralistas e conservadores religiosos, além de uma parcela de militares com posicionamento retrógrado.

Considerações finais

Diante do atual cenário brasileiro, onde se conservam costumes de desvalorização da ciência e valorização de informações vagas e sem viés acadêmico, os autores selecionados demonstram um discurso coeso e focado no ativismo científico e na racionalização das ações governamentais, como mudança de postura e de ideologia no combate à pandemia.

Porém, nas pesquisas veiculadas percebe-se intencionalidade em manter a postura conservadora, ainda que esta atente contra vidas e coloque o país em risco, pois é o que mantém a base ideológica do governo. Dessa maneira, combater o negacionismo científico é também combater o conservadorismo que só serve a uns poucos e enfatiza que o conhecimento ativista deve ser valorizado.

A pesquisa corrobora para se verificar que o Brasil não vive uma "era de trevas", visto que existem pesquisadores produzindo conhecimento de

qualidade e com enfoque na melhoria das atuais condições sanitárias brasileiras. Porém, tais pesquisadores ainda se encontram desvalorizados. Dar visibilidade a esses sujeitos é abrir caminhos para novas resoluções, capazes de salvar vidas e recolocar a ciência em seu lugar de destaque na sociedade.

Referências

Caponi, S. (2020). Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 99, p. 209-224. Recuperado em 05 janeiro, 2021, de <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.013>

Darwin, C. (2009). **A origem das espécies**. Tradução de André Campos Mesquita. SP: Editora Escala.

Fernandes, C. M. *et al.* (2020). A Pós-verdade em tempos de Covid 19: o negacionismo no discurso de Jair Bolsonaro no Instagram. **Liinc em Revista**, v. 16, n. 2, p. e5317- e5317. Recuperado em 05 de janeiro, 2021, de <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/5317/5103>

Hall, S (2006). A identidade em questão. In: **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Thomaz Tadeu da Silva, Guaraceiro Lopes, 11º ed. RJ: DP&A.

Marques, A. R.; Reis, P. (2018). O desenvolvimento de exposições científicas como estratégia de ativismo em contexto escolar. **Questões sócio-científicas: Fundamentos, propostas de ensino e perspectivas para ações sociopolíticas**, p. 491-514. Recuperado em 05 de janeiro, 2021, de <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/35698>

Vilela, M. L.; Selles, S. E. (2020). É possível uma Educação em Ciências crítica em tempos de negacionismo científico?. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, v. 37, n. 3, p. 1722-1747. Recuperado em 05 de janeiro, 2021, de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/view/74999/45005>

O BRASIL E A PANDEMIA DE COVID-19: RELIGIÃO E POLÍTICA NO GOVERNO DO MITO¹

Daniela Souza dos Santos²
Julia Lobato Pinto de Moura³

Neste texto procuramos apontar alguns aspectos da relação mito, religião e política no contexto brasileiro da pandemia do Covid-19 no Brasil, com foco nas notícias falsas e posturas negacionistas adotadas pelo governo do país, que colocam o Brasil como o pior na América Latina e um dos piores no mundo no combate à doença; evidenciar a relação do governo do presidente Jair Bolsonaro com determinados seguimentos religiosos que coadunam com um pensamento político mítico e um sentimento anti-ciência. Nossas reflexões estão em diálogo com publicações de jornais e revistas eletrônicas, e com autores do campo das ciências humanas na atualidade, que publicaram no livro “Coronavírus e luta de classe” uma coletânea de artigos críticos. Atentas as proposições de Harvey (2020) estamos a procura de analisar o fluxo diário de notícias, a fim de localizar o que está acontecendo no contexto de como o capitalismo funciona, permeando relações que envolvem as formações científicas, culturais e religiosas de todo tipo.

A lógica mítico-religiosa não é uma mentira, mas um sistema de pensamento. O enredo bolsonarista é mítico pois nele Bolsonaro se apresenta como um herói salvador e redentor, criador de um novo tempo

1 Trabalho vinculado ao Projeto de Iniciação à Pesquisa (PIBIC-UFAC) “A Geografia das Religiões e as mitologias antigas e modernas” do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFAC (Edital 2018/2019).

2 Bolsista de Iniciação a Pesquisa (PIBIC-UFAC), acadêmica do 7º período de Licenciatura em Geografia na Universidade Federal do Acre.

3 Professora do Centro de Filosofia e Ciências e Humanas da Universidade Federal do Acre, Doutoranda em Letras: Linguagem e Identidade (UFAC).

capaz de derrotar um inimigo comum, que na época das eleições em 2018 foram as esquerdas e os discursos identitários personificados como fonte de todo o mal, como bode expiatório. O grupo político ligado ao bolsonarismo criou uma simbologia e estética própria, que convence uma parte da população a interpreta-lo e apoia-lo como alguém extraordinário, enviado por deus, um messias, enfim um mito como gostam de chama-lo. O governo do presidente Jair Bolsonaro no Brasil tem como base de apoio o eleitorado cristão conservador, sobretudo evangélicos pentecostais e neopentecostais, dispostos a livrar o país de uma pretensa e imaginária ameaça comunista.

O mundo evangélico precisa estar no centro do debate público e da epidemia do coronavírus no Brasil. Os evangélicos relativizam mais a gravidade da Covid-19 e aprovam mais o governo Bolsonaro do que a média da população, conforme uma pesquisa recente do Datafolha (Machado, 2020).

A campanha de Bolsonaro ficou conhecida por seu slogan “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, o que já evidenciava o perigoso aparelhamento da política por estes setores religiosos. Como noticiado por Netto (2020), no início da pandemia Bolsonaro tentou alterar o decreto que dispunha sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus, para incluir as atividades religiosas como essenciais no contexto da pandemia. Esta medida visava manter o funcionamento das igrejas para agradar sobretudo os seus aliados evangélicos e católicos conservadores, que relutavam em fechar os templos.

Uma das falas que melhor expressa o pensamento religioso negacionista das igrejas evangélicas no Brasil foi a do líder da Igreja Universal do Reino de Deus, bispo Edir Macedo, trazida pela reportagem de Machado (2020): "Quem anda pela fé anda pela frente. Quando você vê no noticiário 'morreu fulano, beltrano teve coronavírus', não olhe para isso, não leia essas notícias". (Macedo *in* Machado, 2020). R.R Soares da Igreja da Graça de Deus, fez associação do vírus com o apocalipse

narrado na bíblia sagrada, para dizer que “era o momento de ganhar alma para Jesus”. Silas Malafaia da Igreja Vitória em Cristo, afirmou que não fecharia a sua igreja, e foi um daqueles que pressionou Bolsonaro para que os serviços das igrejas fossem considerados essenciais no início da crise. Outros líderes religiosos além de corroborarem com o negacionismo, utilizam da fé e do momento caótico de pandemia para enganar as pessoas, e prometem curas milagrosas, como emblemático caso do feijão do coronavírus vendido pelo pastor Valdemiro Santiago, líder da neopentecostal Igreja Mundial do Poder de Deus.

Numa entrevista do presidente Jair Bolsonaro concedida a jornalistas, quando o Brasil chegava a marca de 5 mil mortes por coronavírus, ultrapassando a marca da China, o presidente fez o histórico pronunciamento: “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Sou Messias, mas não faço milagre” (Bolsonaro *in* Garcia, Gomes e Viana, 2020). Desde então, o governo de Bolsonaro vem procurando os culpados pelo desastre brasileiro no controle da pandemia Covid-19, e aponta para os governadores, os prefeitos, a mídia, e os próprios profissionais da saúde, levantando suspeitas de que os dados são superestimados e de desvios de verbas na construção de hospitais de campanha.

Do primeiro aos mais de 200 mil mortos por Covid-19 no Brasil foram meses a fio com o presidente mostrando-se despreocupado com as possíveis novas mortes. O custo do negacionismo como política de Estado no Brasil, nesse momento de crise sanitária é a pouca adesão da população ao isolamento social e a total incapacidade de promover um plano de vacinação em massa, resultando num elevadíssimo número de mortes por dia em comparação à outros países, o que o governo Bolsonaro parece não se importar. Nesse sentido, destaca-se que o mundo foi infectado não apenas pelo coronavírus, mas uma onda de notícias falsas e teses conspiratórias que alimentam a perspectiva de

negação da realidade e a atmosfera anticientífica que se espalhou junto aos movimentos de extrema direita e o fanatismo religioso.

A atual propagação da epidemia do coronavírus, desencadeou, por sua vez, vastas epidemias de vírus ideológicos que ficaram adormecidos em nossas sociedades: falsas notícias, teorias de conspiração paranoicas, explosões de racismo, etc. (Žižek, 2020, p. 43)

No Brasil soube-se dos primeiros casos confirmados de contaminação pelo novo coronavírus no final de fevereiro. O estado de São Paulo foi desde o princípio o que apresentou maior número de infectados. Manaus, por ser uma capital com grande fluxo de empresários estrangeiros, também viveu terríveis momentos, com uma alta muito rápida no número de casos, impossível de ser absorvida nas precárias Unidades de Tratamento Intensivo (UTI's) e suas equipes médicas reduzidas. O sistema funerário da metrópole nortista também não suportou o crescimento acelerado no número de óbitos por dia, e “A globalização capitalista parece agora biologicamente insustentável na ausência de uma verdadeira infra-estrutura de saúde pública internacional.” (Harvey, 2020, p.12). Novas variantes do vírus, ainda mais potentes, agora circulam entre nós.

Bolsonaro em um dos primeiros pronunciamentos sobre o coronavírus salientou que “Tínhamos que conter o pânico, a histeria e traçar estratégia para a salvar vidas e evitar o desemprego em massa.” (Bolsonaro, 2020). Na época o presidente ainda chegou a se referir a um planejamento estratégico do seu governo no enfrentamento da pandemia. O Ministro da Saúde era Luiz Henrique Mandetta que se mostrava atento a importância de fortalecer o SUS e seguir as orientações dos epidemiologistas e da OMS, sobretudo em relação ao isolamento social mais rígido para diminuição do ritmo de crescimento de contágio. Isso provocou o desentendimento e as divergências com presidente e seu grupo ideologizado, religioso, negacionista e anti-ciência, que defendia a rápida abertura da economia, dos templos e igrejas. O novo coronavírus já

havia causado mais de 3.000 mortes no mundo quando Bolsonaro mais uma vez explicitou sua afeição por ideias conspiratórias: “Tem a questão do coronavírus também que, no meu entender, está superdimensionado, o poder destruidor desse vírus. Então talvez esteja sendo potencializado até por questão econômica...” (Bolsonaro, 2020).

Foram muitas as crises no Ministério da Saúde que evidenciam o descaso e inoperância do governo brasileiro no combate ao coronavírus. Após a saída de Mandetta, Nelson Teich assumiu, e não completou dois meses no cargo. O presidente Bolsonaro defendia o uso de remédios como a cloroquina e outros que serviriam para tratamento precoce da Covid-19, vendida como solução rápida e fácil para o problema, contrariando estudos científicos, orientações da comunidade médica em geral. Teich alertou sobre efeitos colaterais da substância mas não proibiu o uso, e diante do crescimento do número de mortes e infectados, continuou com um discurso cauteloso em relação a abertura e relaxamento das medidas de distanciamento social, o que tornou insustentável sua posição no cargo.

O general da ativa Eduardo Pazuello ficou como ministro interino durante meses e depois foi efetivado, mesmo sendo um militar sem qualquer experiência ou ligação com a área médica. Mais uma evidência do descompasso do governo brasileiro com o mínimo de racionalidade e ausência de compromisso com a saúde pública. A justificativa foi a de que Pazuello seria um especialista em logística, mas o atendimento à demanda por criação de leitos, envio de oxigênio e a compra das vacinas tem se mostrado caótica, e o calendário de vacinação do Brasil segue muito atrasado se comparado à outros países.

Desde o início Bolsonaro minimizou os efeitos da pandemia e posicionou-se contra o isolamento social horizontal, defendendo pelo contrário, o isolamento vertical, onde só pessoas dos chamados grupos de risco manteriam o isolamento. Como ocupa o cargo de líder e

representante da nação, Bolsonaro acaba por influenciar, através de suas falas recorrentes, o descumprimento das medidas de segurança e precaução. Não seria exagero evocar o conceito de necropolítica como definido por Achille Mbembe para caracterizar o atual governo brasileiro, que subjuga a vida ao poder da morte, e onde em plena pandemia, a preocupação é legislar sobre acesso à compra e venda de armas. No necropoder, armas de fogo são implantadas no interesse da destruição máxima de pessoas e da criação de “mundos de morte”. (Mbembe, 2016, p. 146)

Com mais de 250 mil mortes por Covid-19, com cada vez mais jovens infectados e desenvolvendo casos graves da doença, o Brasil caminha para se tornar o maior em número de casos e mortes no mundo, ultrapassando os Estados Unidos ainda no topo da lista. Bolsonaro tem se recusado a usar máscara de proteção e ainda tem explicitado que é contra as medidas de isolamento social e indiferente as mortes dos brasileiros: "Vocês não ficaram em casa. Não se acovardaram. Temos que enfrentar os nossos problemas. Chega de frescura, de mimimi. Vão ficar chorando até quando?" (Bolsonaro, 2021 *in* G1).

Ao procurar compreender a relevância do estudo das religiões no contexto de enfrentamento da Covid-19 no Brasil e a presença do pensamento mítico no discurso político negacionista do governo brasileiro destacamos que é preocupante observar as alianças entre a elite latifundiária, o setor armamentista e os fanáticos religiosos em curso no Brasil, que sob a liderança de um presidente com traços autoritários e discursos virulentos, doentios, rebaixa e desvaloriza a educação, as escolas, os professores e as universidades, produzindo uma onda em curso de anti-ciência e negação da realidade no Brasil, que fez com que muitas pessoas minimizassem os efeitos da doença.

Referências

Bolsonaro, J. M. (2020), *Pronunciamento do Senhor Presidente da República, Jair Bolsonaro, em cadeia de rádio e televisão*. Em 24/03/2020. Disponível: <https://shortest.link/diL>. Acesso: 14/08/20.

Garcia, G.; Gomes, P. H.; Viana, A. (2020), 'E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?', diz Bolsonaro sobre mortes por coronavírus; 'Sou Messias, mas não faço milagre'. *G1*, 05 de Mai de 2020. Disponível em: <https://shortest.link/diT>. Acesso em: 05/05/20.

Harvey, D. (2020), Política anticapitalista em tempos de COVID-19 In: DAVIS, M., et al: *Coronavírus e a Luta de classe*. Terra sem Amos: Brasil. 48p.

Machado, L. (2020), De cultos online a “não leia notícias sobre a pandemia”: como as religiões estão lidando com o coronavírus no Brasil. *Uol*, São Paulo, 17 de Mar. de 2020. Disponível em: <https://shortest.link/diP>. Acesso em: 10 de jul. de 20.

Mbembe, A.(2016). Necropolítica. *Arte & Ensaio*. Revista do PPGAV/EBA/UFRJ. n. 32, dezembro.

Netto, W. S. B. (2020). Bolsonaro inclui igrejas como serviços essenciais e permite abertura durante a pandemia. *VGnotícias*, 30 de jul de 2020. Disponível em: <https://www.vgnoticias.com.br/brasil/bolsonaro-inclui-igrejas-como-servicos-essenciais-e-permite-abertura-durante-pandemia>. Acesso em: 30/07/20.

Portal G1. 'Chega de frescura, de mimimi': frase de Bolsonaro repercute na imprensa internacional. *G1*, 05 de Mar de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/03/05/chega-de-frescura-de-mimimi-frase-de-bolsonaro-repercute-na-imprensa-internacional.ghtml> Acesso em: 05/03/21.

Zizek, S. (2020), Um golpe como “Kill Bill” no capitalismo. In: DAVIS, M, et al: *Coronavírus e a Luta de classe*. Terra sem Amos: Brasil, 2020. 48p.

A COVID-19 E A MORTE COMO POLÍTICA DE ESTADO NO BRASIL

SARA DA SILVA FREITAS¹

JANINE TARGINO²

Em dezembro de 2019 foi identificado na cidade chinesa de Wuhan o coronavírus, desde então o mundo vive entre idas e vindas um eterno *lockdown*, e agora, uma corrida pela aquisição de vacinas. Sobre essas questões, e como os Estados têm se posicionado sobre políticas de proteção da social, será trabalhado nesta primeira parte do texto uma análise teórica sobre aquilo que chamamos de “política da morte do Estado Brasileiro”, e por conseguinte, como tal postura afeta todo a região da América Latina. Visto que, se o epicentro era a cidade chinesa, hoje podemos dizer que se trata do Estado Brasileiro, resultante de um conjunto de medidas negacionista da pandemia.

O debate, o medo e as incertezas têm despertando reflexões não só a partir de profissionais do campo da saúde, medicina, mas também de estudiosos de várias áreas das ciências humanas. É este debate que apresentaremos inicialmente aqui, tendo como base o pensamento filosófico contemporâneo que tem se debruçado sobre a relação do Estado – Soberano – e a política de deixar viver e ou deixar morrer. Ou estaríamos falando de uma necropolítica, no sentido de Mbembe? Inspirado em Michel Foucault e em seu

1 Doutora em Sociologia pela UNICAMP. pesquisadora do programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e do Núcleo de Estudos em Política, Estado e capitalismo na América Latina – NEPEC (UFRGS).

2 Doutora em Ciências Sociais pela UERJ, é professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (PPGSP-IUPERJ).

conceito de Biopolítica, o filósofo e professor camaronês Achille Mbembe desenvolveu o conceito de necropolítica; que é quando a política da morte é adaptada pelo Estado, isto não seria a exceção, não seria um fenômeno que foge à regra, mas sim, a própria regra.

Um dos primeiros filósofos a pensar a ascensão de uma biolítica foi Michel Foucault. Para o Foucault, esta é uma forma que visa governar os indivíduos, tendo como alvo o coletivo, uma determinada população, organizando-a disciplinarmente a partir de um constructo biológico. Retomando as análises de Foucault, ao final da *Vontade de Saber*, Giorgio Agamben aponta como a vida vai sendo incluída nos cálculos do poder do Estado e como a política se transforma em biopolítica.

A presente pesquisa concerne precisamente este oculto ponto de intersecção entre o modelo jurídico – institucional e o modelo biopolítico do poder. O que ele teve de registrar entre os seus prováveis resultados é precisamente que as duas análises não podem ser separadas e que a implicação da vida nua na esfera política constitui o núcleo originário – ainda que encoberto - do poder soberano. Pode se dizer, aliás, que a produção de um corpo biopolítico seja a contribuição original do poder soberano. A biopolítica é nesse sentido, tão antiga quanto a exceção soberana. Colocando a vida biológica no centro de seus cálculos, o Estado moderno não faz mais, portanto, do que reconduzir à luz o vínculo secreto que une o poder e a vida nua, reatando assim segundo um tenaz correspondência entre o moderno e o arcaico que nos é dado verificar nos âmbitos mais diversos. (AGAMBEN, 2004a, p. 14)

O trabalho de Agamben – *Home Sacer* – tem, portanto, como tese central a relação estabelecida entre o poder soberano e a vida nua (vida matável, que não merece ser vivida). Uma relação de captura, que se funda em uma estrutura de exceção. A soberania do Estado passa a não depender mais de um contrato social, mas no poder soberano, que aplica a lei, suspendendo-a. Cria-se assim um espaço vazio de direito; é desse vazio jurídico que se trata o Estado de exceção.

O Estado de exceção não é uma ditadura (constitucional ou inconstitucional comissária ou soberana), mas um espaço vazio de direito, uma zona de anomia em que todas as determinações jurídicas – e, antes de tudo, a própria distinção entre público e privado – estão desativadas. (AGAMBEN, 2005b, P. 78)

O processo de inclusão da vida nua na política não seria exclusividade dos regimes de exceção, mas já estariam inscritos nas declarações do direito do homem e do cidadão, que carregaria no próprio título uma ambiguidade, pois, não estaria claro se os dois termos denominariam duas formas autônomas, ou formariam um sistema unitário, no qual, o primeiro estaria contido no segundo. Aqui, as questões são: o que é o humano? o que é o cidadão?

Questões como estas estão no cerne no debate mundial, visto que o mundo foi (governos e a sociedade) surpreendido por uma pandemia de um vírus para o qual ainda é incipiente a quantidade de vacinas produzida. A surpresa pode vir de parcela da sociedade, mas cientistas, já apontavam para crises provocadas por pandemias em futuro próximo, decorrentes do modelo de exploração dos recursos naturais e humanos. Caberia ao Estado, medidas de prevenção. Mas o que fez o Estado? Ao que parece, frente a estrutura do capitalismo e do neoliberalismo, os Estados Nacionais estavam muito ocupados em fazer o capital financeiro render, não dando a atenção devida aos alertas dos pesquisadores. E agora, o que faz o Estado, tendo no mundo a pandemia se instaurado?

A resposta não nos parece simples e unívoca. Estados cujos valores do *Welfare State* se consolidaram, mesmo tendo direitos solapados nas últimas décadas, têm colocando seus cidadãos em primeiro plano, investindo em políticas de proteção; seja através do isolamento social seja testando amplamente a população, de modo a mapear o contágio, como, por exemplo, o Reino Unido, que tem uma relação dupla, cidadania e mercado, bem nos dizeres liberais, visto que o conceito de cidadania é liberal. Justamente por essa relação com o mercado, dividido por esses digamos “afagos” do sistema Capitalista, o primeiro-ministro Boris Johnson demorou a dar respostas humanitárias de combate ao coronavírus, mas hoje se mostra em um caminho melhor do que o inicial por que tem buscado vacinar sua população Assim notamos que na pátria do defensor da mão invisível do mercado, de sua

autorregulação, o que se tem visto, contudo, na prática cotidiana, é que o mercado precisa e demanda enormemente da mão grande do Estado.

No caso Brasileiro, o Estado aparece também de modo dual; em versão farsante. Principalmente porque seu governante tratou o assunto como uma “gripezinha”. Além de defender o fim do isolamento social, com um eterno discurso de campanha eleitoral. É um presidente que atenta contra a vida, e expõe milhares de brasileiros à vida nua. Assim, ele atenta também contra a democracia, construída por sangue e lágrimas neste país, por perdas de vida, que para este presidente, não parece ter significado, visto que para ele não houve ditadura militar. No presente, é um ferrenho defensor do mercado, indo à contramão do que vem sendo realizado em países vizinhos, como a Argentina e o Chile, por exemplo.

A vida e a economia estão num embate que disputa segmentos da sociedade. A vida nua, nossa antiga companheira, nunca se fez tão presente no Brasil. Ela se apresenta, no caso do sistema público, onde a contradição reside no fato de que o SUS (Sistema Único de Saúde) embora universal, não poderá atender a todos, pela falta e distribuição desigual dos leitos de UTI pelo país, colapsando como um efeito dominó³.

Há uma disputa entre a vida e o lucro, que coloca em risco inúmeras trabalhadoras e trabalhadores informais. Vale ressaltar que mesmo com a chamada renda mínima ou como a mídia resolveu chamar de *coronavoucher*, o “auxílio emergencial”⁴ não conseguiu alcançar a todos, e sua segunda rodada não conseguirá atingir um contingente significativo de pessoas no Brasil, já que essas habitam a vida nua, apátridas da cidadania e da condição humana digna.

3 Importante lembrar que no período de um ano ocorreram três substituições de ministros da saúde. No momento em que fechamos este artigo, Eduardo Pazuello, terceiro ministro da saúde desde o início da pandemia no Brasil, acaba de ser substituído por Marcelo Queiroga

4 Essa segunda rodada do auxílio emergencial representa um pouco mais de um terço do valor pago na primeira rodada. Naquele momento, o sistema de saúde do país não havia colapsado e não tínhamos uma crise inflacionária como no presente. Um exemplo significativo disso está no fato de que entre os meses de fevereiro e março de 2021 o valor cobrado pela gasolina foi reajustado cinco vezes, o que impactou diretamente no gás de cozinha, que, em um mês, saltou de R\$ 80,00 para R\$ 100,00.

Essa História não se encerra por aqui, a turbulência ainda vai durar um tempo, ainda mais quando se torna o epicentro mundial da doença. Porque medidas preventivas não foram e não são tomadas tendo como foco uma política de salvaguardar a vida. justamente porque o seu governante resolveu negar todo conjunto de políticas, visto que na periferia do mundo a vida nua é lançada à necropolítica!

“Nós” e “eles”: Bolsonaro e sua estratégia de poder.

Desde a campanha eleitoral que levou Bolsonaro ao Planalto, esteve sobremaneira evidente que a estratégia de poder do atual presidente da república fundamentava-se na retórica belicosa que divide a sociedade entre “nós” e “eles”. Esta polarização basicamente se constrói numa leitura onde, de um lado, temos um grupo formado por indivíduos que se auto identificam como “patriotas e cidadãos de bem” - estes, aliás, compõem o séquito que oferece apoio cego ao presidente – enquanto do outro estão aqueles rotulados como “inimigos da nação” e “antipatriotas”, tais como os chamados comunistas, esquerdistas, defensores dos direitos humanos e membros das minorias em geral. Neste cenário de oposição irreversível, se alimentam discursos onde o “outro” precisa ser eliminado, caso não concorde em se sujeitar à “maioria”. Inclusive, a alusão à subjugação das minorias esteve presente de maneira bastante literal em várias das falas públicas de Jair Bolsonaro, como por exemplo quando ele declarou, diante de seus apoiadores, que “as minorias teriam que se curvar às maiorias” em seu governo (SILVA, 2019, p.144).

Segundo a perspectiva proposta pelo atual governo, não há qualquer possibilidade de negociação ou busca por um ponto comum. Ou seja, neste contexto, a única via desejável é a anulação do “outro” por meio de discursos que estimulam um posicionamento radical por parte daqueles que se veem como protetores da família e bastiões da moral e dos bons costumes. A promessa de morte aos que não apoiam a política extremista de Bolsonaro é algo constante e permeia todos os aspectos da vida social.

Infelizmente, essa promessa de morte ganhou ainda mais força dentro da pandemia de Covid-19. Ao corroborarem discursos negacionistas que questionam não só os protocolos sanitários recomendados pela Organização Mundial da Saúde (OMS), mas também a própria existência da pandemia que assola o planeta, Bolsonaro e seus apoiadores entregam à sociedade uma cartilha capaz de conduzir com bastante eficiência uma ampla parcela da população à morte. Ironicamente, esta política negacionista que combate a ciência e vai à contramão das medidas adotadas em diversos países vitimiza não apenas os “esquerdistas” tidos como defensores do *lockdown* e dos protocolos sanitários, posto que ceifa vidas igualmente entre aqueles que reproduzem insanidades como a defesa do uso da cloroquina para evitar o contágio pelo novo coronavírus, ainda que isso contrarie as evidências científicas que se opõem à utilização desta droga.

Há, sob muitos aspectos, uma luta contra os direitos humanos e aqueles que defendem este conjunto de direitos. Obviamente, lidamos aqui com um entendimento equivocado a respeito do que seriam os direitos humanos e a quem eles representam. Segundo a retórica bolsonarista, tais direitos teriam a particularidade de defender “vagabundos” e demais indivíduos não classificados como “cidadãos de bem”. No bojo desta batalha para a anulação dos direitos humanos, cria-se um cenário que dificulta substancialmente a gestão pública brasileira da pandemia de Covid-19. Por isso, não nos causa espanto que no dia 05/05/2020 tenha sido apresentada uma denúncia ao presidente Bolsonaro perante a Comissão Inter-americana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA), por violações dos direitos humanos no contexto da pandemia. A denúncia, realizada por lideranças de organizações brasileiras defensora dos direitos humanos, apontou diversas violações dirigidas às populações vulneráveis, como as dificuldades existentes para garantir o acesso a uma renda básica emergencial, o descumprimento da lei federal de segurança alimentar que garante alimentação a estudantes de escolas públicas, assim como a desproteção à agricultura familiar, aos catadores de materiais recicláveis e à economia

solidária (CAPONI, 2020, p.215). Assim sendo, o panorama desenhado pela denúncia revela que muitos são os caminhos pelos quais o poder Executivo brasileiro atua em desacordo com a preservação da vida e a garantia de direitos dos cidadãos.

Referências

AGAMBEN, G. (2004a). **Home Sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Editora UFMG: Belo Horizonte.

_____ (2004b). **Home Sacer: Estado de exceção**. Editora Boitempo: São Paulo.

_____ (2008). **O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha [Homo Sacer III]**. Editora Boitempo: São Paulo, 2008.

CAPONI, S. (2020). **Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal**. Estudos Avançados, 34 (99), 209-224.

FOUCAULT, M. (2008). **O nascimento da biopolítica**. Editora Martins Fonte: São Paulo.

_____ (2009). **Security, Territory, Population: Lectures at the College De France**. Publisher: AIAA.

MBEMBE, A. (2008). **Necropolítica**. Editora N-1 edições: São Paulo.

SILVA, E. F. (2019). **Os direitos humanos no “bolsonarismo”**: “descriminalização de bandidos” e “punição de policiais”. Conhecer: Debate entre o Público e o Privado, 22, 133-153.

